

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL
DOUTORADO EM MEMÓRIA SOCIAL

VANESSA SILVEIRA DE BRITO

“ÀS DURAS PENAS”: MEMÓRIAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DO
SUAS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ)

RIO DE JANEIRO
2023

VANESSA SILVEIRA DE BRITO

**“ÀS DURAS PENAS”: MEMÓRIAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
DO SUAS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lobelia Faceira

Rio de Janeiro
2023

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

B862 Brito, Vanessa Silveira de
 Às duras penas: memórias do movimento dos
 trabalhadores do SUAS do município de Itaguaí (RJ) /
 Vanessa Silveira de Brito. -- Rio de Janeiro, 2023.
 181f

 Orientador: Lobelia da Silva Faceira.
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
 Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
 em Memória Social, 2023.

 1. Memória Social. 2. Sistema Único de Assistência
 Social. 3. Movimento de Trabalhadores. I. Faceira,
 Lobelia da Silva, orient. II. Título.

VANESSA SILVEIRA DE BRITO

**“ÀS DURAS PENAS”: MEMÓRIAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
DO SUAS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada pela Banca Examinadora.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2023

Prof.^a. Dr.^a. Lobelia da Silva Faceira (orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a. Dr.^o. Alex Medeiros Kornalewski
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a. Dr.^a. Susidarley Fideles da Mota
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a. Dr.^a. Inez Terezinha Stampa
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Prof.^a. Dr.^a. Sindely Chahim de Avellar Alchorne
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Prof.^a. Dr.^a. Maria de Fátima Scaffo (Suplente)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

AGRADECIMENTOS

A minha querida orientadora Lobelia Faceira pelo carinho, amizade, disponibilidade e por compartilhar de maneira tão generosa o seu conhecimento. Sempre com uma palavra de incentivo, foi fundamental tê-la como companheira nesta caminhada.

A Banca Examinadora, Francisco Faria, Inez Stampa e Sindely Alchorne, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação. Agradeço também aos professores que chegaram para a banca de defesa, pela atenção, interesse e disponibilidade.

Aos amigos do doutorado e aos professores do PPGMS pelos diálogos e conhecimentos compartilhados.

Aos amigos da vida toda pelo apoio e carinho: Diego Tabosa, Ian José, Hannah Coutinho, Renata Souza e Vanessa Delgado. Ainda bem que a gente tem a gente!

Ao namorado Thiago Couto, que chegou no meio deste processo e com quem pude contar, inclusive, para a revisão da tese. Pela compreensão, paciência e por me amar, mesmo nos meus momentos de extremo cansaço e mau-humor.

A toda a minha família. Em especial aos meus pais, Adilson e Valdete, e ao meu irmão Anderson, pelo acolhimento e apoio incondicional. A minha sobrinha Brenda, por me admirar e me ter como referência. E ao meu filho César, por perdoar minhas ausências e me inspirar a cada dia a buscar a minha melhor versão.

As trabalhadoras do SUAS que lutam a cada dia por melhores condições de trabalho e para a efetivação do SUAS como direito. Aquelas/es que compõem a coordenação estadual do FETSUAS-RJ e as psicólogas/os do Núcleo de Psicologia e Assistência Social do CRP-RJ pela possibilidade de trilharmos um caminho de luta em defesa do SUAS num espaço de muito afeto e solidariedade.

As amigas dos movimentos de trabalhadoras/es do SUAS do município de Itaguaí com quem aprendo a cada dia e sigo rumo as resistências possíveis. Preciso citar algumas peças fundamentais: Francidélia Gomes, Priscila Ribeiro, Renata Freitas e Thaís Vargas. Agradeço a amizade e a disponibilidade de cada trabalhadora do SUAS que contribuiu diretamente para a realização desta pesquisa, seja como entrevistada, seja pela facilitação do acesso aos documentos e/ou a partir de diálogos que me possibilitaram realizar algumas reflexões ao longo deste estudo. Vocês são a minha fonte de inspiração!

*“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”
Karl Marx*

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo geral a análise da memória do movimento dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Itaguaí (RJ) no cenário contemporâneo e como objetivos específicos: verificar a construção da identidade de classe “trabalhador do SUAS”; identificar as conquistas e os desafios encontrados para a organização do movimento dos trabalhadores do SUAS de Itaguaí e; estudar as reconfigurações da classe trabalhadora no cenário contemporâneo. A pesquisa qualitativa foi composta de revisão teórica e pesquisa de campo, ancorada na análise documental e em entrevistas com trabalhadoras/es atuantes nas unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) de Itaguaí, de diferentes níveis de escolaridade e de categorias profissionais que constituem as equipes de referência do SUAS. Foi utilizada a metodologia da história oral, sendo a análise de conteúdo elencada como método de análise de dados. A análise foi realizada a partir dos eixos centrais: as reconfigurações da classe trabalhadora no cenário contemporâneo; as conquistas e os desafios encontrados para a organização do movimento dos trabalhadores do SUAS de Itaguaí; a construção da identidade de classe “trabalhador do SUAS”. Assim, pode-se afirmar a natureza contraditória dos movimentos de trabalhadoras/es do SUAS, numa trajetória de avanços e de retrocessos, agravadas pelo contexto de crise política e socioeconômica do cenário municipal, além de conquistas que precisam ser continuamente reafirmadas pelo coletivo de trabalhadoras/es. No que concerne aos desafios para a organização do movimento de trabalhadoras/es podemos citar a precariedade das condições de trabalho no âmbito do SUAS; a diversidade de fragilidade de vínculos trabalhistas na SMAS que não favorece a adesão de trabalhadoras/es aos movimentos; as práticas de assédio moral e de cooptação de trabalhadoras/es por parte da gestão da SMAS e o cenário de transformações do mundo do trabalho. Ademais, reafirmamos ainda a importância da preservação das memórias de trabalhadoras/es do SUAS, considerando que, além de inspirar as gerações futuras de trabalhadores, possibilitam a formação de identidades sociais e contribuem para processos de transformação social, se configurando como valioso instrumento de resistência.

Palavras-chave: Memória Social; Sistema Único de Assistência Social; Movimento de Trabalhadores.

ABSTRACT

The general objective of the present study was to analyze the memory of the workers movement of the Sistema Único de Assistência Social (SUAS) in the municipality of Itaguaí (RJ) in the contemporary scenario and as specific objectives: to verify the construction of the class identity "SUAS workers"; identify the achievements and challenges encountered for the organization of the SUAS workers movement in Itaguaí and; to study the reconfigurations of the working class in the contemporary scenario. The qualitative research consisted of a theoretical review and field research, anchored in document analysis and interviews with workers that work in the units of the Social Assistance Secretaria Municipal (SMAS) of Itaguaí, with different levels of education and professional categories that constitute the reference teams of the SUAS. The methodology of oral history was used, with content analysis chosen as a data analysis method. The analysis was carried out from the central axes: the reconfigurations of the working class in the contemporary scenario; the conquests and challenges encountered for the organization of the SUAS workers movement in Itaguaí; the construction of the "SUAS worker" class identity. Thus, it is possible to affirm the contradictory nature of the SUAS workers movements, in a trajectory of advances and setbacks, aggravated by the context of political and socioeconomic crisis in the municipal scenario, in addition to achievements that need to be continually reaffirmed by the collective of workers. With regard to the challenges for the organization of the worker's movement, we can mention the precarious working conditions in the SUAS; the diversity of fragilities of labor ties in the SMAS that does not favor the adherence of workers to the movements; practices of moral harassment and co-option of workers by the management of SMAS and the scenario of transformations in the world of work. Furthermore, we also reaffirm the importance of preserving the memories of SUAS workers, considering that, in addition to inspiring future generations of workers, they enable the formation of social identities and contribute to processes of social transformation, becoming a valuable instrument of resistance.

Keywords: Social Memory; Social Assistance Unique System; Workers Movement

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
BIEV	Banco de Imagens e Efeitos Visuais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPs	Caixas de Aposentadoria e Pensão
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS-RJ	Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro
CRP-RJ	Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro
DGTI	Diretoria de Gestão do Trabalho e da Informação
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FETSUAS-RJ	Fórum Estadual de Trabalhadoras/es do SUAS Rio de Janeiro
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMTSUAS	Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS
FNTSUAS	Fórum Nacional de Trabalhadoras/es do SUAS
FNUSUAS	Fórum Nacional de Usuários do SUAS
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensão
IAPM	Institutos de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LEHMT	Laboratório de Estudos de História do Mundo do Trabalho
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEI	Microempreendedor Individual
NOBRH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do SUAS
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PBF	Programa Bolsa Família
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PCCS	Plano de Carreira, Cargos e Salários
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SAN	Secretaria de Segurança Alimentar
SASERJ	Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro
SINDPSI-RJ	Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro
SIMPAS	Sistema de Informação Municipal da Política de Assistência Social
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Normativas e Ações referentes à Política Social no Brasil (1930 a 1988)	37
Quadro 2 - Normativas e Ações referentes à Política de Assistência Social.....	50
Quadro 3 - Classificação dos trabalhadores da SMAS de Itaguaí segundo o vínculo de trabalho. Dados não-oficiais (maio de 2021).....	115
Quadro 4 - Classificação dos trabalhadores da SMAS de Itaguaí segundo o vínculo de trabalho. Dados oficiais (julho de 2021)	115
Quadro 5 - Composição da Amostra segundo a categoria profissional.....	117
Quadro 6 - Gestão da SMAS de 2005 até 2022.....	130
Quadro 7 - Governos da Prefeitura Municipal de Itaguaí de 2005 a 2023.....	130
Gráfico 1 - Sexo dos Entrevistados	117
Gráfico 2 - Nível de Escolaridade dos Entrevistados	118
Gráfico 3 - Ano de entrada na Prefeitura de Itaguaí.....	118
Gráfico 4 - Atuação dos entrevistados no âmbito do SUAS.....	119
Gráfico 5 - Participação em movimentos e/ou espaços de organização coletiva...	120

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	25
2.1 POLÍTICA SOCIAL: ALGUMAS PONDERAÇÕES.....	25
2.2 POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO E TENDÊNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE.....	333
2.3 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	466
3. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO E A ESPECIFICIDADE DOS TRABALHADORES DO SUAS	666
3.1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO.....	666
3.2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO CENÁRIO BRASILEIRO.....	79
3.3 TRABALHADORES DO SUAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA	99
4. A MEMÓRIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DO SUAS NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ	11515
4.1. COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA	1166
4.2 ANÁLISE DE DADOS.....	1211
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16565
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA	1799
ANEXO – DOCUMENTO DGTI	1790

1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho e dos trabalhadores vem sofrendo alterações significativas em escala global e no Brasil, especialmente após a década de 1990, com o avanço do neoliberalismo, o desmonte dos sistemas estatais e a perda de direitos historicamente conquistados a partir das lutas da classe trabalhadora. Em acordo com Ianni (1994), entendemos que o mundo do trabalho (que inclui o mundo patronal) no século XXI, assim como o capitalismo, se caracteriza pela globalização – o que gera novas formas e significados do trabalho: “São mudanças quantitativas e qualitativas que afetam não só os arranjos e a dinâmica das forças produtivas, mas também a composição e a dinâmica da classe operária” (IANNI, 1994, p. 2).

Em relação à definição de neoliberalismo, partilhamos da mesma visão de Dardot e Laval (2016; 2019) acerca do seu caráter plástico e plural e da compreensão de que o neoliberalismo transformou o capitalismo e, por consequência, as sociedades. Não se limita à política econômica ou a mercantilização das relações sociais, mas se configura como um sistema de poder que governa mediante a crise. Em outras palavras, “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 7). Aqui nos interessa, dentre outras questões, o impacto deste sistema de poder para o coletivo de trabalhadores, especialmente para as subjetividades.

Já o termo classe trabalhadora¹ é utilizado como categoria teórica de referencial marxista (denominada também de classe operária) no âmbito da sociedade capitalista e como esta se apresenta no cenário brasileiro. Destacamos ainda que, mais recentemente, Antunes (2011) cunhou o termo *classe-que-vive-do-trabalho* para se referir ao conjunto amplo de trabalhadores, incluindo a totalidade daqueles que vendem a sua força de trabalho em troca de salário e a diversidade de vínculos precarizados que surgiram em decorrência da expansão do mundo do capital, considerando que a dinâmica do padrão de acumulação capitalista está apoiada na

¹ De acordo com o dicionário do pensamento marxista (BOTTOMORE, 2001, p. 66-67) para Marx e Engels a classe operária, engajada em sua luta contra a BURGUESIA, era a força política que realizaria a destruição do CAPITALISMO e uma TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO (...). A ação política da classe operária organizada continua sendo a mais poderosa força política para a transformação radical da sociedade.

superexploração da força de trabalho. Neste ponto, ressaltamos a afirmação de Fontes (2010) sobre a importância do conceito de superexploração:

O conceito de superexploração conserva, todavia, sua importância, pois indica a possibilidade efetiva de que classes dominantes, por razões políticas e/ou econômicas, se apropriem de parcela do trabalho necessário (portanto, dos recursos do fundo de reposição do trabalho) dos trabalhadores para convertê-lo em capital (FONTES, 2010, p. 355).

Para a autora, a superexploração do trabalho adquire novas roupagens diante das transformações nos processos produtivos, a exemplo das formas precárias de contratação que resultam, dentre outras coisas, em trabalho desprotegido, em jornadas mais longas (e intensas) de trabalho e na criação de empregos temporários.

Neste sentido, “compreender a classe trabalhadora hoje, de modo abrangente, implica entender esse conjunto heterogêneo, ampliado, complexo e fragmentado de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção” (ANTUNES, 2011, p. 91). Outrossim, o autor analisa como fundamental a compreensão sobre a nova morfologia do trabalho e do proletariado, bem como acerca de suas rebeldias e resistências, a fim de que tenhamos possibilidades de apreensão das complexas, contraditórias e múltiplas lutas anticapitalistas contemporâneas. Na mesma linha de raciocínio, torna-se vital apreender as alienações da classe trabalhadora e seus distintos exercícios de subjetividade.

Tendo em vista que as transformações ocorridas no interior da dinâmica da acumulação capitalista acabaram por afetar a composição da força de trabalho (incluindo o surgimento de um novo proletariado de serviços decorrente da expansão das empresas de tecnologia da informação e, mais recentemente, da superexploração do trabalho por meio da prestação de serviços através das plataformas digitais) e considerando a heterogeneidade da classe trabalhadora, ponderamos que as reconfigurações do mundo do trabalho impactam nas relações trabalhistas, na capacidade de organização coletiva, além de outros aspectos da vida dos trabalhadores, tais como as condições materiais e a subjetividade. Acreditamos que tais características podem ser observadas tanto em nível micro quanto em nível macro das relações trabalhistas contemporâneas.

Neste amplo universo, o tema de estudo está relacionado ao nível micro das relações trabalhistas. Neste trabalho pretende-se analisar a memória de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Itaguaí, considerando

os seus atravessamentos diante das reconfigurações do mundo do trabalho no seio da sociedade capitalista.

Cabe destacar que trabalhamos com a concepção de memória como produto do atravessamento de diferentes discursos e áreas disciplinares, como um campo transdisciplinar e, neste sentido, parafraseamos Gondar (2016, p.16): “A memória concebida enquanto produção do poder, destinada à manutenção dos valores de um grupo, não é equivalente à memória pensada enquanto componente ativo dos processos de transformação social e de produção de um futuro”. Assim, a perspectiva adotada nos estudos contemporâneos considera a memória como relação e tendem a utilizar esse campo de conhecimento como suporte para a compreensão das novas configurações sociais, políticas e econômicas. Neste sentido, a autora afirma que a memória não é algo consensual, uma vez que as disputas do campo político incidem com toda a sua força sobre a memória.

De acordo com Michel Pollak (1989), os estudos contemporâneos de memória envolvem o conflito entre memórias concorrentes, trazendo à tona elementos e atores que, de alguma forma, participam do trabalho de constituição e de formalização das memórias. O autor, a partir do trabalho com sobreviventes do campo de concentração, aborda questões referentes ao uso político da memória e do esquecimento trazendo a dimensão daquilo que é indizível. Para ele, a análise do relato de vida, nesta circunstância, trata-se de uma reconstrução da identidade. No que tange às memórias de trabalhadores, acredita-se que estamos nos referindo a dimensão da distorção e não do indizível. Contudo, o autor nos dá suporte para a reflexão acerca da memória de trabalhadores como memórias subterrâneas, compreendendo que estas memórias tendem a ser silenciadas, num uso político da lembrança e do esquecimento. Deste modo, problematizamos que as memórias de trabalhadores podem ser consideradas parte integrante de culturas minoritárias e dominadas (que tendem a ser silenciadas) e provavelmente, se opõem a uma possível memória oficial. Assim, temos como finalidade a reflexão acerca das memórias de trabalhadores sob a ótica da memória política dada a sua característica de se configurar num campo de disputa.

Diante do exposto, o objeto desta pesquisa tem como inspiração a minha trajetória profissional, especificamente, a atuação como psicóloga na Prefeitura

Municipal de Itaguaí², onde sou servidora pública desde dezembro de 2003, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). Ao longo desta trajetória, foram identificados alguns fatores que influenciaram a formação do movimento recente dos trabalhadores do município de Itaguaí na luta por seus direitos decorrentes da relação trabalhista.

Fui aprovada no concurso público para a Prefeitura Municipal de Itaguaí em abril de 2003, sendo convocada em dezembro deste mesmo ano, no governo do prefeito José Sagário Filho (2001-2004). A grande massa de trabalhadores da prefeitura era composta por profissionais contratados e o concurso anterior ocorrido na cidade tinha se dado especificamente para a secretaria de educação, de maneira que as demais secretarias eram predominantemente ocupadas por trabalhadores com vínculo precário. Boa parte destes profissionais perdeu os seus postos de trabalho, à medida que foram gradativamente substituídos pelos profissionais concursados.

Na ocasião, fui lotada no Conselho Tutelar, onde havia uma psicóloga contratada. Ela me recebeu na unidade e logo se despediu, pois foi dispensada com a minha chegada. Diante disso, considero que a minha chegada gerou um constrangimento inicial. E assim aconteceu em outras unidades. Aliado a isso, a grande maioria dos novos servidores não era munícipe – o que gerou certa hostilidade dos contratados em relação aos concursados, pois era disseminada a ideia de que os concursados estariam ocupando os postos de trabalho disponíveis e, assim, sendo apontados como os responsáveis pelo desemprego dos munícipes.

A prefeitura de Itaguaí realizou as convocações e nomeações de servidores públicos durante todo o ano de 2004. Contudo, na mesma época, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro começou a convocar os classificados no concurso público, de maneira que parte dos profissionais pediu exoneração em Itaguaí para tomar posse na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, com os baixos salários e outras dificuldades, dentre elas, situações de constrangimento e assédio aos profissionais concursados, aos poucos, o município de Itaguaí foi reduzindo o seu quadro de servidores efetivos e logo voltou a realizar nomeações e contratações de profissionais.

Cabe ressaltar que quando fui convocada para tomar posse como servidora, ainda não existia no município a Secretaria de Assistência Social. Fui lotada na

² Itaguaí é um município da Baixada Fluminense que está localizado a 70 km da capital da cidade do Rio de Janeiro, situado num trecho da Rodovia Rio-Santos, que liga o Estado do Rio de Janeiro ao Estado de São Paulo.

Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, assim como todos os psicólogos(as) convocados(as) na ocasião e direcionada para atuar no Conselho Tutelar – órgão autônomo, vinculado administrativamente a Assistência Social – onde permaneci durante cerca de três anos. A Política de Assistência Social em Itaguaí foi administrada por uma subpasta que integrava a Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social até o ano de 2004, quando, a partir da Lei nº 2.471 de 29 de abril de 2004, foi criada a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS).

Em 2010, por motivo de intenso desgaste emocional provocado pelas condições e relações de trabalho opressoras³, dei entrada na solicitação de licença sem vencimentos, que foi concedida no mês de abril de 2010 e me dava a possibilidade de afastamento pelo período máximo de quatro anos. Permaneci afastada do município até o mês de abril do ano de 2014 e, ao retornar, me deparei com um cenário bem diferente, tanto em termos de condições de trabalho (inclusive salariais) quanto em termos de perfil dos trabalhadores.

Aqui, destaco a mudança na composição do conjunto de servidores com a convocação e nomeação de profissionais do último concurso público realizado no município, no ano de 2011. A chegada dos novos servidores estatutários causou grande impacto na administração municipal visto que, até então, havia um número maciço de trabalhadores com vínculo precário de trabalho, em sua grande maioria, contratados ou comissionados. Notamos que o número reduzido de servidores efetivos deixava o coletivo dos trabalhadores bastante vulnerável, considerando a dificuldade de fazer qualquer tipo de resistência sem sofrer represália por parte da chefia.

Em função do vínculo precário, os trabalhadores aceitavam de maneira passiva as péssimas condições de trabalho, bem como se submetiam a situações que configuravam assédio moral. Temiam a demissão e, por serem munícipes, tinham receio de não conseguirem emprego próximo de casa, pois em Itaguaí não há grande variedade de postos de trabalho. Além disso, ter que ir para “o Rio” (como denominam

³ Nesta época, atuava como psicóloga no abrigo municipal de crianças e uma das atividades pertinentes ao trabalho era a elaboração de relatório mensal ao judiciário acerca do acompanhamento realizado às crianças e famílias. Por vezes, o envio de tais relatórios era motivo de conflitos com a gestão da Secretaria de Assistência Social, pois tinham como efeito o direcionamento de alguma solicitação por parte da justiça à SMAS. E a compreensão da gestão era de que, como servidora efetiva da prefeitura, eu não deveria fornecer informações que fossem prejudiciais à prefeitura. Apesar de não me submeter, manter a ética profissional se tornou demasiadamente desgastante. Passado algum tempo, foi necessário me afastar desse ambiente laboral para preservar a minha saúde mental.

o município vizinho) representava um aumento significativo de custos de deslocamento, com o agravante do desgaste em função da distância geográfica e da escassez de transporte público na cidade.

Desta forma, a nomeação dos servidores estatutários causou um desequilíbrio na relação de poder estabelecida entre os profissionais e as suas respectivas chefias. Foi possível observar uma tensão na relação entre os trabalhadores concursados e a gestão – que atingiu o seu ápice na greve iniciada pelos servidores na luta pela efetivação do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), no ano de 2015. Este acontecimento gerou uma série de desdobramentos e mudou toda a história dos servidores do município de Itaguaí.

Cabe destacar que a história do movimento dos trabalhadores do município de Itaguaí está inserida no cenário de desmonte das políticas públicas e do alijamento de direitos sociais. Além disso, observa-se transmutações no processo produtivo que impactaram o universo do trabalho, aumentando a desregulamentação dos direitos sociais e a precarização, especialmente, no governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) que pretendia efetuar reformas visando a supressão de direitos trabalhistas, a exemplo do debate sobre a reforma administrativa e a reforma da previdência instituída.

Ademais, desde a eleição de 2018, nota-se uma renovação política com movimento de ascensão da extrema direita. Aliado a isso, tínhamos um presidente politicamente inapto para o exercício do cargo⁴ e uma agenda neoliberal pronta para ser executada com uma pauta social de cunho moral e conservador. Entretanto, as últimas eleições apontam uma possibilidade de mudança deste cenário, tendo em vista que a eleição do presidente Lula (2023-atual) representa, dentre outras coisas, a defesa e o fortalecimento da democracia brasileira, apesar da polarização ainda bastante presente no país. A título de exemplo, citamos o episódio do dia 08 de janeiro de 2023, denominado como uma tentativa de golpe de Estado quando bolsonaristas invadiram a Esplanada dos Ministérios em atos de vandalismo e de depredação. Mais do que promover a destruição local de patrimônios da população brasileira, foram atos reconhecidos como antidemocráticos, considerando os ataques direcionados aos três

⁴ O artigo de Luís Cláudio Cunha intitulado *216 palavras para a imprensa definir com precisão Bolsonaro e seu governo* ilustra a nossa afirmação e nos auxilia a refletir sobre a questão. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/opiniaio/216-palavras-para-a-imprensa-definir-com-precisao-bolsonaro-e-seu-governo/>. Acesso em 17 de abril de 2022.

poderes que representam os pilares da democracia brasileira: o executivo, o legislativo e o judiciário⁵.

Estamos num momento ímpar da história brasileira e trazer à tona a memória do movimento da classe trabalhadora trata-se de tema contemporâneo com impactos para estudos da memória social (ao concentrar-se na memória de trabalhadores) e que, certamente, trarão desdobramentos significativos para os direitos sociais dos trabalhadores num futuro próximo.

Observa-se que o desmonte das políticas sociais na última década aponta não somente para o retrocesso no que se refere aos direitos constitucionais, mas também para situações de negação e de invisibilização de sujeitos que deveriam usufruir dos direitos assegurados pela Constituição. Problematicamos que o direito à proteção social não contributiva deve compor as lutas mais amplas em torno da defesa dos direitos humanos. Aliado a isso, o enfrentamento da pobreza e da extrema pobreza deve ser pauta de intervenção das políticas públicas, independente da ação política (e por vezes, eleitoreira) de governos, incorporando as demandas e pautas de grupos invisibilizados e de movimentos sociais.

Neste contexto, a memória do movimento dos trabalhadores de um município da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro se mostra um tema atual e relevante, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a população em geral. Acreditamos que a partir da compreensão e da análise da memória destes trabalhadores, podemos incentivar a criação de outros coletivos e, assim, ampliar a luta pelos direitos dos cidadãos por meio do que denominamos de resistência.

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a memória do movimento dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social do município de Itaguaí no cenário contemporâneo, com ênfase a partir do ano de 2015, ocasião em que o Fórum de Trabalhadores/as do SUAS foi reativado. Contudo, para melhor compreensão do processo histórico do movimento, foi necessário o estudo de dados anteriores a este período. Diante do exposto, nos questionamos: Como se constitui a memória do movimento dos trabalhadores do SUAS no município de Itaguaí? Qual a influência dessa memória na construção da identidade dos trabalhadores?

⁵ Mais informações em: TEIXEIRA, M; MACHADO, R. Lula diz que 08 de janeiro foi começo de golpe de Estado e que inteligência não existiu. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/lula-diz-que-sistema-de-inteligencia-nao-existiu-antes-de-ataque-aos-tres-poderes.shtml>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivos específicos: verificar a construção da identidade de classe “trabalhador do SUAS” a partir da análise da trajetória dos entrevistados; identificar as conquistas e os desafios encontrados para a organização do movimento dos trabalhadores do SUAS de Itaguaí; estudar as reconfigurações da classe trabalhadora no cenário contemporâneo.

Utilizamos o trabalho de Becker (1977), considerando que a pesquisadora está inserida no campo a ser investigado, no texto *De que lado estamos*, no qual o autor faz uma consideração sobre o ponto de vista do pesquisador. Para ele, de uma maneira ou de outra, sempre tomamos partido de algo ou de alguém. Estamos sempre nos posicionando e isto não significa que o nosso estudo perde a validade por conta de nossas inevitáveis simpatias: “Não podemos jamais evitar tomar partidos. Assim, ficamos com a pergunta sobre se tomar partido significa que foi introduzida alguma distorção tão grande em nosso trabalho que o tornou inútil” (BECKER, 1977, p. 133). Assim, deve-se deixar elucidado os limites do trabalho realizado, tendo em vista que a análise empreendida nos diz somente como as coisas aparecem a partir daquela posição, ou seja, do lugar do pesquisador. Essa limitação nos remete também a uma premissa do trabalho científico: “Não deixa de ser uma solução dizer que, ao longo dos anos, cada estudo “unilateral” provocará estudos adicionais que gradualmente alargarão nossa compreensão de todas as facetas relevantes da operação de uma instituição” (BECKER, 1977, p. 136).

Ademais, refere-se neste trabalho a reflexão de Gilberto Velho (1978) sobre o estudo do familiar, que se configura como um desafio, pois “O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido (...) estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente” (VELHO, 1978, p. 126). Assumindo o desafio proposto por Gilberto Velho, nos posicionamos de maneira a perceber o que é considerado familiar como uma realidade complexa. E, para tal, é fundamental o estranhamento do familiar, confrontando a infinidade de interpretações existentes a respeito de fatos e de situações.

Por se tratar de uma pesquisa que tem como finalidade a análise da memória de sujeitos numa dada circunstância, a metodologia de história oral atende de maneira adequada aos objetivos do estudo, tendo em vista que tem sido utilizada no estudo de acontecimentos históricos, de grupos e de movimentos sociais. Além disso, Alberti

(1990) afirma que a história oral está centrada na memória humana e na sua capacidade de rememoração do passado e, portanto:

Pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas (ALBERTI, 1989, p. 4).

Diante disso, apostamos que a metodologia de história oral tinha muito a contribuir para o melhor desenvolvimento da pesquisa. Em relação aos instrumentos, utilizamos as entrevistas orais temáticas, conforme a classificação de Shikida (2005), de maneira a analisar a participação do entrevistado no movimento dos trabalhadores do município de Itaguaí. De acordo com a autora citada, a entrevista de história oral temática tem como finalidade a identificação da participação do entrevistado em determinado tema, nos revelando uma teia de relações sociais que trazem à tona as questões históricas e sociais de determinada época. Assim, as perguntas não se referem especificamente à história de vida do sujeito, mas a uma parte específica de sua trajetória e a sua inserção em determinado tema, neste caso, refere-se à inserção (ou não) do sujeito em movimentos de trabalhadores do município pesquisado.

Aqui cabe destacar a dificuldade para a obtenção de dados junto a SMAS. Foi feito um requerimento formal direcionado a SMAS, solicitando o quantitativo de trabalhadores da Secretaria de Assistência Social, divididos em categorias e com as informações referentes ao vínculo de trabalho. O requerimento foi enviado no mês de abril de 2021 para a Diretoria de Gestão do Trabalho do SUAS, por intervenção da Gerência da Proteção Social de Média Complexidade⁶ que fez a mediação. Após duas semanas da solicitação, foi-me informado que os dados deveriam ser solicitados por meio de procedimento administrativo a ser protocolado na Prefeitura Municipal de Itaguaí. Esta orientação, apesar de se tratar de um procedimento considerado como protocolar, também nos sugere a intenção de burocratizar uma solicitação relativamente simples, visto que demandaria uma pesquisa básica por parte do setor de recursos humanos da SMAS.

Diante disso, problematizamos que o procedimento adotado pela gestão da SMAS pode ser considerado como uma forma de obstaculizar o acesso da pesquisadora aos dados. Ressaltamos que os dados solicitados são importantes para

⁶ Na época da solicitação, atuava como psicóloga no Centro Pop, unidade que compõe a média complexidade e, então, encaminhei a solicitação para a minha chefia direta. Em agosto de 2022 fui transferida para a proteção social básica e, até o presente momento, estou no espaço laborativo do CRAS Engenho.

a definição da amostragem e da seleção dos sujeitos a serem entrevistados. Todavia, de maneira informal, conseguimos alguns dados, em maio de 2021, a partir da mediação da Gerência da Proteção Social de Média Complexidade com o setor de Recursos Humanos da SMAS.

De acordo com tais informações, a Secretaria de Assistência Social do município de Itaguaí estaria composta por 334 trabalhadores⁷. Deste total, 220 seriam servidores efetivos (concurados), 91 comissionados e 23 contratados. Os servidores efetivos em cargos comissionados são contabilizados como efetivos. Outra observação feita é que não há profissionais de nível superior entre os trabalhadores contratados, apenas de nível médio e fundamental.

Como o processo administrativo referente à solicitação de dados ainda estava em aberto, em julho de 2022, recebemos as seguintes informações oficiais da SMAS (documento consta em anexo): do total de 262 trabalhadores da Secretaria de Assistência Social do município de Itaguaí, 222 são servidores efetivos (concurados) e 40 são contratados. Assim, os dados oficiais apresentam uma diferença significativa se comparados aos dados informais obtidos em maio de 2021, especialmente, os dados referentes ao número total de trabalhadores lotados na Assistência Social e de trabalhadores contratados. Nos dados oficiais fica também a lacuna referente aos trabalhadores comissionados, que sequer são mencionados no documento.

A pesquisa de campo foi composta pela análise documental e análise das entrevistas de trabalhadores lotados nas diversas unidades da Secretaria de Assistência Social do município de Itaguaí, de diferentes níveis de escolaridade que fazem parte das categorias profissionais que constituem as equipes de referência do SUAS⁸ (dentre outras, destacamos assistente social, psicólogo, educador/cuidador social e auxiliar de serviços gerais). Em princípio, pretendia-se entrevistar dois trabalhadores de cada categoria – um participante de movimentos de trabalhadores e outro sem a vivência de movimentos coletivos e sociais, a fim de termos uma visão

⁷ Informações fornecidas pela Gerência da Proteção Social Especial de Média Complexidade no dia 06/05/2021.

⁸ Aqui cabe citar duas resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS): a Resolução 17/2011 que reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do SUAS; e a Resolução 09/2014 que reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de escolaridade de ensino médio e fundamental que compõem as equipes de referência do SUAS, previstas na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS.

mais ampla sobre as narrativas dos trabalhadores – e, como temos quatro categorias, chegaríamos ao total de oito entrevistados. No decorrer da pesquisa de campo foi observada a necessidade de buscar trabalhadoras/es do SUAS mais antigos no município, visando a melhor compreensão do histórico do movimento e, deste modo, finalizamos o estudo com 10 (dez) participantes. Na seção destinada à análise da memória dos trabalhadores do SUAS do município de Itaguaí, explicitamos de maneira mais detalhada a composição da amostra do estudo.

A partir dos dados apresentados pode-se pensar que o número de entrevistados pode não ser representativo do grupo de trabalhadores em questão. Contudo, ressaltamos que a pesquisa pretende apresentar uma análise qualitativa dos dados e, assim, elaborar uma espécie de retrato do grupo pesquisado no momento da realização do estudo, sem a preocupação de estabelecer generalizações. E isto se dá porque a pesquisa segue uma das premissas do campo da memória social que se refere à compreensão da memória como uma construção processual, “uma construção humana, finita, e, portanto, uma construção no tempo” (GONDAR, 2005, p. 19).

Além da realização de entrevistas (roteiro encontra-se no apêndice), foi realizada pesquisa documental buscando fontes que auxiliassem na construção da memória do movimento dos trabalhadores, tais como atas de reuniões, assembleias e plenárias com a participação de trabalhadoras/es da assistência social do município em questão. Ressaltamos que o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da UNIRIO em abril de 2022, sob o CAEE: 57921522.0.0000.5285.

Neste ponto, cabe detalhar a origem do material e os períodos com os quais tivemos a intenção de trabalhar. Em relação às atas das reuniões do fórum municipal de trabalhadores do SUAS do município de Itaguaí (FMTSUAS/Itaguaí), foram selecionados como relevantes a análise das atas do ano de 2015 – quando houve a greve dos servidores e a recomposição do fórum municipal dos trabalhadores – e também as atas das reuniões realizadas nos anos de 2020 e de 2021, por considerarmos que houve o acirramento dos conflitos entre os trabalhadores e a gestão da SMAS no contexto da crise sanitária da pandemia do novo coronavírus.

Já em relação aos documentos referentes ao sindicato, considera-se como representativo o período de 2015 a 2017, visto que neste período se deu duas mudanças de representação sindical.

Como trabalhadora da Política de Assistência Social do município, participante do FMTSUAS/Itaguaí e do sindicato municipal, não tive dificuldades para acessar os documentos supracitados. Contudo, teve circunstâncias em que não foi possível localizar os documentos. Ademais, a inserção nas reuniões de ambos os espaços de organização coletiva favoreceu a utilização da observação participante como instrumento de coleta de dados qualitativos do campo pesquisado. Para Somek (2015), a observação se constitui como um dos métodos mais importantes de coleta de dados que utiliza meios diversificados de armazenamento. E no que se refere à observação participante, pondera:

O observador participante tem visão excepcional do comportamento e das atividades daqueles a quem observa, uma vez que participa dessas atividades e está em certa medida inserido na cultura do grupo [...]. Também é preciso tomar o cuidado de não ficar imerso demais na cultura do grupo e perder de vista outras perspectivas (SOMEK, 2015, p. 186).

No que diz respeito às entrevistas, o método de análise de dados escolhido foi a Análise de Conteúdo (AC) que, de acordo com a conceituação de Gomes (2009) trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que engloba dentre outras: a análise de avaliação ou análise representacional; a análise de expressão; a análise de enunciação e a análise temática.

Assim como o autor, destaca-se neste trabalho a última técnica mencionada, na afirmação de que a análise temática consiste na descoberta dos núcleos de sentido que compõem a comunicação e, para tal, trabalha com a definição de unidades de registro e unidades de contexto, adotando como principais procedimentos metodológicos a categorização, a inferência, a descrição e a interpretação. Contudo, estes procedimentos nem sempre ocorrem de maneira sequencial, considerando que: “O caminho a ser seguido pelo pesquisador vai depender dos propósitos da pesquisa, do objeto de estudo, da natureza do material disponível e da perspectiva teórica por ele adotada” (GOMES, 2009, p. 88).

Consideramos que para atingir o nosso objetivo, a análise da memória do trabalhador do SUAS, é necessário realizar uma contextualização, tanto da Política de Assistência Social quanto do universo contemporâneo do mundo do trabalho. Assim, a tese está estruturada em três seções: 1) A Política de Assistência Social no Cenário Contemporâneo; 2) As Transformações no Mundo do Trabalho e a especificidade dos Trabalhadores do SUAS; 3) A Memória do Movimento dos Trabalhadores do SUAS no Município de Itaguaí.

Na primeira seção, apresenta-se a Política de Assistência Social, seus marcos regulatórios e como o sistema de proteção social brasileiro vem sendo construído no esteio dos embates políticos, com a participação ampla e efetiva dos trabalhadores da Assistência Social. Destaca-se ainda a natureza contraditória das políticas sociais no seio do capitalismo contemporâneo, evidenciando como as políticas sociais podem estar a serviço do capital (a exemplo da sua subordinação à política fiscal e da criminalização da pobreza) e também dando suporte às lutas da classe trabalhadora (como a inclusão da assistência social na agenda de lutas por uma seguridade social pública, não contributiva, universal e democrática). Neste sentido, utiliza-se como referência os textos de Jucimeire Isolda Silveira (2017a/ 2017b) e Potyara Amazoneida Pereira (2013) sobre política social, além dos estudos de Aldaíza Sposati (2007), Elaine Behring (2008) e Ivanete Boschetti (2016) sobre Assistência Social no Brasil e trabalho no contexto da sociedade capitalista.

A seção seguinte trata da categoria trabalho no cenário contemporâneo brasileiro, mencionando as transformações ocorridas nos processos produtivos a partir da década de 1980, utilizando autores de referencial marxista, especialmente, Ricardo Antunes (2011; 2018), Ruy Braga (2014) e Richard Sennett (1999). Além disso, analisa-se os possíveis desdobramentos destas reconfigurações do mundo do trabalho em escala global e nacional, tratando especificamente dos impactos para o conjunto de trabalhadores do SUAS, com destaque para as possibilidades de resistência e de organização coletiva no âmbito da Política de Assistência Social.

Na seção referente à memória do movimento de trabalhadores do SUAS do município de Itaguaí, apresentamos a análise da memória do movimento de trabalhadores da Política de Assistência Social do município de Itaguaí ancorada nos três eixos centrais de análise: as reconfigurações da classe trabalhadora no cenário contemporâneo; as conquistas e os desafios encontrados para a organização do movimento dos trabalhadores do SUAS de Itaguaí; a construção da identidade de classe “trabalhador do SUAS”, a partir da análise da trajetória dos entrevistados. A análise foi empreendida a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo, apoiada na análise de entrevistas e na análise documental.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Nesta seção é apresentado um breve histórico da Política de Assistência Social e seus marcos regulatórios. Para melhor compreensão da construção do Sistema Único da Assistência Social, realiza-se o debate sobre as políticas sociais na contemporaneidade, dada o seu caráter complexo e contraditório no âmbito da sociedade capitalista. Diante disso, são apresentadas aqui algumas características gerais e tendências da política social no contexto contemporâneo e, em seguida, às especificidades do desenvolvimento das políticas sociais no cenário brasileiro. O sistema de proteção social brasileiro vem sendo construído no esteio dos embates políticos e, especificamente no que diz respeito à Assistência Social, com a participação ampla e efetiva dos trabalhadores da referida política.

Utilizamos como referência os estudos de Jucimeire Isolda Silveira (2017) e Potyara Amazoneida Pereira (2008; 2013) sobre política social, além de Aldaíza Sposati (2007), Elaine Behring (2008) e Ivanete Boschetti (2016) sobre Assistência Social no Brasil e trabalho no contexto da sociedade capitalista. Argumentamos que tanto a Política de Assistência Social quanto os trabalhadores sofrem, ao longo do tempo, os efeitos dos atravessamentos políticos que tem tido como resultante o gradativo desmonte do SUAS enquanto política pública.

2.1 Política Social: algumas ponderações

Behring e Boschetti (2016) apreendem a política social como um processo social de tensões e que está relacionada tanto a configuração da chamada questão social, bem como às respostas das classes sociais e do Estado. Assim como as autoras, entendemos a questão social como “expressão das relações de produção e reprodução social no capitalismo” (p.9), observando a necessidade de analisar a política social em sua historicidade “e em sua relação com a economia, a luta de classes, a política e a cultura, de modo a compreender suas tendências e sua dinâmica contemporânea” (p.9). Para as autoras citadas, a política social se apresenta como um campo dinâmico da realidade social à medida que se constrói historicamente, de acordo com as demandas da sociedade e das crises do capital.

Uma breve análise sobre o modo de produção capitalista será realizada na seção seguinte, contudo, já mencionamos que a apreensão deste modo de produção é relevante para a melhor compreensão da natureza contraditória das políticas sociais.

Nesta perspectiva, Silveira (2017a) argumenta que o aprofundamento da questão social é decorrente da crise econômica, política e institucional do mundo globalizado, no qual se observa a ampliação da desigualdade interna e externa entre os países. No que tange à análise de conjuntura, Pereira (2013) afirma que enquanto os grandes especuladores foram protegidos da falência pelo governo, os trabalhadores tiveram redução significativa de salário e de rendas e foram atingidos pela precarização ou extinção de seus postos de trabalho, com impacto nas condições de vida e de cidadania:

Por isso, é válido afirmar que vivemos, em todo o mundo capitalista, sob o domínio de um Robin Hood às avessas, isto é, sob a regência de uma gritante regressividade na distribuição da riqueza (entre indivíduos, classes e nações), já que são os despossuídos de bens materiais e financeiros que sustentam os possuidores desses bens (PEREIRA, 2013, p. 16).

A partir desta compreensão, analisamos que todo esse encadeamento contribui para a reprodução de territórios com maiores níveis de desigualdade e violadores de direitos. Neste conjunto de relações contraditórias, as políticas sociais podem ser consideradas como parte das estratégias de enfrentamento da questão social organizada pelo Estado (BEHRING e SANTOS, 2009). Contudo, a natureza setorial das intervenções do Estado revela a sua fragmentação e evidencia a dificuldade de lidar com as múltiplas expressões da questão social no capitalismo.

Mandel (1982) descreve algumas funções do Estado e destaca o empenho para promover a manutenção de relações sociais baseadas na propriedade privada dos meios de produção. Ademais, apresenta também as seguintes funções do Estado: a repressão (quer seja, a face punitiva do Estado) acionada quando alguma ameaça à dominação da classe burguesa é observada; a promoção de integração entre as classes, a partir da adoção de estratégias que favorecem o predomínio da ideologia da classe dominante. A tática da repressão possui limites, tornando necessária a utilização de estratégias de conciliação para que a classe trabalhadora esteja conformada com a situação da exploração. Aliada a conciliação, a produção de consensos se mostra uma função importante para a manutenção da ordem vigente. Nesta lógica, Marx (2010) problematiza que: “O Estado jamais verá no Estado e na organização da sociedade a razão das mazelas sociais” (p.38) e, por esta razão, produz e reproduz as condições geradoras de pauperismo, favorecendo a manutenção da propriedade privada. Sendo assim, podemos pensar que o Estado busca a manutenção de relações sociais de exploração, salvaguarda, as suas

contradições. E apresenta respostas que priorizam a conservação das relações sociais, principalmente, mediante as lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho.

Silveira (2017a) pondera que a racionalidade da lógica do mercado demanda um Estado que apresente, por um lado, a sua face punitiva no que se refere à população em situação de vulnerabilidade social e a qualquer forma de insurgência que coloque em risco a dominação institucionalizada. E, por outro lado, a sua face gerencial no que diz respeito à conformação dos interesses do capital:

A verdade insofismável é que o Estado está presente e participante do processo de declínio da política social como direito de cidadania, seja para legitimar as novas tendências da proteção social, voltadas para o trabalho como punição, seja para garantir o aumento da produtividade do capital e a diminuição dos custos privados em economias abertas. E o Brasil, apesar das peculiaridades da realidade nacional, não foge a essa regra” (PEREIRA-PEREIRA, 2010, p. 18/19).

Portanto, é preciso considerar que é no contexto deste Estado capitalista que se revelam fragilidades na formulação das políticas públicas, especialmente das políticas sociais. Ademais, a natureza contraditória e heterogênea do Estado, dos direitos sociais e das políticas públicas impacta na participação de grupos sociais e coletivos nos espaços democráticos de controle e outras instâncias de participação social. Em relação a isso, Silveira (2017a) reconhece a importância das normativas e das legislações, contudo, as considera insuficientes se não estiverem associadas a práticas deliberativas e autônomas que possibilitem maior capacidade emancipatória. A autora destaca ainda que a efetivação dos direitos sociais na contemporaneidade pressupõe a superação dos limites institucionais na formulação de políticas e, especialmente, no acesso aos direitos. E que, portanto, são elementos indissociáveis na luta pela cidadania e dignidade humana, tão almejada pelos movimentos sociais na construção de uma organização e resistência coletiva.

Behring e Santos (2009) consideram ainda a função ideológica dos direitos no âmbito da sociedade capitalista, afirmando que podem ser utilizados como estratégias de ordenamento de possíveis conflitos entre as classes sociais. As autoras argumentam que a realidade das relações sociais desiguais e de exploração pode ser escamoteada por meio destes subterfúgios normativos e ideológicos – que servem mais a manutenção da ordem vigente do que para amenizar as desigualdades. As políticas sociais, portanto, constituem o acervo de respostas estatais com a intenção de manter a ordem vigente. Não estão dissociadas da propriedade privada e

tampouco serão capazes de promover, por si só, a subversão da ordem capitalista burguesa.

Neste sentido, Boschetti (2016) analisa que as políticas sociais contribuem para a redução das desigualdades inerentes à sociedade capitalista, o que pode gerar submissão ao capital, mas também pode, ao contrário, produzir inconformismo e produzir resistência à lógica capitalista. Pereira (2013), ao discutir a natureza contraditória da política social, afirma a possibilidade desta política servir aos interesses do capital e, de maneira concomitante, atender demandas e necessidades sociais, haja vista que:

A política social não é *unívoca*, isto é, não é idêntica em todos os tempos e lugares; e dada à possibilidade de ser, num mesmo momento e espaço geográfico, *positiva* e *negativa* para o trabalho e o capital, ela nunca poderá ser pensada como um recurso exclusivo das forças dominantes. Os dominados também podem acessá-la desde que se organizem e enfrentem com armas políticas apropriadas as forças que os oprimem (PEREIRA, 2013, p. 17).

Reconhecer que não há unicidade na política social envolve a compreensão da existência de uma correlação de forças, inclusive, de sistemas políticos rivais que orientam o manejo da política social ao longo do tempo. Por esta razão, tal política pode ser impactada – tanto na sua concepção quanto na sua execução – e disputada pelas ideologias da direita e da esquerda, podendo ser apropriada por regimes democráticos e autoritários. Este dado é importante porque há uma tendência de associação das políticas sociais aos regimes democráticos e observa-se uma inversão no que se refere à experiência brasileira, pois as políticas sociais ganharam mais força e visibilidade na ditadura do que na democracia (SANTOS, 1979; CARVALHO, 2001). Diante da especificidade da política social brasileira, destinamos um espaço para o debate acerca de sua evolução histórica e apresentamos as tendências da política social na contemporaneidade. Contudo, ainda faremos uma breve explanação sobre a política social no cenário internacional.

De acordo com Behring e Boschetti (2016, p. 51), as políticas sociais podem ser consideradas formas de enfrentamento do Estado capitalista a questão social e neste sentido, afirmam:

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – as expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 51).

No final do século XIX esta resposta foi, sobretudo, repressiva, incorporando apenas algumas demandas da classe trabalhadora sem, contudo, atingir o cerne da questão social. Apesar do reconhecimento de que a classe trabalhadora obteve conquistas importantes no que tange aos direitos políticos, analisa-se que tais conquistas não foram suficientes para promover a ruptura com o capitalismo. Neste sentido, as autoras afirmam que: “A mobilização e a organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do século XX” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 64).

Mandel (1982) pondera que, em determinados contextos, as políticas sociais – a exemplo da crise de 1929 – fazem parte das respostas do Estado, se caracterizando como medidas anticrise ou anticíclicas. Ele explica a crise de 1929 a partir dos ciclos do capital de expansão e de depressão, afirmando que o período de expansão se caracteriza pelo crescimento da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valia, tendo como efeito possível o recuo do movimento operário. Contudo, com a redução do exército industrial de reserva, se amplia a resistência do movimento operário e diminui a taxa de mais-valia. Assim, as soluções para a crise de 1929 teriam como finalidade a reativação do emprego e do consumo e as políticas sociais viriam na perspectiva do amortecimento das crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo no âmbito da lógica do capital.

Mandel (1982) analisa ainda que seriam necessárias outras condições, além da econômica, para a manutenção da onda expansiva da fase do capitalismo tardio⁹ e menciona o cenário da luta de classes. Para a burguesia, a alta taxa de lucro advinda da superexploração do trabalho pressupõe a realização de consensos e acordos com a classe trabalhadora, que pôde observar uma resposta mais imediatista para alguns processos, considerando, por exemplo, os acordos coletivos relacionados a ganho de produtividade e expansão das políticas sociais (por intermédio de ganhos salariais indiretos assegurados pelo fundo público). De certa forma, os acordos se mostraram satisfatórios, diluindo a radicalidade das lutas de classes e resultando na aposta da possibilidade de combinar acumulação e níveis de desigualdade.

Entretanto, este modelo dá sinais de esgotamento a partir da segunda metade da década de 1960, abrindo a possibilidade político-econômica e histórica do *Welfare*

⁹ O capitalismo tardio ou maduro caracteriza-se por um intenso desenvolvimento de monopolização do capital, pela intervenção do Estado na economia e no livre movimento do mercado (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 82).

State – política de bem-estar social no qual a estabilidade estaria baseada no pleno emprego, na redistribuição e na primazia da política social. Contribuindo para o debate, Behring e Boschetti (2016) afirmam que o termo *Welfare State* tem sido utilizado de maneira genérica para nominar os países que adotaram as políticas sociais de cunho fordista-keynesiano, contudo, analisam que: “Essas expressões, entretanto, são formuladas e utilizadas em cada nação para designar formas determinadas e específicas de regulação estatal na área social e econômica e muitas vezes são incorporadas ou traduzidas sem o devido cuidado na sua precisão e explicitação” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 96). Ademais, em alguns casos, o sistema de proteção social se caracteriza pela universalização dos direitos, ou seja, destinados a todos os cidadãos, sendo o Estado responsável pela garantia dos mínimos sociais aqueles em condições de vulnerabilidade social.

As autoras citadas explicitam ainda que a sanha por lucros no capitalismo tardio no contexto da luta entre capital e trabalho, aumenta o ressurgimento do exército industrial de reserva, trazendo à tona uma situação de desemprego estrutural (e não mais de desemprego pontual) que provoca a expansão das políticas sociais mediada pela regulação estatal. Cabe destacar que, neste caso, a regulação estatal não estaria a serviço do capital, mas atuando em benefício da classe trabalhadora, no que as autoras apontam: “A demanda contraditória sobre o Estado, por sua vez, é a expressão da contradição interna do capitalismo entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 91). Por esta razão, na década de 1970, o ataque do discurso neoliberal se volta para as políticas sociais, alegando paternalismo no *Welfare State*, visto que, nesta situação, o Estado se coloca a favor dos interesses do trabalho, interferindo em algumas ações a favor do capital. Como consequência desse processo, assiste-se ao acirramento da disputa em torno da destinação dos recursos públicos.

Após a segunda guerra mundial, a intervenção do Estado na regulação das relações sociais e econômicas pode ser considerada um elemento fundamental para o desenvolvimento das políticas sociais. O denominado consenso pós-guerra evidencia, além de alianças entre os partidos de direita e de esquerda, aliança entre as classes, facilitando o estabelecimento de acordos que permitiram a aprovação de legislações sociais e a expansão do *Welfare State*, por meio de políticas mais abrangentes e universalizadas, baseadas na concepção de cidadania e no conceito ampliado de seguridade social.

Contudo, os “anos de ouro” do capitalismo – período no qual parte dos ganhos de produtividade era transferida para o salário real, de forma a possibilitar a manutenção do pleno emprego associada à rentabilidade do capital – começam a mostrar sinais de esgotamento no final da década de 1960 e início da década de 1970, quando as elites responsabilizam e criticam a atuação do Estado mediador civilizador pela instauração da crise. Assim, a crise dos “anos de ouro” se refere à reação burguesa no que tange à estagnação do capitalismo e do período de crescimento econômico com “a reestruturação produtiva, a mundialização do capital e o neoliberalismo que colocam a política social em uma nova condição, já que essa reação demarca uma crise do *Welfare State* e uma nova dinâmica de alocação do fundo público” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p.24). Essas contradições revelam os limites para a onda longa de expansão e marcam o início do período de estagnação que restringem a implementação de políticas sociais.

Nesta perspectiva, retomamos os estudos de Mandel (1982) no que se refere aos ciclos de expansão e de estagnação do capital. Para ele, a busca do superlucro a partir de um diferencial na produtividade é inerente ao mundo do capital, resultando no desenvolvimento desigual e combinado. E argumenta que o processo de automação intensifica as contradições do mundo do capital. Ademais, os momentos de retomada são marcados por uma depressão dos fatores de crescimento. Deste modo, após a recuperação da crise clássica de superprodução em 1974, na qual o Estado atuou como um amortecedor anticrise, no início da década de 1980, uma nova crise é desencadeada nos EUA, com a ascensão dos neoliberais conservadores e o desenvolvimento de políticas que visam à restauração do lucro. A onda longa de estagnação (atravessada por breves momentos de recuperação) toma forma mediante o encontro de crises clássicas de superprodução, tais como a crise do sistema imperialista e a crise de credibilidade do capitalismo “enquanto sistema capaz de garantir o pleno emprego, o nível de vida e as liberdades democráticas” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p.118).

Para Boaventura de Souza Santos (2006), o Estado capitalista moderno tem como função geral manter a coesão social numa sociedade atravessada pelos sistemas de desigualdade e de exclusão. Ainda em relação ao papel do Estado, o autor critica o fim do *Welfare State* – o que poderia ser considerada uma tentativa séria de produzir uma gestão controlada das desigualdades e das exclusões, a partir da social-democracia e do Estado Providência. Entretanto, identifica-se o movimento

do *Welfare*, deste Estado de Bem-Estar, para o *Workfare*, no qual o Estado sai de cena para dar lugar ao mercado. Neste último, a ênfase é dada a política econômica, em detrimento da política social. Assim, o que observamos como tendência contemporânea é o oposto da defesa do Estado de Bem-Estar Social, considerando as ações estatais no que se refere às políticas sociais. Contudo, cabe destacar que, no Brasil, não vivenciamos o *Welfare State*. Analisamos que, apesar da Constituição de 1988 representar um avanço significativo na perspectiva de direitos, já na década seguinte pode-se observar o início do processo de reducionismo e destituição dos direitos sociais.

De acordo com Behring e Boschetti (2016), no cenário internacional, a década de 1980 ficou marcada pelo processo de reestruturação produtiva, caracterizado pela revolução tecnológica e organizacional da produção que tem como efeito a geração de um desemprego crônico e estrutural. Assim, as taxas de lucros se desvinculam do pleno emprego e do crescimento que sustentavam a conciliação entre as classes, dando início a um período regressivo para a classe trabalhadora, com uma correlação de forças desfavorável, tanto do ponto de vista político quanto da própria luta de classes.

Contribuindo para o debate, Pereira-Pereira (2010) afirma que as mudanças observadas no contexto político e econômico global afetaram diretamente a política social, tanto dos países centrais quanto dos periféricos. Contudo, esse processo não representou a extinção da política social, mas provocou a sua reestruturação institucional e a sua reorientação ideológica. Esta adaptação às tendências conservadoras em voga foi responsável pelas tendências contemporâneas da política social brasileira que mencionamos em seguida. Assim, ao analisar as mudanças referentes à política social no cenário internacional a partir dos anos 1980, deve-se considerar que estas representaram retrocessos das conquistas alcançadas no período de vigência do Estado de Bem-Estar, tais como a perda do protagonismo do Estado na provisão da política social e a conseqüente redução da sua responsabilidade na garantia de direitos sociais; o atendimento prioritário às necessidades do capital em detrimento ao atendimento as demandas sociais da população; substituição do princípio da universalidade pelo princípio da focalização, no que tange às práticas do Estado relacionadas à política social, além de:

Cortes nos gastos sociais e ênfase em uma assistência social rudimentar, resgatadora da filantropia privada, que passou a ter notável estímulo no quadro de um modelo de bem-estar que perdeu o protagonismo do Estado e

passou a ser denominado de bem-estar misto ou pluralista (*welfare mix*) (PEREIRA-PEREIRA, 2010, p. 9).

Enquanto os anos de ouro comportaram reformas democráticas possibilitadas pelas políticas sociais, o período seguinte se revela contrarreformista, desestruturando algumas conquistas, dentre elas, os direitos sociais. Os países investiram na expansão das políticas sociais e na universalização dos direitos trabalhistas durante 30 anos após a segunda guerra mundial. Entretanto, a reestruturação produtiva e a hegemonia neoliberal vêm provocando mudanças no desenvolvimento das políticas sociais, na medida em que consideram a proteção social garantida pelo Estado por intermédio de políticas sociais redistributivas como prejudicial ao crescimento econômico. Outrossim, a manutenção (ou redução) dos gastos públicos resultou também na limitação dos gastos com os sistemas de proteção social, o que produz aumento de impostos para os trabalhadores e, ainda assim, não possibilitou a retomada do crescimento econômico: “A hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo e nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p.127). Observa-se que este processo acentuou as desigualdades sociais e a concentração da riqueza produzida socialmente.

Assim, o século XXI se inicia com transformações profundas nos países centrais no que se refere às políticas sociais e que estas seguem na direção da restrição, da seletividade e da focalização. A política social brasileira, apesar de ser influenciada pelo cenário internacional, apresenta algumas especificidades que serão analisadas a seguir.

2.2 Política Social no Brasil: breve histórico e tendências na contemporaneidade

Para analisar o desenvolvimento da política social brasileira, deve-se considerar o processo de formação do capitalismo brasileiro de base colonialista e a influência do passado escravista que se revela nas condições de trabalho carregadas de desqualificação. De acordo com Behring e Boschetti (2016), o Estado brasileiro se formou a partir de dissonâncias, se caracterizando pela “ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes” (p.75). As políticas sociais brasileiras

se desenvolvem nesse contexto e acompanham a dinâmica de formação do Estado. Desta forma, o surgimento da política social brasileira difere do movimento de outros países, visto que a questão social aparece como questão política somente a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores por direitos.

Apesar dos direitos sociais constituírem a pauta de reivindicações dos trabalhadores, de maneira contraditória, também representam a busca de legitimidade das classes dominantes em momentos de limitação de direitos civis, a exemplo da expansão das políticas sociais nos dois períodos da ditadura militar (1937-1945 e 1964-1984) – que as configuram como tutela e favor. Assim, é neste cenário complexo de correlação de forças que se funda a política social brasileira, na qual se observa o estabelecimento de medidas frágeis de proteção social até a década de 1930.

Aqui, cabe destacar a aprovação da lei Eloy Chaves em 1923 que reconhece, a partir da obrigatoriedade da criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), os direitos trabalhistas e previdenciários de algumas categorias de trabalhadores, especialmente, aqueles inseridos diretamente no processo de produção e circulação de mercadorias. Pode-se afirmar, então, que a referida lei consolidou a base do sistema previdenciário brasileiro.

No Brasil, a crise internacional de 1929 provocou uma mudança na correlação de forças no interior das classes dominantes, impactando também o conjunto de trabalhadores. Desse modo, o movimento de 1930 pode ser considerado um momento de inflexão no processo de formações das relações capitalistas no país, a exemplo da Constituição de 1934, que revela as tendências desse período. Cabe destacar que, para Behring e Boschetti (2016), a agenda modernizadora no país se deu sob uma ditadura e, portanto, não comportou procedimentos decisórios democráticos e resultou num processo de modernização conservadora. As autoras citadas consideram que a introdução da política social no Brasil se deu entre 1930 e 1943, a partir de um esforço regulatório inicial do governo Vargas:

[...] Em especial, após 1935, ele soube combinar essa atitude com uma forte iniciativa política: a regulamentação das relações de trabalho no país, buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes, e o impulso à construção do Estado social, em sintonia com os processos internacionais, mas com nossas mediações internas particulares (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 106).

Neste período, destacamos a criação do Ministério do Trabalho, em 1930 e a expansão dos IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões – que deram início ao sistema público de previdência social no país. Em 1933 é criado o primeiro IAP dos

marítimos (IAPM), provocando a extinção gradual das Caixas de Aposentadoria e Pensão até 1953. Contudo, como os trabalhadores participavam da direção dos IAPs, este acabou se transformando em espaço de cooptação de dirigentes sindicais.

Nesta perspectiva, Behring e Boschetti (2016, p. 107) afirmam que: “Desde o final do governo Vargas já existia uma pauta de uniformização e unificação da previdência social no Brasil, que desaguou na Lei Orgânica da Previdência Social, aprovada apenas em 1960”. Este período ficou marcado pelo desenvolvimento de uma regulação estatal da força de trabalho, incluindo a gestão das políticas sociais. No âmbito federal, inicia-se uma centralização a partir da criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), no ano de 1942, Sra. Darci Vargas, o que evidencia as características de tutela e clientelismo na relação entre Estado e sociedade, trazendo atravessamentos significativos para a constituição da política social brasileira.

O período inicial da política social brasileira se encerra com a Constituição de 1937 e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. A partir da incapacidade de coordenar as frações burguesas, a política do governo Vargas vai dando sinais de seu esgotamento e, após 15 anos no poder, Vargas cai em 1945, inaugurando um período de intensa turbulência econômica, social e política. No que tange as políticas sociais, a expansão fragmentada e seletiva segue até o ano de 1964 e, assim, pode-se afirmar que: “o Brasil acompanha as tendências internacionais de incremento da intervenção do Estado diante das expressões da questão social, mas com características muito particulares” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 108). Nesse cenário, a expansão da política social foi lenta e seletiva, com alguns aperfeiçoamentos institucionais, a exemplo da criação coordenada pela primeira-dama, de novos IAPs.

Para as autoras citadas, o golpe de 1964 que instaurou a ditadura militar, acelerou o processo de modernização conservadora no país. Este período se caracterizou pela expansão de políticas sociais centralizadas nacionalmente, contudo: “O que se assistiu, na verdade, foi ao acirramento das contradições sociais no país, com a radicalização das expressões da questão social” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p.15). No cenário internacional se observava a fase de reação burguesa, enquanto o Brasil vivia o período que ficou conhecido como o Milagre Brasileiro. Neste contexto, assistia-se a expansão da cobertura da política social brasileira, conduzida de forma tecnocrática e conservadora, revelando a especificidade nacional de expansão dos direitos sociais, aliada a restrição dos direitos civis e políticos. A

ditadura militar reeditou a modernização conservadora, reconfigurando a questão social de forma a ter controle sob as forças do trabalho que emergiam na época, revelando um enfrentamento a questão social que mistura repressão e assistência. Nesse quadro, nota-se um incremento significativo da política social no país, sobre o qual Behring e Boschetti (2016, p. 137) fazem a seguinte análise:

Contudo, no mesmo passo em que se impulsionavam políticas públicas mesmo restritas quanto ao acesso, como estratégia de busca de legitimidade, a ditadura militar abria espaços para a saúde, a previdência e a educação privadas, configurando um sistema dual de acesso: para quem pode e para quem não pode pagar. Essa é uma das principais heranças do regime militar para a política social.

Neste período, destacamos a centralização da previdência social no Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, em 1966 e a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, incorporando a LBA e outros setores no ano de 1974. Após ampla reforma administrativa, este complexo se transformou, em 1977, no Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS).

Contribuindo para o debate, Pereira-Pereira (2010) afirma que as especificidades da política social brasileira estão relacionadas ao cenário nacional de dificuldades e desigualdades sociais. Tais dificuldades são consideradas como fenômeno complexo e multifacetado e se referem ao estilo de desenvolvimento característico do país. Para a autora, o Brasil adotou um estilo de desenvolvimento desde os primórdios da sua industrialização que produziu uma sociedade polarizada entre ricos e pobres, além de um quadro de desigualdades endêmicas, agravadas pela instauração da ditadura militar:

Esse fato, revelador do caráter antissocial ou injusto das políticas econômicas brasileiras, engendrou desequilíbrios internos e externos que se traduziram em deficiências estruturais acumuladas nas áreas da saúde, educação, previdência, assistência social, seguro-desemprego, qualificação do trabalhador desempregado, entre outras – áreas estas levadas a sério nas democracias ocidentais (PEREIRA-PEREIRA, 2010, p. 13).

O período pós-64 revelou uma transição conservadora no contexto da crise econômica que assolava o país, no qual emergiu uma sociedade civil mais complexa, incluindo a diversidade da classe trabalhadora e sua agenda de pautas democráticas. Ainda que seja lembrada pelo período de lutas sociais que resultaram em conquistas democráticas importantes, a exemplo da Constituição Federal de 1988, do ponto de vista econômico, a década de 1980 ficou conhecida como a década perdida. Neste período, 70% da dívida externa brasileira se tornou estatal, resultando numa

contradição entre a geração de receitas pelo setor privado e o endividamento do setor público. Ademais, com a transformação produtiva, os custos da crise financeira do Estado tiveram como consequência o impacto para a política social e para os sindicatos, de maneira que: “Os que apostaram na Constituinte como um espaço de busca de soluções para os problemas essenciais do Brasil depararam-se com uma espécie de híbrido entre o velho e o novo” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 142).

Cabe destacar que, no intuito de garantir e estender a proteção social a quem dela necessitar, a Constituição Federal de 1988 é elaborada (e promulgada) num cenário de lutas sociais e de fortalecimento da democracia brasileira. A chamada Constituição Cidadã representa o auge do processo de redemocratização no Brasil e tem como finalidade afiançar direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal, consagrando uma visão da reforma das políticas sociais pautada na perspectiva da seguridade social. É inegável que a Constituição de 1988 representou um avanço no que se refere à reestruturação do sistema de proteção social brasileiro baseado na ideologia de um Estado Social universal. Assim, a política social desenhada a partir dessa concepção de política pública estava ancorada na noção de cidadania e de seguridade social ampliada que supera a questão do seguro e do status relacionado à ocupação no mercado de trabalho formal. Neste ponto, apresentamos os principais acontecimentos relacionados às políticas sociais brasileiras, no período de 1930 até o ano de 1988 (antes da Promulgação da Constituição Cidadã) conforme quadro (**Quadro 1**) a seguir:

Ano	Acontecimento
1930	Criação do Ministério do Trabalho
1932	Criação da Carteira de Trabalho e Previdência Social
1937	Promulgação da Constituição Federal de 1937
1943	Consolidação das Leis Trabalhistas
1946	Promulgação da Constituição Federal de 1946
1960	Aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social
1963	Aprovação da Previdência Rural
1974	Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social
1988	Constituição Federal de 1988. Assistência Social como política pública.

Quadro 1. Normativas e Ações referentes à Política Social no Brasil, no período de 1930 a 1988.

Fonte: a própria autora.

Aqui cabe destacar que após a Constituição Federal de 1988 pode-se observar a mudança de concepção de uma cidadania regulada pelas relações formais de trabalho ao status de direito universal. Contudo, esta mudança vem associada à onda

neoliberal de cortes nos gastos sociais e redução do papel do Estado, especialmente para as políticas sociais, ou seja, Estado máximo para o capital e Estado mínimo para o social.

Pereira-Pereira (2010) destaca que o processo de redemocratização brasileiro se dá em meio à onda liberalizante internacional que em nada coadunavam com o conteúdo progressista da nova constituinte. Para além do contexto global, no cenário nacional, forças conservadoras que serviram ao regime militar conseguem ocupar os espaços de poder, tendo como resultante as primeiras investidas do governo federal em oposição ao conteúdo do texto constitucional. A autora supracitada analisa ainda que o governo federal não apenas não deu continuidade às reformas previstas na constituição, mas também as preteriu no intuito de adotar políticas voltadas para situações de extrema pobreza e, em alguns casos, baseadas em clientelismo político:

Desde os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte as forças conservadoras brasileiras apresentaram veementes reações aos novos direitos constitucionais, especialmente os sociais. A principal tentativa de desfigurar ou impedir a vigência desses direitos ocorreu por ocasião do processo de regulamentação de dispositivos constitucionais de caráter não contributivo, como os referentes à saúde e à assistência social (PEREIRA-PEREIRA, 2010, p. 15-16).

Neste sentido, pode-se observar a coexistência de dois movimentos distintos (tanto nas lutas que precederam a redemocratização quanto durante e após esse processo): o movimento que quer avançar na extensão da cidadania e, em oposição a este, o movimento contra os avanços constitucionais de cunho social. Essa tensão decorrente da existência de projetos em disputa teve grande impulso nos anos 1970, permanecendo nos anos 1980 e se intensifica no cenário pós-constituição, apoiada na entrada da ideologia neoliberal no país durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990 – 1992).

Segundo Pereira-Pereira (2010), após a eleição de Collor em 1990, houve a recomposição das forças políticas conservadoras e a consequente implantação do ciclo neoliberal no Brasil, tornando o cenário nacional desfavorável ao fortalecimento da cidadania conquistada com a redemocratização do país. E, de maneira concomitante, favorecendo o desmonte do embrião de Estado de Bem-Estar universalista e de uma gama de direitos constitucionais.

No início dos anos 1990, tem-se um país devastado pela inflação e com uma gravíssima questão social, desencadeando numa situação de profunda crise. Ao longo

da década, além da crise econômica, deflagrou-se uma crise política, delineada pelo avanço do movimento popular e sindical. Para Behring e Boschetti (2016, p.143), a política social brasileira deste período se dá “na tensão entre as conquistas constitucionais asseguradas pelo forte movimento social da redemocratização e a contrarreforma neoliberal”. E, apesar do agravamento da questão social, a política social do país mantém o seu caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorizado, incluída no contexto da crise econômica. Assim, as reformas são, sobretudo, direcionadas ao mercado, com ênfase nas privatizações e na previdência social, desconsiderando as conquistas constitucionais no que se refere à seguridade social.

Os ataques conservadores se fortaleceram com o neoliberalismo que tomou conta do país e pode ser identificado em três governos consecutivos: o breve governo Collor (1990-1992); o governo que teve Fernando Henrique Cardoso (FHC) no Ministério da Fazenda e, posteriormente, como presidente da República até o final de seu segundo mandato, em 2002; e o do governo Lula (2003-2010). O governo Collor inicia a desconstrução das reformas constitucionais, aprofundadas no governo de FHC. A onda conservadora se manteve nos tempos atuais, com o governo Dilma (2011-2016), seguido do governo Temer (2016-2018) e se fortalecendo ainda mais no governo Bolsonaro (2019-2022).

Neste panorama, Pereira (2013) aponta a tendência à laborização da política social que está relacionada às transformações nos modos de produção, quer seja, aos processos de reestruturação produtiva, intensificados a partir da década de 1990 com o avanço do neoliberalismo no país. Concordamos com a defesa de Pereira acerca do processo evidente de desconstrução da proteção social que segue a lógica meritocrática. O discurso do empreendedorismo que mascara a destruição da proteção relacionada ao trabalho e afirma a noção de liberdade do trabalhador e flexibilidade são apenas estratégias do capital para a manutenção e a expansão da precarização do trabalho. Com a mesma ideologia do mérito, a assistência assume um caráter de punição – e não de proteção – desconsiderando a noção e a defesa de justiça social.

A tendência à laborização da política social está relacionada às características do mundo do trabalho contemporâneo. Pereira (2013) destaca que tais políticas estão sendo construídas no contexto em que a inserção no mercado de trabalho tem se dado de maneira precária, informal, autônoma e socialmente desprotegida. E que,

nesta conjuntura, observa-se uma fronteira imprecisa entre trabalho e assistência, na medida em que os usuários da política de assistência social são induzidos a trabalhar, ainda que seja de maneira parcial e/ou precária. E uma parcela significativa de trabalhadores (estáveis e precários) demanda a assistência como uma forma de complementar a renda familiar:

Nesse processo, há uma extraordinária regressão tanto do trabalho como da assistência, porque o primeiro se transformou em simples mercadoria ou labor punitivo e a segunda, em moeda de troca, num toma-lá-dá-cá mediado por condicionalidades que agridem a cidadania. (PEREIRA, 2013, p. 23).

Chama atenção a supervalorização da ativação para o trabalho em meio a um cenário de aumento exponencial do desemprego, o que torna inadequada a cobrança acerca de trabalho sem que os sujeitos tenham condições de cumprir a meta estabelecida. Pereira-Pereira (2010) observa que, diante dos elevados índices de informalidade no trabalho, os países apostam em programas de geração de renda autossustentada, incentivando os empreendimentos individuais (a partir de subsídios do governo) e projetos de economia solidária e de cooperativas. Contudo, estas ações estatais não superam a precarização e as condições de trabalho flexível e desprotegido e representam a lógica da gestão neoliberal.

Para Behring e Boschetti (2016), os governos neoliberais – de FHC e de Lula – não travaram diálogos para a formulação de políticas públicas, se utilizando das vias tecnocráticas e decretistas, recorrendo às medidas provisórias. O governo de Lula (2003-2010), para a surpresa de uma parcela da população, se caracteriza pela ausência de ruptura com o ciclo neoliberal “traduzido na continuidade da busca de equilíbrio macroeconômico e na tensão entre os paradigmas da focalização e da universalização” (PEREIRA-PEREIRA, 2010, p. 17). Neste contexto, a autora pondera que a preocupação central do governo era a redução da pobreza por meio de políticas focalizadas, em detrimento da adoção das políticas universais para amenizar e combater as desigualdades. Apesar dos programas de transferências de renda terem contribuído para a redução da vulnerabilidade social, o aumento da renda familiar da população mais vulnerável não se mostrou suficiente para modificar a posição social dessas famílias.

Diante do exposto, a autora supracitada conclui que a política social brasileira teve seu escopo e magnitude ampliada no governo Lula, contudo, atendeu mais às demandas do capital de acumulação do que às demandas sociais, considerando que foram pautadas prioritariamente pelo princípio da focalização, em detrimento ao

princípio da universalidade. Para Behring e Boschetti (2016), a acentuação das tendências da política social brasileira é decorrente do fato de que o orçamento público destinado às políticas está e vem sendo submetido à política econômica. Os recursos da seguridade social são direcionados ao governo federal a partir de manipulação orçamentária que transfere recursos para o orçamento fiscal, a fim de compor o superávit primário e o pagamento de juros da dívida e daí as autoras concluem: “A sustentação financeira com possibilidade de ampliação e universalização dos direitos, assim, não será alcançada com ajustes fiscais que expropriam recursos das políticas sociais” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p.172).

De maneira geral, mediante o argumento da crise fiscal do Estado, revela-se a tendência à redução de direitos e a transformação (e limitação) da política social em ações pontuais e compensatórias para amortecer os efeitos da crise. Neste quadro, o conjunto de direitos conquistados estão submetidos ao ajuste fiscal: “as formulações de política social foram capturadas por uma lógica de adaptação ao novo contexto. Daí decorre o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais – privatização, focalização/seletividade e descentralização” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p.155). Além deste trinômio, Silveira (2017a) acrescenta a característica de fragmentação e argumenta que a proteção social brasileira, construída na era dos monopólios e em resposta às múltiplas expressões da questão social estão ancoradas teórica e politicamente em perspectivas conservadoras. Em relação a isso, Behring e Boschetti (2016, p. 181) afirmam que: “Assim, nossas marcas são mais correntemente: o autoritarismo no Estado e na sociedade, a cultura senhorial, o patrimonialismo, o clientelismo, a privatização do público, a tutela, o favor”.

Estas mudanças influenciaram o desenvolvimento da política social brasileira e, levando em consideração as características apontadas, Pereira (2013) analisa algumas tendências da política social contemporânea no cenário neoliberal e observa certa submissão da política social ao ideário da direita, denominando este fenômeno de direitização, no sentido de que com a crescente submissão do trabalho ao capital, acentua-se a sua imposição diante das necessidades pessoais e sociais. Assim, a meta da política social – que deveria estar relacionada à diversidade de demandas qualitativas de pessoas e grupos – sob a ingerência do capital passa a ser quantitativa e singular, assim como as necessidades do capital que se resumem a expansão e ao aumento do lucro.

Para alcançar o seu objetivo de aumento da acumulação de riquezas, o capital cria estratégias para desmontar os valores humanos ao mesmo tempo em que os transforma em mercadorias disponíveis para consumo ou em valores de troca. E, neste ponto, a política social é confrontada com os valores e a lógica de mercado e, na impossibilidade de suplantá-los, ajusta-se a esta realidade, assumindo uma função residual de atenuar o sofrimento da população mais vulnerável, alijada das condições para o exercício de uma cidadania plena. Contudo, dada a sua complexidade e as suas contradições, a política social pode modificar a tendência à direitização e se colocar em oposição ao capital:

Tudo vai depender do impacto das mudanças estruturais em curso sobre os rumos da história; do regime político vigente; da organização e movimento da sociedade e da correlação de forças em presença. Donde se conclui que a direitização da política social teve e continua a ter o aval (consentido ou não) de grande parte da sociedade (PEREIRA, 2013, p. 20).

Pereira (2013) critica as políticas sociais focalizadas por considerar que não preservam a dignidade humana e cita algumas questões, dentre elas, o rebaixamento das necessidades dos pobres ao nível mínimo de sobrevivência. Marx (1978), ao analisar o atendimento as demandas dos trabalhadores, já observava que os donos dos meios de produção reduziam as necessidades dos operários à manutenção da vida biológica, e a sua atividade laboral ao movimento mecânico. Neste contexto, Pereira-Pereira (2010) destaca o ressurgimento das condicionalidades que funcionam como estratégia de controle do acesso da população em situação de vulnerabilidade a benefícios aos quais teriam direitos.

A focalização se refere à restrição da política social aos segmentos mais vulneráveis da população, ou seja, há uma supremacia das políticas sociais focalizadas na situação de pobreza extrema, em detrimento das políticas sociais universais, com destaque para a assistência social. Ademais, o critério para ser beneficiário da política teria como base o merecimento e não o direito à proteção pública – o que, por si só, trata-se de uma incoerência, visto que como política universal, deveria atender a quem dela necessitar.

De acordo com Pereira-Pereira (2010), a focalização da política social não suprimiu a universalidade dos planos de governo. Entretanto, a tensão estabelecida entre a prática universalista e a valorização das políticas focalizadas possibilitou o surgimento de intervenções que revelam a redução da ação protetiva do Estado:

A adoção de um universalismo que deixou de ser total, para ser *segmentado* ou *contido*; de um *particularismo social ou categorial* que privilegia demandas de *grupos específicos*, em lugar de demandas de classe; e da *mercantilização das políticas sociais*, que debilita *direitos sociais*, face a empecilhos ideológicos e operacionais à concretização desses direitos (PEREIRA-PEREIRA, 2010, p. 10).

Para melhor compreensão dos processos que envolvem a focalização e o universalismo da política social, a autora conceitua os termos mencionados. O conceito de universalismo segmentado se refere ao direcionamento da proteção social voltada para uma parcela específica da população a partir da ampliação de programas compensatórios que visam amenizar as situações de extrema pobreza. Os governos têm ampliado a oferta de programas e serviços de caráter emergencial e voltados para o atendimento de necessidades básicas dos cidadãos, o que pode ser considerado uma alternativa precária, tendo em vista o desmonte da proteção social integral (PEREIRA-PEREIRA, 2010). Cabe destacar que a supremacia deste tipo de universalidade tem surtido efeitos disciplinadores sobre as demandas sociais, considerando que as novas gerações de trabalhadores estão avaliando de maneira acrítica a redução da proteção do Estado e a precariedade das condições e das relações de trabalho.

Já a definição de particularismo social está relacionada à adoção de práticas voltadas para o atendimento das necessidades de grupos específicos que exigem o reconhecimento de suas diferenças e políticas públicas focalizadas. Pereira-Pereira (2010, p. 11), ao analisar estas práticas, faz as seguintes ponderações:

Essa modalidade de atendimento tem prós e contras. Como ponto positivo, ela se distingue de um particularismo individualista e das práticas voluntaristas propensas ao clientelismo sociopolítico. Mas, o seu lado negativo está em segmentar a política social, dada a distinta capacidade de organização, mobilização, vocalização e poder de pressão dos grupos particulares.

Em relação à mercantilização da política social (ou remercantilização dos direitos sociais), a autora supracitada afirma tratar-se da supremacia da lógica do capital pela intervenção da apropriação privada lucrativa da política social. Esta ideologia carrega o esvaziamento do caráter público da política, na medida em que políticas públicas de responsabilidade do Estado são apropriadas pela iniciativa privada e se transformam em produtos a serem adquiridos pelos cidadãos, seguindo a lógica capitalista de mercado. Notamos aqui uma inversão perversa do caráter da política social, especialmente em decorrência do avanço da ideologia neoliberal que

contraria a apreensão de direitos sociais como direitos legítimos da população e de responsabilidade estatal.

Além da focalização, a privatização também é apontada como uma das diretrizes da política social na gestão neoliberal. A privatização diz respeito às formas de eximir o Estado da responsabilidade no provimento das necessidades da população, seja a partir da transformação de políticas públicas, a exemplo da saúde e da educação, em propriedade privada; ou da transferência para a iniciativa privada da gestão de serviços públicos. Aliado a isso, observamos ainda a ação de um Estado mínimo no que se refere à provisão de bens e serviços e a garantia de direitos sociais (PEREIRA-PEREIRA, 2010). Já o princípio da descentralização se revela na intenção de transferir responsabilidades governamentais da esfera federal para as estaduais e municipais “além de confundir descentralização com a segmentação do princípio da universalidade, desregulamentação da economia e flexibilização da seguridade social” (PEREIRA, 2013, p.24).

Para Silveira (2017a), historicamente, alguns desafios se colocam a efetivação das políticas sociais dentre outros, a fragilidade do alcance social da política devido a processos de descontinuidades e a insuficiência de recursos públicos. Ademais, podemos destacar ainda: prevalência do controle da população vulnerável e da moralização da pobreza; ajustamento dos improdutivos e incapacitados a um padrão normativo dominante (SILVEIRA, 2017a, p. 489).

Ao longo do tempo, a assistência social vem se associando aos dispositivos de controle de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, seja por meio da criminalização da pobreza, seja na tentativa de promover o ajustamento social de seus beneficiários. Pereira (2013) critica o fato dos beneficiários aprisionados aos limites das políticas sociais – que passam a funcionar como armadilha da pobreza – serem considerados como “dependentes” do Estado e potencialmente transgressores, à medida que passam de cidadão a condição de devedor. De maneira concomitante, estes indivíduos são instados a trabalhar por intervenção de políticas de ativação compulsórias.

Brito (2015) faz a crítica sobre esse controle acerca da vida da pessoa em situação de vulnerabilidade e analisa que a possível concessão de benefícios autoriza a intromissão de especialistas (em geral, assistentes sociais), na vida do beneficiário de uma determinada política social. A autora compreende a necessidade de definição do perfil do beneficiário da política pública, contudo, questiona sobre a possibilidade

de realizar o processo sem que o candidato ao benefício se sinta constrangido e nos aponta o desafio de considerar a pessoa em situação de vulnerabilidade não apenas como um potencial beneficiário das políticas sociais, mas como um cidadão, um sujeito de direitos. Para além de as políticas sociais necessitarem definir o perfil de seus beneficiários, considera-se que, ao participarem de um programa de assistência, as pessoas em situação de vulnerabilidade estão mais expostas a desvalorização pelo conjunto da sociedade (que ameaça seu status social) gerando, assim, uma degradação individual. Quando o indivíduo apresenta a necessidade de se beneficiar de um programa, tende a ser agrupado de maneira estigmatizada e categorizado como dependente, sem perspectiva de reinserção social.

De uma maneira discriminatória, os sujeitos são também vistos como desqualificados, por se beneficiarem das políticas. Aqui analisamos esta contradição, tendo em vista a defesa da dignidade e da cidadania dos sujeitos, o que pressupõe a compreensão da concessão de benefícios como uma das possibilidades dos indivíduos e famílias terem acesso às mínimas condições de subsistência e de exercerem a sua cidadania. Por um lado, identifica-se a necessidade de as políticas públicas identificarem seus beneficiários e, por outro, a manutenção de mecanismos discriminatórios para os mesmos beneficiários (BRITO, 2015). Como possibilidade de desconstrução desta lógica que aciona preconceitos e acirra as desigualdades sociais, apostamos na reafirmação dos direitos humanos como princípio fundamental, reafirmando o projeto progressista de Assistência Social.

As políticas sociais têm como um de seus objetivos a regulação do sistema social, bem como a manutenção da ordem vigente. E, de maneira contraditória, apesar do indivíduo estar incluído (ao fazer parte do grupo dos beneficiários da assistência), ele é percebido como desqualificado: “Se os pobres, pelo fato de serem assistidos, estão fadados ao status social desvalorizado que os desqualifica, eles permanecem, entretanto, membros da sociedade ao participar de seu último estrato”. (PAUGAM, 1999, p. 70). É sabido que as políticas sociais têm como finalidade a redução das desigualdades. No entanto, se tais políticas não estiverem associadas a outras condições, serão insuficientes para combater as desigualdades e promover o pleno exercício da cidadania dos beneficiários dos programas socioassistenciais. Eis um importante desafio do passado, do presente e do futuro da política social brasileira.

Contribuindo para o debate, Pereira (2013) analisa que, de maneira geral, a política social ainda estava comprometida com a garantia de uma cidadania plena em

outras crises capitalistas no final do século XIX. E que a crise do capital que estamos vivendo se diferencia de outras por se tratar de uma crise sistêmica, global e permanente:

Isso porque, com o empenho do capital em encontrar saídas da última crise, ajudado por governos de países centrais e periféricos, que transferiram vultosos recursos públicos a instituições financeiras e a empresas transnacionais endividadas, a política social tornou-se muito mais útil ao capital do que ao trabalho (PEREIRA, 2013, p.15).

Para Mészáros (2007) a crise estrutural capitalista nos leva a condições perigosas, tendo em vista a dificuldade do capital de mascarar as suas contradições com a proposição de reformas que conduzem a destrutividade. E, neste contexto, Pereira (2013) destaca o desafio colocado para o desenvolvimento da política social, afirmando que terão que ser traçadas estratégias revolucionárias para evitar a sua destruição pelo capital o que nos convoca a reflexão sobre a natureza contraditória e ambivalente da política social, bem como sobre a possibilidade desta política se colocar a favor do trabalho e de trabalhadores na atualizada luta de classes.

Assim, destacamos o caráter contraditório das políticas e direitos sociais, sem desconsiderar a sua importância para as conquistas da classe trabalhadora contra o capital, bem como a sua relação intrínseca com a intensidade da luta de classes – o que torna imprescindível a apreensão de sua historicidade. Diante do exposto, seguimos com a apresentação do contexto histórico brasileiro que antecedeu a criação da Política de Assistência Social até o cenário contemporâneo de desfinanciamento e desmonte do SUAS.

2.3 Trajetória da Política de Assistência Social no Brasil

A partir da Revolução de 1930, a questão social passou a ser o centro da agenda pública brasileira com a Criação do Ministério do Trabalho, a publicação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs). Assim, constitui-se o sistema público de proteção social brasileiro de base contributiva, com centralidade no trabalho assalariado. Apenas os trabalhadores inseridos no mercado formal que contribuíam para a Previdência Social tinham a proteção social assegurada pelo Estado.

A condição do trabalho assalariado para garantir o acesso à proteção social do Estado nos remete à concepção de cidadania regulada – desenhada em governos ditatoriais, quando se consolida as políticas sociais. No intuito de compreender a

especificidade brasileira na conformação da cidadania e na constituição das políticas sociais, Santos (1979) inaugura o conceito de cidadania regulada:

A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo de direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro de uma comunidade. A cidadania está embutida na profissão, e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei (SANTOS, 1979, p. 75).

O autor explicita que o exercício da cidadania fica limitado ao lugar que o indivíduo ocupa no processo produtivo, ou seja, a inserção no mercado de trabalho formal no cenário brasileiro torna-se uma medida entre a cidadania e a marginalidade cívica – o que nos faz pensar sobre o reconhecimento legal da centralidade do trabalho. A questão da centralidade do trabalho em tempos de crise da acumulação do capital e de transformações no mundo do trabalho é discutida na seção seguinte.

Segundo Sposati (2007), ainda no governo de Getúlio Vargas em 1938, foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), posteriormente denominado de Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)¹⁰, espaço em que as pessoas em situação de vulnerabilidade eram silenciadas: “A moral republicana liberal – mesclada à ditadura varguista – entende que os notáveis é que dialogariam com entidades sociais sobre os a população mais vulnerável. Nem pensar em relações democráticas ou na presença da voz dos usuários para dizer de si” (SPOSATI, 2007, p.12).

Além disso, Sposati (2007) destaca a relação da assistência social com as mulheres e com o sentido patriótico, citando a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) por Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas. A LBA tinha como finalidade dar suporte aos combatentes da II Guerra Mundial da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e tem como base os princípios da caridade, da filantropia e da solidariedade religiosa. Fato é que este traço histórico se revela tão forte na constituição da assistência social que ainda observamos no cenário contemporâneo, o fenômeno do primeiro damismo relacionado à Política de Assistência Social.

A campanha feita pela LBA foi considerada exitosa, de modo a transformar a mesma numa sociedade sem fins lucrativos e que amplia as suas ações para a assistência de crianças e de suas mães desfavorecidas. “Do apoio às famílias dos

¹⁰ O CNAS foi instituído em 1993, pela Lei Orgânica da Assistência Social com a finalidade de o promover o controle social da Política de Assistência Social.

pracinhas, ela vai estender sua ação as famílias da grande massa não previdenciária. Passa a atender as famílias quando da ocorrência de calamidades, trazendo o vínculo emergencial à assistência social” (SPOSATI, 2007, p.20). Essas ações, ao longo do tempo vão demarcando o caráter de urgência e do circunstancial à Assistência Social.

Em 1974, ainda sob o regime da ditadura militar, é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social que coloca a Assistência Social sob a centralidade e exclusiva ação federal. Segundo Sposati (2007), a Assistência Social nasce como política a partir da Constituição de 1988, com a finalidade de ofertar proteção social garantida por serviços públicos estatais de qualidade. Tais serviços são custeados pelo orçamento do Estado que advém do pagamento de impostos e de taxas dos cidadãos. Daí a importância dos impostos e taxas serem justos para possibilitar uma melhor redistribuição dos recursos para os serviços públicos. Neste sentido, Sposati (2007) afirma que:

Os sociais-democratas brasileiros, e parte dos socialistas entenderam que o Brasil poderia, e deveria produzir serviços sociais públicos de qualidade, mesmo sob a economia capitalista. Deveria demandar tal responsabilidade do Estado mesmo que isso pudesse parecer quase impossível de acontecer ou até considerar que alguns políticos poderiam usar tais serviços só para amainar conflitos sociais. (SPOSATI, 2007, p.9)

Em relação a isso, Mota (1995) analisa que desde o final da década de 1980 o grande capital opera novas investidas no sentido de refuncionalizar a seguridade de acordo com seus interesses. E, no âmbito da cultura política da crise – que será discutida na seção seguinte – o núcleo básico do movimento da seguridade no país é a assistencialização da seguridade social brasileira, que ocorre em sincronia com o movimento de privatização: “Nesse sentido, a previdência e a assistência social são consideradas como mecanismos que compõem o conjunto de práticas institucionais que interferem no processo de constituição do trabalhador coletivo e na gestão estatal e privada da reprodução da força de trabalho” (MOTA, 1995, p. 47).

Destacamos ainda, a criação do Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social que, em princípio, tinha a perspectiva de atuação semelhante a LBA, ou seja, no âmbito da caridade, da solidariedade e ações de cunho assistencialista. Como dito anteriormente, o processo de redemocratização do país teve como ápice a promulgação da Constituição Federal de 1988 que inaugurou a concepção de seguridade social ampliada, ancorada na noção de direitos sociais universais. Assim, a assistência social – campo tradicionalmente conhecido como palco de ações clientelistas e populistas – se transformou em direito constitucional. Com a nova

constituente, a Assistência Social foi alçada ao patamar de política pública e, desde então, passou a constituir a Seguridade Social, junto com a Saúde e a Previdência Social. Aqui, a assistência social tem a função de assegurar as condições de acesso às demais políticas e a formas de reprodução.

Como política pública, a assistência social está atrelada aos movimentos do cenário político e econômico do país. Apesar deste reconhecimento, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi regulamentada apenas em 1993. Neste sentido, Sposati (2007) explica que o contexto político do início da década de 1990, em especial, nos anos de 1991 e 1992 atrasou a aprovação da LOAS: “Os escândalos da Era Collor que provocaram o desmonte da esperança e adotou a opção neoliberal quando o país esperava pela democracia social e política” (SPOSATI, 2007, p.50).

No âmbito do Estado, a Política de Assistência Social se estruturou a partir de um marco legal central, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estabelece e regulamenta normas e critérios para a sua organização. A LOAS determina a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, inaugurando uma política de seguridade social. Apesar disso, somente após uma década, debateu-se a construção do Sistema Único de Assistência Social. Em 2003, esse debate ocorreu na IV Conferência Nacional de Assistência Social, no mesmo ano em que o Governo Lula (2003-2010) cria o Ministério da Assistência Social¹¹ e o Programa Bolsa Família.

Silveira (2017a) considera o SUAS a principal deliberação desta Conferência que teve como base a avaliação coletiva acerca da necessidade da criação de mecanismos que possibilitassem a unificação de instrumentos de gestão e de provisões que levassem em consideração as diversidades e desigualdades regionais e territoriais, a fim de favorecer a nacionalização do direito à assistência social.

No ano seguinte, em 2004, ocorre a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a aprovação da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na perspectiva de regulamentação do Sistema Único de Assistência Social. O SUAS foi implementado com o intuito de operacionalizar a Assistência Social em todo o território nacional, inaugurando um formato descentralizado e participativo:

¹¹ A criação do Ministério da Assistência Social veio responder a uma antiga demanda do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do sistema participativo da Assistência Social (IPEA, 2003). Contudo, durou poucos meses e logo ficou consolidado como Secretaria vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social. Com a eleição do presidente Lula em outubro de 2022, mais uma vez, o CNAS e os movimentos sociais, como o FNTSUAS, demandaram a criação de um Ministério da Assistência Social. Pode-se considerar que a solicitação foi parcialmente atendida, tendo em vista a criação do Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência, Família e Combate à Fome.

O Suas representa um projeto de implantação de uma rede de proteção estatal, continuada, que contraria a programática neoliberal. As normativas produzidas e os processos construídos nas instâncias de negociação e deliberação são orientados por uma perspectiva alinhada aos propósitos de um sistema estatal (SILVEIRA, 2017a, p. 495).

Todavia, ainda se fazia necessário organizar as diretrizes e os princípios da Política de Assistência Social. Assim foram estabelecidos os seguintes pilares: 1) paradigma da relação de parceria; 2) sistema único de cobertura descentralizado e territorializado; 3) serviços permanentes e continuados; 4) existência de um pacto federativo da assistência social. Para Sposati (2007): “Estes pilares ao serem fincados devem romper com núcleos institucionais históricos das relações elitistas, das primeiras-damas, do nepotismo. É preciso entender que essa ruptura é parte do novo alicerce democrático” (SPOSATI, 2007, p.78).

Assim, temos o SUAS como proteção social não contributiva que é garantida por meio da prestação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais que podem ser implementados de maneira direta por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais ou a partir do estabelecimento de convênios. Neste sentido, Silveira (2017a) pondera:

É importante sublinhar que é no momento de definição do conteúdo específico da assistência social na proteção social brasileira, por meio da PNAS/04, que o Suas comparece como sistema público de gestão a ser implementado para a garantia das seguranças relacionadas à função de proteção, assim como a implantação das demais funções, ou seja, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos (SILVEIRA, 2017a, p. 496).

Nos anos seguintes do Governo Lula (2003-2010) observa-se a intensificação do movimento de regulamentação da Política de Assistência Social (**Quadro 2**):

Ano	Acontecimento
1938	Criação do Conselho Nacional de Serviço Social
1940	Criação da Legião Brasileira de Assistência – LBA
1974	Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social
1977	Criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
1988	Promulgação da Constituição Federal Brasileira Criação do Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social
1993	Aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS
1998	Aprovação da Resolução 207/1998 1ª Política Nacional de Assistência Social
2003	Criação do Ministério de Assistência Social Criação do Programa Bolsa Família
2004	Criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Aprovação da nova Política Nacional de Assistência Social
2005	Aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS de

	2005
2006	Aprovação da Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS – NOBRH/SUAS
2007	Aprovação do Plano Decenal do SUAS – SUAS Plano 10
2009	Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais
2011	Aprovação da Lei do SUAS – Lei Federal nº12.435 de 2011
2012	Aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS de 2012
2015	Aprovação do II Plano Decenal de Assistência Social (2016/2026)
2016	Aprovação do Novo Regime Fiscal – EC 95 Implantação do Programa Criança Feliz União do Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSA)
2019	Extinção do Ministério do Desenvolvimento Social (incorporado ao Ministério da Cidadania e ao Ministério do Esporte e da Cultura) Extinção do Ministério do Trabalho (com suas atribuições realocadas em outros ministérios) Criação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
2019	Realização da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social
2020	Publicação do Decreto 10.282 que considera a Assistência Social como serviço essencial no contexto da pandemia da COVID-19
2021	Recriação do Ministério do Trabalho e da Previdência
2023	Criação do Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência, Família e Combate à Fome

Quadro 2. Normativas e Ações referentes à Política de Assistência Social. Fonte: Adaptado de Berwig, 2018.

No quadro acima, apontamos algumas ações e normativas que regulamentam a Assistência Social e contribuem para a compreensão do processo de implantação da Assistência Social brasileira, com destaque para a forte movimentação do governo Lula (2003-2010) no sentido da regulamentação da Política de Assistência Social. Realçamos que as ações socioassistenciais têm como principal finalidade a oferta de proteção e o acesso aos direitos. Lembrando que, como política universal, a Assistência Social deve atender a quem dela necessitar, tendo como base as seguranças afiançadas pelo SUAS que envolve a segurança de renda, a convivência familiar e comunitária e a provisão de acolhimento institucional em determinadas situações de risco pessoal e social.

Pode-se refletir que a implementação do SUAS traz em seu bojo não apenas os princípios e a organização da rede de serviços socioassistenciais, mas também a importância da Gestão do Trabalho no SUAS, bem como a capacitação dos trabalhadores – entendida como um processo de educação permanente.

Aprofundando este debate sobre a qualificação de trabalhadores, parafraseamos Garcia (2021):

Outro aspecto importante trazido pelo SUAS foi a ênfase na necessária qualificação dos trabalhadores que compõem os serviços da política de Assistência Social, superando dessa forma, o histórico de voluntariado, assistencialismo, primeiro-damismo, para introduzir uma cultura de profissionalização, valorizando a composição de equipes multiprofissionais para a gestão e para os serviços de atendimento direto à população (GARCIA, 2021, p. 147).

Aqui se destaca, no ano de 2006, a aprovação da NOBRH/SUAS (BRASIL, 2006) que traz a definição de diretrizes e parâmetros para a gestão do trabalho na Política de Assistência Social, considerando a importância desta normativa para a própria efetivação do SUAS. As diretrizes da NOBRH/SUAS orientam a ação de gestores, trabalhadores e representantes das entidades e afirmam que a política de gestão do trabalho no âmbito do SUAS é fundamental para a qualidade da prestação de serviços da rede socioassistencial. Em relação a isso, Berwig (2018) pondera que a luta dos trabalhadores do SUAS por condições mínimas de trabalho impulsiona o Estado a implementar a gestão do trabalho no SUAS e, na medida em que altera as condições objetivas de trabalho, possibilita a construção de uma política pública com maior qualificação dos serviços.

Assim, a implementação da gestão do trabalho é um dos objetivos da gestão do SUAS e contribui para aprimorar a gestão do sistema e a qualidade da oferta dos serviços disponibilizados aos usuários – que depende da estruturação do trabalho, da qualificação e da valorização dos trabalhadores atuantes na Política de Assistência Social. Ademais, de acordo com a NOBRH/SUAS a gestão do trabalho no SUAS deve:

- Garantir a "desprecarização" dos vínculos dos trabalhadores e o fim da terceirização;
- Garantir a educação permanente dos trabalhadores;
- Realizar planejamento estratégico;
- Garantir a gestão participativa com controle social;
- Integrar e alimentar o sistema de informação (FERREIRA, 2015, p. 17)

A normativa defende ainda que, como se trata da oferta de serviço público, os serviços ofertados pela Política de Assistência Social devem ser executados por servidores públicos. Portanto, os cargos devem ser ocupados a partir de nomeação dos aprovados em concursos públicos e na quantidade necessária para a plena execução da gestão e dos serviços socioassistenciais. Consideramos esta medida fundamental, pois a terceirização prejudica a continuidade dos serviços e a realização

do acompanhamento socioassistencial que demanda a construção de vínculos com os usuários. Em relação a isso, Garcia (2021) afirma:

A importância da centralidade dos trabalhadores na efetivação de uma política pública traduz uma marca desse projeto político, que coloca os trabalhadores no centro do processo de trabalho, como sujeitos de direitos. Isso é profundamente inovador e transformador (GARCIA, 2021, p. 153).

Outro destaque do período que compreendeu o governo petista foi a aprovação da Lei do SUAS (Lei Federal nº12.435 de 2011) em 2011 e da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) no ano de 2012. Os avanços no campo normativo jurídico têm como finalidade assegurar a execução da Política de Assistência Social na transição de governos especialmente no que se refere a transferência de recursos, mediante a fiscalização dos órgãos de controle social.

Neste sentido, Silveira (2017a) afirma que a Lei do SUAS se constitui como marco legislativo na medida em que inscreve o SUAS na LOAS e estabelece as funções e equipamentos de referência essenciais da política. Já a NOB/SUAS (2012) defende a necessidade de organização do sistema com o estabelecimento de prioridades e de metas, além da necessidade do suporte ao funcionamento dos conselhos e da plena participação dos usuários: “O caráter deliberativo dos conselhos é reafirmado nessa normativa, com ênfase nas condições de funcionamento e nas suas responsabilidades no processo de planejamento, normatização e fiscalização” (SILVEIRA, 2017a, p. 500). Cabe ressaltar que considerar a assistência social como direito de cidadania implica a compreensão de que a efetivação da política depende das lutas sociais pela superação das desigualdades sociais. A Lei Orgânica de Assistência Social defende a democratização das relações e a participação dos usuários no que se refere à Política de Assistência Social.

Silva (2018), ao analisar a conjuntura na qual se dá a regulamentação do SUAS, destaca que o governo Lula (2003-2010), a partir de um cenário político internacional considerado como positivo, apresenta conquistas importantes no país. Como exemplo, citamos a retomada do crescimento econômico e a melhoria significativa dos indicadores relacionados ao mercado de trabalho. Nota-se neste período a redução dos níveis de desemprego aliada a um aumento da elevação da renda do trabalho e, provavelmente em decorrência disso, pode-se observar índices mais baixos de famílias e indivíduos em situação de pobreza e de extrema pobreza, além de redução da desigualdade social. Contudo, apesar das melhorias citadas, o país permaneceu

nas piores posições na lista dos países mais desiguais do mundo. Além disso, sofrendo o impacto do aprofundamento da crise do capitalismo internacional, os índices favoráveis passaram a registrar desaceleração ainda no governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), de maneira a produzir efeitos negativos no mercado de trabalho.

Ainda no governo Dilma, a centralidade do ajuste fiscal na política econômica, permanece trazendo prejuízos ao mercado de trabalho brasileiro. Ademais, o declínio das condições macroeconômicas e o conseqüente aprofundamento da crise política e institucional resultaram, dentre outras coisas, na expansão de forças conservadoras que, gradativamente, ganharam espaço no contexto nacional e internacional. Em relação a isso, Silva (2018) analisa que:

O projeto de conciliação de classe dos governos petistas, mesmo mantendo um modelo de desenvolvimento econômico de favorecimento do capitalismo, orientou-se por uma aliança que também beneficiou as massas populares; incluindo no mercado de trabalho e no consumo significativo contingente da população pobre e extremamente pobre; que implantou políticas e programas sociais de enfrentamento à pobreza no campo e na cidade (SILVA, 2018, p. 6).

Silva (2018) destaca nos governos petistas o ambiente democrático de gestão que possibilitou uma dinâmica de disputa da Assistência Social no âmbito institucional, inclusive, com a participação ativa de militantes no governo, incluindo a ocupação de cargos na condução em nível federal da Política. Ademais, reconhece os avanços relacionados às condições de vida e de trabalho dos setores populares, inclusive, citando o êxito dos programas sociais de enfrentamento à pobreza e a extrema pobreza.

Como conquistas significativas deste período, a autora destaca ainda a ascensão do orçamento da Assistência Social desde o ano de 2004, que seguia uma trajetória ascendente e convergente com as propostas do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Contudo, a autora avalia que tais medidas não se mostraram capazes de fomentar e promover o avanço da democracia e do poder popular. Assim, analisa que a população mais vulnerável foi beneficiada no tocante ao consumo e ao acesso a bens e serviços, ficando uma lacuna no que se refere à capacidade de mobilização popular e a formação de uma consciência de classe. Cabe destacar ainda que, no cenário brasileiro, a intensificação da desigualdade social ocorre num contexto de desmonte de órgãos estatais e de políticas de proteção social,

associadas à fragilidade dos mecanismos democráticos de participação e de controle social.

Como dito anteriormente, o processo de construção do sistema de proteção social brasileiro vem sendo construído no esteio de embates políticos, se caracterizando pelo alto grau de complexidade e contradições. Compartilhamos da opinião de Silva (2018) acerca do processo de construção do SUAS como um movimento dialético e de contradições, constituído por avanços e retrocessos, limites e possibilidades. Neste movimento, a Assistência Social ampliou seu protagonismo, legitimando as demandas de seus usuários e alcançando o reconhecimento público. À medida que transforma medidas e ações assistenciais em direitos, a Política de Assistência Social contribui para a compreensão de que o Estado deve assumir a responsabilidade de ofertar proteção social não contributiva para os que dela necessitarem. Assim, a construção do SUAS envolve diversos atores sociais e inúmeros interesses e conflitos, revelando disputas acirradas, com a finalidade de influenciar as ações governamentais, especialmente no que tange à destinação de recursos públicos:

É preciso assinalar que as disputas dentro do processo de construção da política de Assistência Social permanecem presentes. Nesse campo, de um lado se convive com a reivindicação e luta constante pelos direitos, amparados na ideia de cidadania que combine responsabilização estatal e construção coletiva em espaços participativos; e, de outro, com as origens históricas ligadas à filantropia, ações emergenciais e pontuais num viés conservador. Reconhecer esses desafios é necessário para que se mantenham, além de uma postura vigilante, objetivos muito sólidos do que se deseja materializar enquanto política de Assistência Social (BERWIG, 2018, p. 37).

Além dos desafios apontados pela autora citada, cabe destacar a compreensão da assistência social como a busca pela efetivação de direitos coletivos. Aliado a isso, o entendimento de que a conquista de direitos sociais no âmbito da sociedade capitalista está permeada por mudanças no modo de pensar e agir e na busca pelo fortalecimento da democracia brasileira. Assim como Pereira (2013), defendemos que os ganhos sociais alcançados no âmbito do capitalismo são decorrentes de diversos fatores, mas com destaque para a mobilização da classe trabalhadora:

São as classes sociais, portanto, os principais agentes de mudança política, pois são as correlações e equilíbrios de forças produzidas por elas que determinam a distribuição de bens, serviços e direitos. Além disso, é por meio da mobilização de classe e da correlação de forças que a política social se afigura muito mais do que um meio de atenuar malefícios sociais do capitalismo (PEREIRA, 2013, p. 18).

Acreditamos que, se as políticas sociais estiverem associadas aos direitos de cidadania, podem se constituir em fontes de poder estratégicos para que a classe trabalhadora reúna condições de exercerem pressão contra aquilo que é colocado pelo despotismo da classe burguesa. E, dada a sua natureza contraditória, há possibilidade das políticas sociais se reverterem a favor do trabalho (e da classe trabalhadora) na luta contra o capital. É possível observar ainda que onde as classes trabalhadoras foram mais organizadas, mobilizadas e combativas, as políticas sociais tiveram maior capacidade de efetivação de direitos do que onde essa organização trabalhista se mostrou diminuída ou inexistente (PEREIRA, 2013).

Neste sentido, Ivanete Boschetti (2016) analisa que a Assistência Social pode ocupar um espaço privilegiado de mediação a partir do acesso aos bens e serviços públicos à medida que cumpre uma dupla função: de maneira concomitante, fortalece a organização das lutas políticas em oposição à barbárie capitalista e ainda atua como potencializador da defesa da emancipação política. Assim, problematizamos que a mobilização e a organização coletiva dos mais diversos sujeitos da política de assistência social apontam para uma luta em defesa de uma sociedade menos desigual.

Seguindo este raciocínio, a participação dos trabalhadores na defesa da Política de Assistência Social no cenário contemporâneo tem sido fundamental para o fortalecimento da política e para evitar o desmonte provocado pela insuficiência dos recursos destinados à execução da política que, dentre outras coisas, resultam nas precárias condições de trabalho e de atendimento no âmbito do SUAS.

Neste ponto, problematizamos que as condições de trabalho na Política de Assistência Social impactam diretamente na qualidade dos serviços ofertados aos usuários e coadunamos com a crítica feita por Silva (2018) acerca dos retrocessos e do desmonte do SUAS e do sistema de proteção social brasileiro, especialmente no que se refere à destituição de direitos conquistados por lutas sociais da classe trabalhadora:

Inaugura-se um contexto conservador, de acirramento do neoliberalismo, no qual a Política de Assistência Social, política não contributiva, direcionada aos pobres, é amplamente atingida e os pobres são criminalizados e responsabilizados pela sua situação de pobreza e por possíveis desvios na implementação dos programas sociais a eles destinados (SILVA, 2018, p. 3).

A autora supracitada, numa análise de conjuntura brasileira, destaca alguns fatos relevantes da crise econômica e política: o ajuste econômico sem precedentes

na história nacional; a efetivação de contrarreformas que tem como finalidade o alijamento de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais; o direcionamento do fundo público para o apoio a projetos de interesse do capital e o consequente corte de recursos para a efetivação das políticas públicas, com destaque para a área social: “É nesse contexto de grave crise econômica e político-institucional, de avanço do conservadorismo, de desconstrução da democracia e dos direitos sociais que se situa a desconstrução do SUAS, enquanto Sistema de implementação da Política de Assistência Social” (SILVA, 2018, p. 8).

A fim de contextualizar o desmonte contemporâneo da Política de Assistência Social realizamos uma breve apresentação dos ciclos de desenvolvimento do SUAS. O primeiro ciclo do SUAS compreende o período de 2005 (ano de criação do sistema) até 2011, quando houve a reformulação da LOAS. Já o segundo ciclo vai de 2012 a 2016, quando o sistema se encontrava em fase de consolidação a qual foi abruptamente interrompida com o governo Temer, em maio de 2016 (SILVEIRA, 2017a; SILVA, 2018).

Para Silveira (2017a) a primeira fase de desenvolvimento da Política de Assistência Social se caracterizou pelo esforço coletivo em torno da dimensão normativa do direito, no entendimento de que o momento demandava prioridade acerca da qualificação política e legal do direito à proteção não contributiva. A autora pondera que, apesar deste movimento ter sido fundamental para as lutas emancipatórias mostra-se insuficiente se não estiver associado à incorporação das pautas da população usuária na agenda política da sociedade civil. A construção desta agenda se deu principalmente a partir do segundo ciclo de desenvolvimento do SUAS, quando se observa o reconhecimento do espaço da assistência social na proteção social brasileira.

Já a segunda fase de desenvolvimento do SUAS tem início a partir da aprovação da NOB/SUAS no ano de 2012 (que substitui a NOB/SUAS/05 e aglutina os instrumentos normativos que detalham a LOAS) que destaca o planejamento como uma das principais ferramentas para a qualificação da Política de Assistência Social. Desde então, o SUAS passa a ser regido pela lógica do aprimoramento: “considerando responsabilidades, metas e prioridades nacionais a ser detalhadas nos Pactos de Aprimoramento do SUAS dos municípios, estados e Distrito Federal, contendo, ainda, a pactuação das responsabilidades da União” (SILVEIRA, 2017a, p. 499).

Por estas características se pode dizer que o segundo ciclo se caracteriza pela consolidação do SUAS, na qual se identifica a necessidade de ressignificação de alguns conceitos-chave, tais como o conceito de território, de vulnerabilidade e de família e a inclusão de outros. Aponta-se ainda a necessidade de concursos públicos para a recomposição do quadro de servidores efetivos, além de qualificação e educação permanente. Ademais, com a adoção dos planos decenais fica evidente a importância do planejamento para a melhor execução da política pública. Todavia, ainda se observa no cenário contemporâneo a tendência a identificar a atuação da assistência como emergencial, em oposição ao que as normativas defendem, quer seja, as características de planejamento e de continuidade das ações da Política de Assistência Social.

De acordo com Silveira (2017a), a segunda fase ficou caracterizada como de aprimoramento do SUAS tendo como o ápice a aprovação do II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026), construído a partir da X Conferência Nacional de Assistência Social realizada no ano de 2015 que teve como tema “*O SUAS que temos, o SUAS que queremos*”. O plano decenal representa a consolidação da Política de Assistência Social e defende a universalização do direito à assistência social, além da integralidade da proteção. Como parte da seguridade social brasileira, a assistência social é concebida como ampliada e universal, englobando o conjunto de direitos sociais e humanos:

Universalizar e integralizar é indispensável para enfrentar a desigualdade social histórica, os fenômenos complexos como a violência e a pobreza, o que, com certeza, deveria ser acompanhada de reformas estruturais efetivamente democráticas, de participação com poder e potencial emancipatório (SILVEIRA, 2017a, p. 503).

Nesta fase de consolidação do SUAS destaca-se ainda a participação da sociedade civil, com destaque para o segmento dos usuários, que vem demonstrando uma atuação significativa nas conferências. Neste período observa-se maior incidência dos fóruns estaduais e municipais de usuários, provavelmente, inspirados na força do movimento organizado da população em situação de rua (SILVA, 2018).

Nesta fase fica evidente a busca pela construção de um novo desenho institucional e operacional para a Política de Assistência Social, na qual se apreende como fundamental a participação da população (com destaque para a sociedade civil) tanto no processo de formulação quanto de implementação da política. Ademais, seguindo a lógica da promoção de uma gestão democrática e participativa, observa-

se a tentativa de facilitar o acesso de segmentos da população – que até o momento, eram excluídos do processo participativo se configurando apenas como público-alvo de ações assistencialistas – aos serviços socioassistenciais que constituem o SUAS.

Desta forma, as análises do processo de desmonte do SUAS consideram a conjuntura e a fase de desenvolvimento do sistema baseadas nas deliberações realizadas, nas normativas, nas ferramentas de gestão que conduzem à implementação da política, além da leitura do campo dinâmico de correlações de força, polarizadas pela disputa de diferentes projetos políticos. Assim, o processo de defesa da Política de Assistência Social revela as tensões entre os projetos em disputa na esfera pública estatal.

Silva (2018) pondera que, apesar da proteção social brasileira ter se caracterizado por recuos e contradições, seguia avançando desde a Constituição Federal de 1988 até o ano de 2016 quando se observa o início de um profundo retrocesso decorrente da escolha do governo pela regressão no campo social, com alijamento de direitos e desmonte do SUAS, enquanto sistema de proteção social direcionado a população em situação de vulnerabilidade. A autora analisa ainda que o período de desenvolvimento do SUAS vai até maio de 2016, quando se inicia o processo de desconstrução do sistema de proteção social brasileiro que começa a ser caracterizado por programas pontuais. Além do desmonte de direitos sociais historicamente conquistados a partir das lutas da classe trabalhadora, observa-se ainda o surgimento de uma ideologia que substitui o não direito pelo direito e abre espaço para a exacerbação do controle sobre a vida e culpabilização das pessoas em situação de vulnerabilidade. É notória a disputa entre projetos, baseados em diferentes concepções de pobreza e de proteção social:

Um conservador, meritocrático, descontextualizado, focalista e pontual, desconsiderando a determinação estrutural da pobreza e adotando a velha “porta de saída”. Outro projeto de natureza progressista, orientado pelo direito e concebendo a pobreza na sua determinação estrutural (SILVA, 2018, p. 10).

Silveira (2017a) analisa que o SUAS estava num processo de aperfeiçoamento e de expansão qualificada de serviços e benefícios, com possibilidades de produção de novos caminhos até ser interrompido pelo golpe conduzido pelo Legislativo, o Judiciário e a mídia. O golpe parlamentar que levou a cassação do mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2016) e que tinha como finalidade a destruição dos direitos da classe trabalhadora (ANTUNES, 2018) e o desmonte da proteção social brasileira, “sem falar da regressão no âmbito da previdência social, que hoje não

garante seguro-desemprego, aposentadoria e pensões a vários trabalhadores precarizados; e, no âmbito da saúde, não garante a universalidade da atenção ante a agressiva privatização nessa área” (PEREIRA, 2013, p.23).

No contexto do golpe institucional, a Política de Assistência Social – política universal que não atende apenas a pobreza, mas às demandas dos indivíduos e famílias – é a mais atingida por medidas de desconstrução do SUAS. Ademais, optam pela criminalização da pobreza, responsabilizando as pessoas em situação de vulnerabilidade pela sua condição econômica desfavorecida e sua consequente vulnerabilidade social. Em relação a isso, Silva (2018, p. 14) analisa que: “No lugar do projeto de aliança de classes que, embora favorecesse o capital, conseguiu incluir o pobre na agenda política do Estado, impõe-se um projeto societário, com a hegemonia de forças conservadoras a serviço do capital internacional”.

Após a cassação, fica evidente que o governo Temer (2016-2018) opta por um projeto conservador e residual que esvazia o princípio fundamental da Política de Assistência Social enquanto política pública de seguridade social, de caráter não contributivo que visa à garantia de direitos. Diante disso, pode-se problematizar que o desmonte em processo está apoiado no discurso acerca da denominada crise fiscal, entretanto, a desconstrução ocorre por conta da adoção de um projeto conservador para orientar o enfrentamento da pobreza no país. É possível observar a materialidade desta opção política do governo a partir da redução drástica de recursos destinados ao financiamento do SUAS no orçamento de 2018:

As medidas adotadas pelo governo ilegítimo de Temer apenas reforçam a subordinação da política social às medidas de austeridade, à política fiscal, num momento de redução e de descontinuidade dos sistemas estatais e das políticas de proteção aos direitos humanos, com evidente redução do Estado e supremacia dos interesses do capital, das corporações (SILVEIRA, 2017a, p. 503).

Ainda no que diz respeito à destinação de recursos, Silveira (2017a) lembra que o orçamento do ano de 2015 foi aprovado somente em agosto daquele ano e, em decorrência disso, a Política de Assistência Social ficou 18 meses sem a liberação de recursos para transferências que deveriam ser realizadas mês a mês. Desde então, inicia-se um processo de desfinanciamento da política pública e de desestruturação da seguridade social: “sendo mantidos somente os recursos destinados para os dois principais benefícios, o Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC), enquanto despesas obrigatórias, em detrimento da cobertura dos

serviços ofertados” (SILVA, 2018, p. 11). Podemos analisar que foram mantidos os benefícios ‘mais populares’ enquanto os serviços tipificados, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e serviços de acolhimento institucional se tornam cada vez mais sucateados, seja por falta de profissionais, seja por falta de condições estruturais.

Silva (2018) chama atenção para o fato de que está em risco a manutenção do maior sistema social não contributivo da América Latina num cenário de recessão e de recrudescimento da pobreza. Cenário em que as ações relacionadas à proteção social deveriam ser intensificadas, bem como a ampliação da seguridade social enquanto política pública:

Essa é uma conjuntura de aprofundamento do neoliberalismo, marcada pela regressão de mudanças significativas alcançadas por segmentos de trabalhadores, com o favorecimento do capitalismo internacional, numa conjuntura de flexibilização e desmonte de direitos dos trabalhadores, registrando-se crescente incremento do desemprego, a substituição do trabalho protegido pelo trabalho informal, instável e de baixa remuneração e com elevação da pobreza, da extrema pobreza, da desigualdade social e retorno do Brasil ao Mapa da Fome (SILVA, 2018, p. 14).

Coadunamos com a análise de Silva (2018) e entendemos que os recursos destinados ao SUAS deveriam acompanhar o crescimento da demanda para a Política de Assistência Social, contudo, a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, conhecida como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, alterou a constituição no sentido de instituir o novo regime fiscal e limitar pelo período de 20 anos os gastos destinados às políticas públicas. Diante disso, pode-se afirmar que: “Dessa forma, o fundo público reflete as disputas existentes na sociedade de classes” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p.174) que se tornam ainda mais acirradas no contexto da crise fiscal do Estado.

Neste sentido, a conjuntura atual demanda uma análise das contradições da Política de Assistência Social, tendo em vista que o desmonte do SUAS está inserido no contexto das contrarreformas que ganharam força no governo ilegítimo de Temer (2016-2018) e que foram efetivadas e/ou engendradas no governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

Em relação a isso, Silveira (2017a) destaca algumas medidas neoliberais que impactaram o desenvolvimento do SUAS, além da aprovação do novo regime fiscal, tais como a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias baseada no que foi

executado no ano de 2016, resultando numa redução significativa de recursos para o ano de 2017 e a implantação do Programa Criança Feliz por meio da Resolução n. 20, de 24 de novembro de 2016. O referido programa foi definido pelo Conselho Nacional de Assistência Social como Primeira Infância no SUAS sem que houvesse diálogo e construção coletiva no âmbito da Política de Assistência Social. A autora considera que o Programa Criança Feliz representa um risco ao SUAS e menciona as seguintes questões:

Contratação de visitantes sociais de forma precarizada, mediante terceirização, com forte tendência de reprodução de conteúdo e práticas conservadoras, com efeitos moralizantes da questão social; [...]envolvimento de atores que reforçam a cultura tradicional ainda presente na política, especialmente das primeiras-damas que em geral assumem a condução do processo e do comitê de gestão, com evidente constrangimento à autonomia das instâncias do Suas;[...] arranjo institucional frágil, que pode trazer dificuldades quanto à fiscalização de órgãos de controle e à qualidade na sua execução; centralidade na primeira infância, desconsiderando outros públicos, vulnerabilidades, situações e ciclos (SILVEIRA, 2017a, p. 501).

Ainda no que diz respeito ao financiamento, Silveira (2017b) analisa que o orçamento do ano de 2018 destinado à pasta da Assistência Social revela o completo descaso do governo federal com a população mais vulnerável e com a garantia de direitos, visto que não contempla a oferta dos serviços socioassistenciais previstos no SUAS. Em relação a isso, Silva (2018) considera que em setembro de 2017, na ocasião do anúncio do orçamento para o ano de 2018 no qual se previa a destinação de recursos ínfimos para a Política de Assistência Social, a Secretária Nacional de Assistência Social, em seu discurso, coloca em risco a continuidade do SUAS e, praticamente, decreta o seu fim. Mais uma vez, destacamos que o desmonte do SUAS ameaça as conquistas sociais engendradas nas lutas por dignidade e por direitos constitucionalmente previstos e que deveriam ser garantidos pelo Estado.

Silveira (2017b) nos chama a atenção para as mudanças previstas na contrarreforma da previdência que alteram os critérios para a concessão do BPC e analisa que a redução dos serviços e dos benefícios gera ainda mais desigualdade social. Ademais, todo esse cenário de desmonte de direitos tratou-se de um projeto do Governo Temer (2016-2018) e de seu ministério para a Política de Assistência Social:

Volta de programas pontuais; voluntarismo e fisiologismo político que alimenta o patrimonialismo de Estado; aumento da desigualdade; residualidade no papel do Estado. O desmonte do Suas está sendo acompanhado do desmonte do Estado Democrático de Direito, do Sistema de Proteção Social (SILVEIRA, 2017b, p.2).

Em relação ao voluntariado, destacamos a análise de Fontes (2010) sobre o crescimento do voluntariado no país, de maneira a configurar um exército de trabalhadores disponíveis para atuar de maneiras diversas, seja pela possibilidade de um contrato, em médio prazo por meio da valorização do currículo com atividades voluntárias; seja pela extensão da jornada de trabalho daqueles que já dispõem de contrato; seja por intermédio de remunerações mínimas, como bolsas e/ou ajudas de custo que “mesmo se eventuais e totalmente desprovidas de direitos, asseguram um ingresso monetário” (FONTES, 2010, p. 293). Para a autora, essa e outras formas de uso da força de trabalho renovam modalidades tradicionais de exploração.

Ainda no que se refere ao voluntariado, podemos pensar que esta é uma prática observada também no âmbito da Política de Assistência Social. Atentos a essa questão, os Fóruns Estaduais de Trabalhadores do SUAS da região sudeste (FETSUAS Sudeste, 2022) lançaram uma nota conjunta de repúdio aos regimes de contratação via MEI (Microempreendedor Individual) e outras terceirizações no SUAS na qual citaram formas que precarizam ainda mais as relações de trabalho, incluindo o incentivo ao voluntariado.

Salientamos que as inúmeras situações de emergência e calamidade pública ocorridas, tais como a recente tragédia de Petrópolis¹², reforçam o fenômeno do voluntariado social. Nestas ocasiões, a tragédia coletiva justifica a “convocação” da sociedade civil. O crescimento do voluntariado é tão notável que foram criadas plataformas de voluntariado para organizar esse exército de trabalhadores engajados e disponíveis para atuar no atendimento às demandas emergenciais de grupos vulnerabilizados. Demandas que deveriam ser alvo de intervenção do Estado, inclusive da Política de Assistência Social, haja vista a necessidade de proteção social a indivíduos e famílias¹³.

Silveira (2017b) afirma o reconhecimento do SUAS como política pública de cunho democrático, contudo, algumas fragilidades do sistema são utilizadas, de maneira explícita ou velada, pelas tendências conservadoras que vem ganhando

¹² Tragédia ocorrida em março de 2022, no Morro da Oficina na cidade de Petrópolis, região serrana do Estado do Rio de Janeiro e que mobilizou grupos de voluntários para atuarem nas necessidades emergenciais da população atingida. Maiores informações disponíveis no link: <https://www.aconteceempetropolis.com.br/2022/03/11/serratec-e-instituto-biomob-precisam-de-voluntarios-para-dar-continuidade-a-ajuda-em-prol-das-vitimas-da-tragedia-de-petropolis/>. Acesso em 20 de abril de 2022.

¹³ No âmbito do SUAS, esta atuação está prevista, inclusive como serviço tipificado, o Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências (Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009).

espaço no cenário atual, especialmente, após o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022). Podemos citar como exemplo os desafios impostos pela crise sanitária oriunda da pandemia do novo coronavírus. Analisamos que o contexto de crise global resulta no aumento do grau de vulnerabilidade de indivíduos e famílias, aumentando exponencialmente as demandas para a Política de Assistência Social no intuito de garantir as condições mínimas de sobrevivência. Considerando que o SUAS atende a população em situações de vulnerabilidade, é fundamental que haja recursos que possam suprir necessidades imediatas, garantindo a sobrevivência àqueles que, neste momento de pandemia, estão com dificuldades de garantir a própria subsistência: “É preciso, nesse sentido, reposicionar as bases estruturantes de um direito constitucionalizado nos marcos do Estado democrático de direito e do respectivo sistema estatal, o que supõe financiamento público correspondente às necessidades e volumes de provisões” (SILVEIRA 2017a, p. 503).

Como argumentamos, o sucateamento da Política de Assistência Social é anterior à pandemia da COVID-19 e a falta de estrutura dos equipamentos vêm deixando a população exposta, tornando ainda mais urgentes os investimentos na tentativa de garantir proteção social aos mais vulneráveis. Em relação a isso, Silva (2020) demonstra preocupação com o possível colapso da Assistência Social e afirma:

Ademais, os ataques recentes à sua institucionalidade, o desfinanciamento contínuo, ao mesmo tempo em que já vinham sendo insufladas as demandas sobre a política de assistência social, em função do aumento da pobreza, do desemprego, do trabalho precário e das perdas de direitos trabalhistas e da proteção social atinentes ao emprego, agudizam os problemas. Se acoplarmos a este cenário, o agravamento exponencial que a pandemia cria sobre as condições de vida das camadas mais empobrecidas e precarizadas dos trabalhadores, parece muito provável que também o SUAS possa colapsar (SILVA, 2020, p. 64).

As tramitações para a recomposição do orçamento da Política de Assistência Social acontecem no âmbito federal, enquanto estados e municípios sofrem os efeitos do sucateamento. Contudo, a autora argumenta que o desmonte ocorre, mas não sem resistência, tendo em vista a articulação de frentes e de fóruns com atuação relevante em âmbito nacional, com destaque para a Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social, Fórum Nacional de Usuários do SUAS (FNUSUAS) e Fórum Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS (FNTSUAS).

No âmbito estadual, os trabalhadores do SUAS permanecem executando o trabalho na ausência da estrutura mínima e têm realizado denúncias por meio de fóruns e coletivos organizados de trabalhadores, a exemplo do Fórum Estadual de

Trabalhadores(as) do Rio de Janeiro (FETSUAS-RJ) que, a partir da realização de pesquisa sobre as péssimas condições de trabalho na Política de Assistência Social (FETSUAS-RJ, 2020a), vem estabelecendo diálogos e fazendo denúncias aos órgãos competentes para as providências cabíveis.

Diante do exposto, fica evidente a intenção dos governos recentes e, especialmente, o de Jair Bolsonaro (2019-2022) em efetuar a substituição de uma proteção social baseada na universalização de direito e na concepção de Assistência Social como dever do Estado pela desestruturação processual da seguridade social. Ademais, revela uma opção política despreocupada com a realidade de pobreza e de extrema pobreza no país, atuando na ótica da criminalização dos mais vulneráveis. Todavia, de maneira contraditória “segmentos representativos dos sujeitos, que historicamente vêm construindo o SUAS, mostram seu poder de organização política e propositiva, buscando a reversão desse processo” (SILVA, 2018, p. 13).

Neste contexto, Silveira (2017b) reafirma a importância e a força dos movimentos sociais e de outras formas de resistência para a luta em defesa da garantia (e manutenção de direitos afiançados) e a favor da própria democracia. A autora analisa ainda que:

Resta às/aos gestores comprometidos defender o Suas, reagir, articular forças políticas. Resta às organizações da sociedade civil, aos/as conselheiras de assistência social, intensificar a defesa do modelo descentralizado e participativo, da democracia participativa no Suas, combater as contrarreformas em curso. Resta à população usuária insurgir, com apoio e presença das organizações que defendem direitos, diante do trágico desmonte dos direitos e serviços públicos (SILVEIRA, 2017b, p. 2).

Coadunamos com o posicionamento da autora, contudo, ponderamos que, no que diz respeito à organização da classe trabalhadora, precisamos considerar que o mundo do trabalho e dos trabalhadores vem sofrendo alterações significativas e que estas transformações impactam diversos aspectos da vida dos trabalhadores, incluindo a sua capacidade de organização coletiva. Diante disso, na seção seguinte, apresentamos as reconfigurações do mundo do trabalho no cenário contemporâneo no âmbito da sociedade capitalista e seus desdobramentos para o trabalho e para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

3 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO E A ESPECIFICIDADE DOS TRABALHADORES DO SUAS

Esta seção tem como finalidade o debate acerca da categoria “trabalho no cenário contemporâneo brasileiro”, com destaque para as transformações ocorridas a partir da década de 1980, utilizando autores de referencial marxista, especialmente, Ricardo Antunes (2011; 2018) e Richard Sennett (1999). Ademais, tratamos dos possíveis atravessamentos, diante das reconfigurações apresentadas, para o conjunto dos trabalhadores do SUAS, bem como as suas possibilidades de organização coletiva.

3.1 Transformações no Mundo do Trabalho no Cenário Contemporâneo

Para tratar dos impactos das transformações no mundo do trabalho para o movimento de trabalhadores e organizações sindicais no cenário contemporâneo faz-se necessário contextualizar as mudanças ocorridas na sociedade capitalista, especialmente a partir da década de 1980, que inclui os processos de reestruturação produtiva.

O capitalismo, ao longo do tempo, se reestrutura e se reinventa a partir de crises com a finalidade de acumular riquezas – por meio da exploração do trabalho pelos detentores dos meios de produção – por meio da contradição capital e trabalho, a exemplo da crise estrutural da década de 1970 que inaugurou o processo de reestruturação produtiva. Para Marx (2013), o modo de produção capitalista está baseado na produção coletiva da riqueza, contudo, sem uma distribuição equânime do que é produzido, resultando na acumulação primitiva. Assim, enquanto os detentores dos meios de produção passaram a acumular riquezas, os demais trabalhadores, ainda que estivessem livres, nada acumulavam, restando-lhes somente a sua força de trabalho: “a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo o seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar”. (MARX, 2013, p. 785).

O lucro capitalista advém das transformações no circuito da produção e as profundas desigualdades estão relacionadas a um aumento das forças produtivas, intensificadas pelo trabalho humano não pago. A grande oferta de sujeitos que vendem a sua força de trabalho e a menor disponibilidade de postos tem como consequência a desvalorização da força de trabalho, que se torna mais barata e já

aponta para a precarização do trabalho. Este processo resulta na produção de uma superpopulação relativa, denominada também como exército industrial de reserva ou massa sobranete.

Em outros termos, resulta na formação de uma massa de desempregados e subempregados. Utilizando a terminologia dos anos 1990, podemos dizer ainda que são populações sem espaço no mercado. São aqueles que Castel (1998) chamou de supranumerários, os “inúteis para o mundo” ou ainda, os “não empregáveis”, aqueles que estão à margem das oportunidades de emprego formal e do acesso aos benefícios ocupacionais obtidos a partir da inserção no mercado de trabalho.

Castel (1998) aponta a centralidade do trabalho para apreender as metamorfoses da questão social e situa o trabalho assalariado como eixo estruturador das relações sociais, especialmente no que se refere à construção da identidade social. Para o autor, a questão social se revela a partir do aumento do desemprego e do empobrecimento de parcela significativa da classe trabalhadora, gerando “[...] uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade, esta, ameaçada pela ruptura apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto” (CASTEL, 1998, p. 41). De todo modo, torna-se necessário lembrar que somos confrontados com o surgimento de novos mecanismos de exclusão e de novas vulnerabilidades sociais, além de processos de reestruturação produtiva que produzem excedentes de mão de obra – indivíduos que, gradativamente, se tornam economicamente desnecessários.

Para Marx (2013), o número de trabalhadores desempregados (e subempregados) cresce de maneira proporcional ao desenvolvimento das forças produtivas e da redução da demanda por trabalho humano na produção:

Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. [...] A lei segundo a qual uma massa cada vez maior de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser posta em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana, é expressa no terreno capitalista – onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas estes o trabalhador – da seguinte maneira: quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre seus meios de ocupação, e tanto mais precária, portanto, a condição de existência do assalariado, que consiste na venda da própria força com vistas ao aumento da riqueza alheia ou à autovalorização do capital. [...]. (MARX, 2013, p. 719-720).

Assim, pode-se afirmar que, sob a égide de relações de produção, as relações sociais são escamoteadas, de maneira a ocultar os motivos que levam os sujeitos a serem alijados do acesso de amplas produções do gênero humano. Contribuindo para

o debate, Netto (2012) analisa que o pauperismo pode ser considerado como questão social em razão de seus desdobramentos sociopolíticos, visto que se a classe trabalhadora não reagisse às explorações as quais vêm sendo submetida, não haveria motivos para falarmos em “questão social”. Trata-se, portanto, de um processo de desigualdades e de resistência diante das expropriações, violências e aviltamentos vivenciados pela classe trabalhadora.

Assim, retomando o debate acerca do modo de produção capitalista, destacamos o lucro como a força motriz do modo de produção capitalista, advindos do processo de exploração do trabalho na esfera de produção. Para Netto e Braz (2006), a exploração do trabalho pelo capital se dá a partir do trabalho excedente, pois o trabalhador é remunerado apenas pelo trabalho necessário enquanto o capitalista se apropria, sem custo algum, do trabalho excedente. E, diante disso, os autores analisam que:

A experiência cotidiana dos trabalhadores não lhes permite apreender a distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente: na jornada de trabalho não há nenhuma divisória perceptível entre ambos – sob este aspecto, o trabalho assalariado (“trabalho livre”) é mais ocultador da exploração que o trabalho servil e escravo (NETTO e BRAZ, 2006, p. 107).

Neste sentido, para o capitalista importa aumentar o tempo de trabalho excedente e, assim, intensificar a produção de mais-valia, o que pode ser alcançado por meio da extensão da jornada de trabalho. Contudo, tal estratégia encontra resistência por parte da classe trabalhadora, provocando a reação do movimento operário “que forcem o Estado a intervir na regulação das relações capital/trabalho” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 108). Em relação a isso, Marx (2013) considera significativa a vitória dos trabalhadores no que se refere à redução da jornada de trabalho, pois concretiza a importância (e a força) da organização coletiva dos trabalhadores. Com isso, para alcançar o objetivo de extração de mais-valia, o capitalista muda de estratégia e substitui a intensificação da jornada de trabalho, pela intensificação do ritmo de trabalho.

Dito de outro, modo opera-se a redução do tempo de trabalho necessário que vai gerar uma intensificação da produtividade (em menor tempo), gerando um tempo de trabalho excedente. Assim, chega-se à conclusão de que é fundamental para o capital o controle sobre o processo de trabalho, na medida em que este lhe possibilita incrementar o excedente. Contribuindo para o debate, Dias (1995) afirma que o trabalho está subordinado ao capital e, ao longo do tempo, o modo de produção

capitalista passou por diferentes processos, a exemplo da substituição do trabalhador artesanal pelo operário fabril, considerado mais moderno.

De acordo com Netto e Braz (2006), para encampar o controle sob o processo de trabalho, o capital necessitou de mais de dois séculos (do século XVI ao século XIX). Num primeiro momento, nas corporações de ofício ainda não existia a relação entre capital e força de trabalho, pois a relação instituída era a de mestre e aprendiz. Posteriormente, o mestre se transformou em detentor do capital, modificando, então, a relação anteriormente estabelecida. A partir daí, o capitalista passou a reunir os trabalhadores assalariados no mesmo espaço físico, na compreensão de que trabalhavam mais do que quando estavam isolados e também considerando que, desta forma, facilitaria a supervisão das tarefas produtivas: “Ali, sob a sua batuta, os trabalhadores executavam as suas operações sob a forma de cooperação e as técnicas produtivas eram inteiramente controladas pelos trabalhadores, cujo saber de ofício provinha ainda das tradições artesanais” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 111). Apesar da supervisão, o poder do capitalista era reduzido e o controle sobre o processo de trabalho era formal, tendo em vista que os trabalhadores detinham o conhecimento sobre o trabalho. Na cooperação simples, o ritmo do trabalho era determinado pelos trabalhadores – que desenvolviam conhecimento sobre o produto e tinham total controle sobre o processo de trabalho.

Na segunda metade do século XVIII, com o avanço do capital sob o trabalho, logo a manufatura se sobrepõe a cooperação. Aqui, cada setor produz apenas parte do produto e, ao realizar tarefas parciais, não há mais a necessidade de o trabalhador conhecer o produto inteiro. Assim, uma consequência do processo manufatureiro é a criação de trabalhadores especialistas (MARX, 2013). Contudo, destaca-se que ao mesmo tempo em que a manufatura exige qualificação do trabalhador para a execução das atividades parciais, gera também um empobrecimento do trabalhador no que se relaciona ao desenvolvimento do conhecimento:

Com a manufatura, o capital introduz na produção uma *divisão do trabalho* específica: a divisão *capitalista* do trabalho no interior das unidades produtivas [...]. A divisão capitalista do trabalho no interior das unidades produtivas propiciará um enorme aumento da produtividade do trabalho [...]. O período manufatureiro desobstrui a via para que o processo de trabalho seja realmente comandado pelo capital (NETTO e BRAZ, 2006, p. 112).

Na manufatura, o trabalhador perde parte do controle do processo de trabalho, mas ainda delimita o seu ritmo. Por exemplo, quando se contrata o trabalhador por peça produzida é o próprio quem controla o tempo e dita o ritmo da produção.

Braverman (2014) afirma que, na atualidade, os processos manufatureiros ainda existem, contudo, de maneira modificada e que, ao longo da história, os trabalhadores vão perdendo o controle sobre o tempo do trabalho, resultando numa captura da subjetividade do trabalhador. Para ele, a parcialização do trabalho na sociedade capitalista se refere à parcialização de uma atividade que a transforma em algo mecânico, exacerbando o processo de captura da subjetividade do trabalhador.

A consolidação dos processos produtivos se dá a partir da Revolução Industrial, com a introdução da máquina-ferramenta, típica da grande indústria. Aqui, o trabalhador perde o controle do processo produtivo como um todo, mas também, da sua atividade parcial. O trabalhador perde a capacidade de ditar o ritmo de trabalho que se torna exterior a ele, ou seja, se torna um apêndice da máquina. Esta nova divisão do trabalho não requer grande especialização, basta ter a capacidade de se acoplar à máquina.

A introdução do maquinário tem como objetivo o aumento da produtividade, visando o aumento do tempo de trabalho excedente e, conseqüentemente, o aumento da mais-valia. Sobre a grande indústria, Netto e Braz (2006, p. 112) afirmam que: “Nesta, o capital subordina por inteiro (formal e realmente) o trabalho pelo controle do processo de trabalho: o trabalhador passa a ser um apêndice das máquinas, a sua desqualificação se acentua e igualmente se aprofunda a divisão do trabalho”. Os autores destacam ainda, no tocante à divisão do trabalho, uma classificação mais complexa que divide os trabalhadores entre aqueles que vão administrar os processos produtivos e entre aqueles que serão responsáveis pela execução. Com isso, há alteração também das funções do capitalista, que fica liberado das atividades de supervisão e de gestão, tendo em vista que essas funções são direcionadas aos profissionais assalariados.

Neste sentido, Braverman (2014) aponta os primórdios da gerência científica elaborada por Taylor, que estava preocupado em efetuar o controle do tempo e do ritmo de trabalho, com o intuito de extrair o máximo de produtividade e melhorar os processos manufatureiros. Assim, o modelo taylorista-fordista – resultante da aliança entre Taylor, o engenheiro científico e Ford, o fabricante de automóveis – tinha como principal finalidade o melhor desenvolvimento das técnicas manufatureiras, independente da introdução de máquinas. Contudo, com a introdução do maquinário, torna-se necessário maior controle do tempo e do movimento. O autor destaca ainda

que as revoluções técnico-científicas, a partir de então, são revoluções da máquina-ferramenta, do tempo da máquina e não mais do tempo do trabalhador.

No que se refere a estes processos, Antunes (2011) destaca que o processo produtivo do fordismo se caracteriza pela produção em massa e em série, além da divisão do processo de trabalho em elaboração e execução, resultando na fragmentação das funções. Em outro texto, Antunes (2018) cita o processo da mudança gradativa do trabalho vivo pelo trabalho morto, ou seja, da substituição de trabalhadores por tecnologia maquínica e analisa que não se trata de uma simples troca, mas, sobretudo, de facilitar o processo de desumanização do trabalho. Para ele, nesta circunstância, observa-se que a máquina-ferramenta sujeita o trabalho, de maneira que reduz a sua destreza oriunda da fase artesanal (e da fase manufatureira), reforçando o elemento de desumanização (ANTUNES, 2018). O autor pondera ainda que o trabalho baseado no modelo fordista marca o exercício da subjetividade no espaço produtivo, sendo dotado de maior regulação, contratualidade e segurança, fruto das lutas históricas de trabalhadores no seio da sociedade capitalista.

Em relação a isso, Behring e Boschetti (2016) analisam que, apesar de o modelo fordista ter se desenvolvido antes, seus métodos foram adotados apenas no segundo pós-guerra, com a adoção de novas formas de organização racional da produção, a fim de otimizar o processo de valorização do capital por meio da redução da porosidade de tempo na jornada de trabalho. E coadunando com a análise de Antunes (2011; 2018), as autoras afirmam: “O fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 86).

Contribuindo para o debate, Pereira (2013) afirma que o padrão fordista de produção tinha como base o consumo de massa, a política do pleno emprego e a adoção de políticas sociais de cunho universal. Todavia, observa-se o surgimento de outro modo de organização que tinha a intenção de modificar o processo de produção, denominado de pós-fordismo. Cabe ponderar que o modelo do pós-fordismo não representou uma ruptura total com os mecanismos de exploração fordistas/tayloristas, entretanto, com o avanço do neoliberalismo, passou a assentar-se “em outra doutrina econômica, emuladora do trabalho, do mérito, da monetarização da proteção social, do empreendedorismo e da inovação destrutiva” (PEREIRA, 2013, p. 21).

O modelo pós-fordista (ou toyotista) de produção, de acordo com Pereira-Pereira (2010), emerge baseado na tecnologia para atender as novas demandas do mercado, tais como a flexibilidade e a intensificação do processo de trabalho a partir da eliminação de tempos mortos na produção. Assim, o toyotismo tem a produção conduzida pela demanda, trazendo maior flexibilidade aos processos de trabalho, se revelando mais alinhado ao projeto neoliberal do que a uma concepção social-democrática, na medida em que segue a lógica do mercado e da produtividade. Aqui, se revela uma nova forma de organização e controle do processo laborativo que tem como objetivo a superexploração do trabalho que, gradativamente, se torna mais desregulamentado e informalizado “gerando uma dissociabilidade destrutiva no espaço de trabalho que procura dilapidar todos os laços de solidariedade e de ação coletiva, individualizando as relações de trabalho em todos os espaços onde essa pragmática for possível” (ANTUNES, 2018, p. 105).

Ademais, as mudanças advindas do modelo do toyotismo tiveram impactos significativos para a classe operária, tais como o aumento da terceirização e o enfraquecimento dos sindicatos, decorrente da fragmentação no interior da classe trabalhadora. Para o autor citado, existe incentivo para que a organização sindical se transforme numa instituição mais parceira das grandes empresas, desenvolvendo um sindicalismo negocial, colaborador e menos confrontacionista. Podemos problematizar que o enfraquecimento das organizações sindicais e de outros órgãos de defesa dos trabalhadores se dá em função da expansão do ideário do toyotismo, especialmente no que se refere ao rechaçamento a quaisquer manifestações de resistências, rebeldias e recusas por parte dos trabalhadores, tendo em vista que estas seriam prejudiciais ao desenvolvimento das empresas.

De acordo com Frigotto (1998), apostando na racionalização da atividade produtiva e na automatização, o mundo do trabalho contemporâneo se torna mais exigente no que diz respeito à qualificação da mão de obra e, de maneira concomitante, transforma os atuais trabalhadores em colaboradores passivos. Ele analisa ainda que determinadas categorias profissionais correm risco imediato de se tornarem obsoletas, enquanto outras, que anteriormente estavam adequadas ao perfil socioeconômico e cultural, tendem a tornar-se cada vez mais vulneráveis.

Desta forma, diante do avanço tecnológico e das novas formas de organização do trabalho, tem-se obtido alta produtividade sem que haja equivalência de empregabilidade, ou seja, há uma redução na capacidade de se obter lugar

permanente no mercado de trabalho. Em relação a isso, Sennett (1999) afirma a prática da reengenharia – conjunto de práticas empresariais que tem como principal objetivo a redução de empregos – e destaca que este processo pode se revelar altamente caótico, à medida que ataca “os males da rotina em nome de maior produtividade” (SENNETT, 1999, p. 57).

Como dito antes, o trabalho ocupa uma centralidade na sociabilidade humana, à medida que denota uma capacidade produtiva no homem e opera uma transformação imediata da realidade do próprio homem e da história possibilitando, assim, o pertencimento e a organização social. Quanto mais o sujeito se relaciona com o processo produtivo, mais se reconhece na condição de sujeito social na sociedade capitalista. A questão que se coloca então é como o sujeito se situa no social, tendo em vista o conceito de empregabilidade e suas consequências para a vida do trabalhador, como a demanda de flexibilidade e, principalmente, o desafio da convivência permanente com a imprevisibilidade. Para Sennett (1999), a flexibilidade se transforma numa necessidade, uma espécie de obrigação para que o trabalhador tenha alguma chance de se manter no mercado competitivo.

O autor supracitado aponta ainda outra característica do regime flexível de trabalho, que se refere ao tempo: o flexitempo. Um trabalhador em flexitempo pode, por exemplo, controlar o local de trabalho, contudo, sem possuir maior controle sobre o processo de trabalho em si. O trabalho é descentralizado fisicamente, mas o poder sobre o trabalhador incide de maneira mais direta: “o tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações” (SENNETT, 1999, p. 69). Para melhor compreensão dessa questão, citamos alguns exemplos. Um deles se refere aos trabalhadores que atuam no ramo de entregas por intermédio de aplicativos de telefone móvel. Neste caso, o trabalhador possui certa flexibilidade de horário, contudo, o seu processo de trabalho é controlado pela plataforma. Na mesma linha, estão os motoristas de aplicativos, também controlados por plataformas, mas com a liberdade de determinarem o seu horário de trabalho conforme as suas necessidades. Um exemplo mais recente, advindo da pandemia da COVID-19 diz respeito à expansão do trabalho remoto e do home-office que tem representado o aumento da exploração do trabalho e a redução significativa do tempo de não trabalho. Aqui, podemos citar as incontáveis reuniões remotas ocorridas fora do horário habitual de trabalho. Na seção destinada as transformações no mundo do trabalho no cenário brasileiro, retomamos e desenvolvemos esta questão, apontando

as características da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2011) na contemporaneidade.

Sennett (1999) pondera ainda que este processo de aprofundamento da exploração do trabalho pelo viés da flexibilidade exige uma mudança da estrutura dos projetos pessoais. Fazer da desordem um estado é adquirir a capacidade de se desapegar. Mas o que se exige do atual trabalhador é o desapego ao extremo. E, neste cenário, o que significa tolerar a fragmentação? Que outras coisas devem ser abandonadas para sermos flexíveis e “úteis” ao novo capitalismo? Neste contexto, problematizamos se, diante deste cenário de crise do capital, ainda há espaço para a memória do trabalhador.

As transformações estruturais da sociedade se sucedem a um ritmo acelerado com tendência a se intensificar e este processo é inevitável tendo como finalidade a modernização do sistema produtivo, que passa pela introdução de novas tecnologias e pela reestruturação dos vários setores de atividade. Em alguns casos, é possível observar a combinação do modelo fordista com outros processos mais flexíveis de produção. Cabe destacar que, no âmbito dos processos produtivos, concentra-se trabalho e capital e que a expropriação vem acompanhada das contradições entre o capital e o trabalho, ou seja, entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores revelando a luta de classes como o motor da história do capitalismo.

De acordo com Dias (1995): “A história sobre o capitalismo aparece como a história do capital, das técnicas, da produção e nunca do trabalho” (DIAS, 1995, p. 11). Ele destaca ainda que as forças produtivas do capital aparecem como eternas e imutáveis, promovendo a negação da historicidade do trabalhador e, conseqüentemente, prejudicando a sua capacidade de se organizar. Contudo, de maneira contraditória, o trabalhador se transforma em um ser coletivo e vem construindo a sua identidade. Diante disso, pode-se destacar que:

Todo esse quadro levou e tem levado a que os movimentos partidário, sindical, popular e de esquerda, acabem por considerar, despolitizadamente que fora do capitalismo não há solução, perdendo assim, e isso é decisivo, suas referências classistas. Mais do que a perda das referências, criou-se o vazio das experiências (DIAS, 1995, p. 14).

Assim, precisamos considerar que os processos de reestruturação produtiva ocorrem no seio do capitalismo que se estrutura e se reinventa a partir de crises com a finalidade de acumular riquezas por meio da contradição capital e trabalho. Neste sentido, Mandel (1990) fala sobre a crise clássica do capital afirmando tratar-se de

crises cíclicas de superprodução, ocorridas a cada momento de expansão do capitalismo e que, em geral, são seguidas de estratégias para uma maior acumulação do capital ou maior exploração da força de trabalho. O autor explica que, na ocasião da crise, o Estado libera crédito no intuito de impulsionar o consumo. O aumento do consumo acelera a produção (e incentiva a criação de empregos) e gera inflação. Em seguida, o Estado tenta realizar o controle da inflação. Contudo, o ciclo de aumento de consumo com conseqüente criação de empregos e aumento de produção apresenta limites históricos. É uma estrutura do modo de produção. Neste sentido, Pereira-Pereira (2010) afirma que o excesso de produção sobre a demanda por bens de capital e de consumo resulta numa queda brusca na produção, com efeitos recessivos no campo econômico e social. O desequilíbrio na relação consumo-produção e o próprio capital cria ciclos de crise. Tais crises estão relacionadas a crises de superprodução e superacumulação:

Toda crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. Aumentando o desemprego, e o medo do desemprego a crise tende a fazer com que os trabalhadores aceitem as reduções (ou estagnações) dos salários reais (...) as perdas de conquistas em matéria de condições de trabalho e de seguridade social (MANDEL, 1990, p. 231).

Aqui, cabe diferenciar o processo descrito acima da crise estrutural do capital que guarda em si o esgotamento das características civilizatórias e evidencia a existência de falhas no sistema, ou seja, as contradições do sistema capitalista. Mézáros (2002) sinaliza as suas principais características: ser uma crise global, rastejante e se configurar como uma crise civilizatória. E, levando em consideração tais características, Pereira (2013) analisa a crise contemporânea (nos idos de 2010) como sistêmica e estrutural, visto que não está limitada a um único campo e atinge todas as esferas da vida humana, tais como a esfera social, subjetiva, política, econômica, dentre outras; a observação de que a crise se disseminou no mundo sendo regida pela lógica de funcionamento das forças livres do mercado; a indicação de que parece tratar-se da fase final dos ciclos expansivos do capital, que atingiram o seu limite.

Pereira-Pereira (2010) coaduna com a autora citada e explica que vários analistas consideram que a crise capitalista atual estaria relacionada à baixa remuneração do capital produtivo e a fuga do grande capital para a especulação financeira. Entretanto, Pereira (2013) defende que a crise contemporânea não está limitada a questão financeira, passível de recuperação, tais como as chamadas crises

cíclicas do capital, mas trata-se de um processo que pode ter como resultante as seguintes situações: “a derrocada do próprio capitalismo ou a barbárie, traduzida em ainda maior superexploração do trabalho e rebaixamento ou anulação da proteção social pública” (PEREIRA, 2013, p.15).

Para Behring e Boschetti (2016, p. 121), cada crise associa questões de saídas de escoamento com questões de valorização do capital: “Da mesma forma, a luta de classes é interna a essa dinâmica geral e as saídas e entradas em crise, em seus tempos, tem a ver com uma *radical historicidade do capitalismo*” (grifo das autoras). Contribuindo para esta discussão, Mota (1995) afirma que a crise está ancorada num conjunto de mediações políticas que podem viabilizar tanto a reestruturação da hegemonia do capital quanto à criação de condições a superação de tal hegemonia. Deste modo:

Constatamos que a cultura da crise é um movimento de dimensão mundial e, mais do que isso, adquire traços particulares em cada formação social dependendo dos modos e das formas de inserção de cada país na ordem capitalista internacional, das relações entre as classes fundamentais e da natureza da ação do Estado (MOTA, 1995, p. 99).

Cabe destacar que o capitalismo exerce formas diversas de dominação tendo como base a exploração da força de trabalho e, ao longo do tempo, se reorganiza e se apresenta de diferentes maneiras, tais como o modelo do fordismo nos séculos XIX e XX e do toyotismo, nos meados do século XX. Ambos os modelos representaram novos processos de reestruturação produtiva que estão relacionados às mudanças profundas no mundo do trabalho e dos trabalhadores. Estas transformações vêm suscitando a realização de inúmeros estudos, incluindo uma diversidade de pesquisas sobre os impactos das transformações do mundo do trabalho nas condições materiais e subjetivas dos trabalhadores. Parte dos estudos (Antunes, 2011; Sennett, 1999) revela que a fragmentação vivenciada na esfera do trabalho traz inúmeras consequências para a vida dos sujeitos.

Dentre outros pesquisadores, Gorz (1982) defende que tamanha fragmentação ocasionaria o fim do trabalho e do proletariado. Em contrapartida, Antunes (2011) afirma que as transformações afetam os processos de trabalho e modificam as condições de vida dos trabalhadores, contudo, sem alterar a condição do trabalho como o fundante da sociabilidade humana na sociedade capitalista. Gorz (1982) no livro *Adeus ao Proletariado* defende a tese da abolição do trabalho, anunciando o fim do proletariado. Para o autor, a abolição do trabalho pode resultar numa sociedade do

desemprego – constituída hierarquicamente por uma parcela de trabalhadores protegidos, uma parcela de trabalhadores precários e uma massa crescente de desempregados permanentes – ou ainda, levar a uma sociedade do tempo liberado, regida pelo princípio de que se deve trabalhar menos para que todos tenham trabalho.

Cabe ressaltar que a análise de Gorz levou em consideração o contexto político-econômico europeu que passou por processos de reestruturação produtiva para se reerguer de uma crise estrutural nos anos 1960 e 1970. Como dito antes, a reestruturação tinha como finalidade a intensificação da exploração do trabalho já que alguns grupos operários estavam resistentes ao modelo fordista. As transformações no modo de produção resultaram em mudanças significativas para a classe operária, tais como o aumento da terceirização e o enfraquecimento dos sindicatos. Neste contexto, Gorz (1982) conclui que o trabalho perderia o caráter central na sociabilidade humana, tornando improvável a revolução socialista baseada na apropriação coletiva dos meios de produção pelo proletariado:

Essa ideia, hoje em dia, está tão ultrapassada quanto o próprio proletariado, porque, em lugar do trabalhador coletivo produtivo, nasce uma não-classe de não-trabalhadores que prefiguram, no interior mesmo, da sociedade existente uma não-sociedade na qual as classes seriam abolidas juntamente com o próprio trabalho e com todas as formas de dominação. (GORZ, 1982, p. 87).

Em relação a isso, Antunes (2011) afirma que as transformações profundas no mundo do trabalho – tanto no que diz respeito a sua estrutura quanto no que se refere a sua representação política e sindical – atinge as condições materiais e a subjetividade dos trabalhadores especialmente nos países capitalistas, a partir da década de 1980. Assim como Antunes (2011), coadunamos com a proposição de que o trabalho permanece ocupando o lugar de centralidade na sociabilidade humana. E as reconfigurações ocorridas, apesar da diversidade de impactos que gera no mundo do trabalho e dos trabalhadores não representam o fim da luta de classes, mas trazem outras complexidades para a compreensão do modo capitalista de produção e das relações de trabalho.

Para desenvolver o argumento de centralidade do trabalho, mesmo diante das modificações, Antunes (2011) analisa a transição do fordismo para o toyotismo e exemplifica que, no caso japonês, este processo representou a derrota do combativo sindicalismo japonês. O sindicato japonês, conhecido por sua luta em defesa dos trabalhadores e por sua oposição ao regime, foi dando espaço para o surgimento do sindicalismo de empresa. Este tipo de sindicalismo tem como principal característica

a realização das suas atividades no interior da empresa e, gradativamente, se transformaria num sindicalismo cooptado, deixando os trabalhadores cada vez mais vulneráveis e suscetíveis às decisões dos donos dos meios de produção.

O avanço das tecnologias possibilitou o desenvolvimento de novas relações de produção e de processos de trabalho apresentando como consequência mais imediata o aumento do desemprego em virtude da suspensão de postos de trabalho e do encerramento de muitas empresas, além de ocasionar a perda dos direitos trabalhistas:

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (ANTUNES, 2011, p. 24).

Aliado a essas questões, a crise financeira de 2008 resulta num enorme período de recessão em escala mundial. A crise foi desencadeada a partir da quebra de instituições de crédito dos Estados Unidos que concediam empréstimos hipotecários de alto risco, causando grande instabilidade no mercado monetário interbancário. Posteriormente, de maneira global, a crise atingiu os mercados internacionais de ações acarretando enorme prejuízo financeiro. Para Evans (2011), esta crise que teve início nos Estados Unidos seria apenas mais uma crise das economias capitalistas que tem como efeito o desencadeamento de uma recessão global, considerando que nas economias capitalistas as crises aparecem como o resultado do desenvolvimento da economia.

No que diz respeito ao mundo do trabalho, a crise intensifica a precarização laboral se caracterizando pelo aumento da informalidade e o alijamento de direitos. De acordo com Dias (1995), as intervenções do capital estão assentadas na repressão salarial e/ou política sobre o mundo do trabalho, considerando que na sociedade capitalista tanto a exploração quanto à opressão estão ocultas sob o ilusório ideário da liberdade e igualdade. Estas transformações vêm ganhando espaço no mundo globalizado, impactando o cenário brasileiro, com as suas especificidades. Diante disso, apresentamos a seguir a historicidade destas reconfigurações para o trabalho e para os trabalhadores brasileiros.

3.2 As Transformações no Mundo do Trabalho no Cenário Brasileiro

Na seção referente à Política de Assistência Social, apresentamos o contexto histórico no qual se deu o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil e, para a melhor compreensão dos impactos das reconfigurações do mundo do trabalho para os trabalhadores brasileiros faz-se necessário, em alguma medida, retomar o debate acerca da conjuntura nacional. Assim, situamos ainda na década de 1930 os primórdios da regulamentação trabalhista no país a partir de um esforço inicial do governo Vargas (1930-1945) com a criação do Ministério do Trabalho em 1930 e, no ano de 1932, com a criação da Carteira de Trabalho e Previdência Social, que passa a ser o documento de referência de cidadania.

Para Antunes (2011), o Brasil, por suas características¹⁴, apresenta o modelo de desenvolvimento de capitalismo hipertardio e, ao longo do século XX, vivencia o processo de acumulação industrial. Ele destaca que a industrialização brasileira – de cunho estatal e nacionalista – avança em determinados momentos e o primeiro impulso pode ser observado a partir de 1930. Posteriormente, em meados da década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), se localiza o segundo avanço do padrão de acumulação industrial, enquanto o terceiro salto se dá a partir do golpe de 1964, com a aceleração da industrialização e a internacionalização do país. O autor aponta estes períodos para compor o argumento de que as novas realidades do trabalho no Brasil são atravessadas por processos de reestruturação produtiva e organizacional. Tais processos, ao longo do tempo, resultam numa onda de desregulamentações no mundo do trabalho que desenham uma nova morfologia do trabalho tendo a precariedade estrutural como uma de suas principais características. Vamos retomar a historicidade do texto, contudo, já indicamos que estas questões serão discutidas mais adiante, ainda nesta seção.

No que se refere às legislações trabalhistas, em 1943, foi aprovada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que afirma o modelo fragmentado e corporativista do campo dos direitos no país. De acordo com Behring e Boschetti

¹⁴ Aqui, destacamos a formação sócio-histórica brasileira, ancorada na escravidão e na colonização, elementos primordiais para pensar a constituição do capitalismo no país aliada a desigualdade social e econômica. O passado escravagista e colonial nos ajuda a compreender as bases nas quais o capitalismo se fundou e suas características na contemporaneidade. Para aprofundar esta questão, ver PRADO JR. C. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

(2016), a CLT teve como inspiração a *Carta del Lavoro*¹⁵ e submeteu a organização sindical dos trabalhadores ao Ministério do Trabalho. No que tange aos direitos, a CLT é considerada uma conquista importante da classe trabalhadora, apesar de guardar a contradição da intervenção do Estado na organização sindical. Assim, de maneira contraditória, o país vivencia períodos de avanço e de retrocesso no que se refere aos direitos de trabalhadores, incluindo a capacidade de organização coletiva.

Para Behring e Boschetti (2016), a política do governo Vargas, de maneira gradativa, vai revelando o seu esgotamento e, com a sua queda em 1945, se inicia um período turbulento na esfera econômica, social e política do país. Apesar disso, no ano seguinte, foi promulgada a Constituição de 1946, reconhecida como uma das mais democráticas e que teve como destaque a retirada do Partido Comunista da ilegalidade. As autoras analisam ainda que: “O período 1946-1964 foi marcado por uma forte disputa de projetos e pela intensificação da luta de classes” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 109). Este período ficou marcado por intensa instabilidade com o suicídio de Vargas em 1954, a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e o golpe militar em 1964. Aqui, destacamos que o padrão de acumulação industrial, desde o governo de Kubitschek e durante a ditadura militar, experimenta movimentos de expansão, com altas taxas de acumulação: “O país vivia, então, sob o binômio ditadura e acumulação, arrocho e expansão” (ANTUNES, 2012, p.46). Neste período, a dinâmica interna do padrão de acumulação industrial estava ancorada na superexploração da força de trabalho, quer seja, a partir da associação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e intensidade dos ritmos de trabalho.

Neste sentido, Behring e Boschetti (2016) afirmam que o golpe de 1964 instaurou a ditadura militar no país e impulsionou a evolução da modernização conservadora com o projeto de desenvolvimento nacional baseada na industrialização e urbanização aceleradas e modernização do Estado brasileiro. Ademais, o processo contraditório da ditadura moderniza setores da sociedade e, de maneira concomitante, cria condições para a maior concentração operária do país – o ABCD paulista¹⁶.

¹⁵ A *Carta del Lavoro*, a chamada Carta do Trabalho, estabeleceu as diretrizes das relações de trabalho na sociedade italiana, em particular entre empregadores, trabalhadores e Estado e foi promulgada pelo Grande Conselho do Fascismo, no ano de 1927 (GENTILE, 2017).

¹⁶ Também conhecida como Grande ABC, a área está localizada na Região Metropolitana de São Paulo, constituída por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A região se destaca por seu caráter industrial, sendo marcada por ter sido o primeiro centro da indústria automobilística brasileira. A presença de indústrias de grande porte favoreceu o surgimento do movimento sindical contemporâneo do país, especialmente, após a greve dos operários no final

Assim, enquanto no plano internacional era possível observar a reação burguesa, no Brasil pós-ditadura militar vivia-se a expansão do “fordismo à brasileira”, transversalmente ao fenômeno do Milagre Brasileiro. Para Mota (1995), este período que ficou conhecido como o “milagre econômico” é resultante de uma aliança entre economia e política que tinha como finalidade a implementação da modernização conservadora, sendo considerado como um período de recuperação e expansão da economia brasileira que produziu transformações na estrutura produtiva e na formação do mercado de trabalho: “Todavia, o saldo dessa modernização conservadora foi o aumento da concentração de renda, a pauperização da maioria da população e a precarização das condições de vida e de trabalho da maioria dos trabalhadores” (MOTA, 1995, p. 61).

A autora pondera que a economia internacional sofre algumas mudanças após a primeira crise do petróleo, em 1973, anunciando o esgotamento do modelo de acumulação. Pode-se observar uma transição democrática controlada pelas elites, se configurando como uma transição conservadora, no cenário da crise econômica que revela indícios de esgotamento do milagre brasileiro, além de mudanças no campo político com o surgimento de uma sociedade civil mais complexa, incluindo a organização da classe trabalhadora com uma pauta de lutas democráticas. Ademais, o forte movimento especulativo tem como efeito a segunda crise do petróleo, em 1979, e a adoção de medidas restritivas de política monetária no início da década de 1980.

De acordo com Antunes (2012) em meados da década de 1980, no período que ficou conhecido como “Nova República” no governo de José Sarney (1985-1990) o padrão de acumulação industrial (baseado no tripé setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional) começa a apresentar algumas alterações, rumo ao capitalismo flexível: “Foi durante a década de 1980 que ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotar, no início de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, bem como novas formas de organização social do trabalho” (ANTUNES, 2012, p. 45).

Ainda de maneira incipiente, assistia-se ao surgimento do processo de reengenharia industrial e organizacional como resposta ao avanço do sindicalismo no país e das formas de confronto e de resistência dos trabalhadores (que ganhavam

da década de 1970. Para mais informações, ver o artigo: Grande ABC paulista: é possível pensar em coesão regional? SILVA, 2013.

força desde as greves da região industrial do ABCD paulista, no pós-1978). Neste contexto, observa-se nas empresas nacionais a utilização de mecanismos de participação dos trabalhadores nos planos empresariais. Em outras palavras, estratégias de envolvimento dos trabalhadores por meio de métodos participativos que tinham como finalidade a adesão dos profissionais às metas estabelecidas pela empresa e a redução significativa das rebeldias da classe trabalhadora.

Ao longo desta década, se observa um conjunto de transformações na sociedade brasileira que se caracteriza como um período de crise orgânica, no qual a crise econômica aliada ao poder político de classes resulta em processos de transição. Desse modo, o processo de luta de classes, nesse panorama, tem como efeito a redefinição das práticas sociais das classes e revela, ainda, uma unidade contraditória:

Estabelece-se, pois, uma unidade contraditória: as lutas coletivas dos anos 80 transmutam-se em movimentos de solidariedade entre classes enquanto as reivindicações típicas dos movimentos de corte classista, vinculados ao mundo do trabalho, metamorfoseiam-se em lutas corporativas tendencialmente destituídas de projetos de classe (MOTA, 1995, p. 14).

Nos últimos anos da década de 1980 e na década seguinte nota-se o avanço do neoliberalismo no Brasil, com o aumento da presença do capital estrangeiro. Contudo, em 1988, no auge do processo de redemocratização do país é promulgada a nova constituinte que, por estabelecer direitos sociais, ficou conhecida como a constituinte cidadã. Entendemos que a nova constituinte, de certa forma, entra em conflito com as perspectivas neoliberais. Para Antunes (2011), no decorrer da década de 1980 (e no cenário contemporâneo) observamos uma redução dos movimentos grevistas, talvez em função da dificuldade dos sindicatos em aglutinar trabalhadores terceirizados ao movimento – o que resultaria numa diminuição da consciência de classe baseada no sentimento de pertença.

Nesta perspectiva, Mota (1995) afirma o surgimento do novo sindicalismo no cenário brasileiro, inaugurando a prática das negociações coletivas entre sindicatos e empresas e apresentando como uma de suas principais características a politização das demandas da classe trabalhadora. Para a autora, a emergência deste modelo de sindicalismo consolida o processo de fordicização das relações trabalhistas no país. Ademais, as reconfigurações do mundo do trabalho atingem diretamente as representações políticas e sindicais dos trabalhadores, principalmente nos países

capitalistas. Sobre esta questão, Antunes e Silva (2015) afirmam que, no país, o novo sindicalismo aponta para a fusão de três elementos:

A velha prática peleguista, a forte herança estatista e a forte influência do ideário neoliberal (ou social-liberal), impulsionada, ainda, pelo culto da negociação e defesa do cidadão. Vale dizer que cada um destes elementos pode ter prevalência em diferentes conjunturas. E esse Frankenstein que está sendo embrionariamente gestado, estamos denominando, provocativamente, como uma espécie de sindicalismo negocial de estado (ANTUNES e SILVA, 2015, p. 525).

Antunes (2018) analisa ainda que o país passa por uma nova transição do capitalismo, ainda mais agressiva no que se refere à destruição dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Como parte deste processo, observa-se a deslegitimação dos sindicatos de classe e outros veículos de reivindicação criados por trabalhadores. Ele afirma que os sindicatos vêm adotando uma postura defensiva se distanciando do sindicalismo e dos movimentos sociais. Para ele, os movimentos sociais estão mais conectados com as demandas da classe trabalhadora, mas tem dificuldade de se manter ao longo do tempo. E no que se refere aos sindicatos, critica:

Os sindicatos, mais próximos dos interesses imediatos da classe trabalhadora, embora imprescindíveis por vezes se perdem em seu imediatismo em suas batalhas cotidianas quando não em seu burocratismo, sem compreender bem a totalidade e o sentido de pertencimento de classe ampliado (e não corporativo) que deve plasmar as suas ações. Isso quando não sofrem disputas políticas que encontram o desinteresse e o distanciamento real de suas bases. (ANTUNES, 2018, p. 243).

Em relação a isso, Ruy Braga (2014) afirma que os sindicatos estão enfrentando uma série de dificuldades na contemporaneidade e destaca que o fosso entre trabalhadores estáveis e os trabalhadores precarizados ocasiona a segmentação no interior da própria classe trabalhadora e acaba por enfraquecer o movimento sindical. O que nos leva a pensar na necessidade de desenvolvimento de instrumentos que possibilitem o reconhecimento de classe e a geração de identidades (a partir da consciência de classe), visando à transformação social. Alguns pesquisadores do campo da memória, por exemplo, argumentam que a memória pode se constituir num elemento fundamental de transformação social a partir da construção de identidades sociais. Inclusive, na próxima seção, desenvolvemos este argumento tendo como base os estudos de memória social.

Behring (2008) destaca a natureza regressiva dos processos em curso, quer seja, da reforma do Estado brasileiro e afirma que, até os dias de hoje, observa-se a obstaculização dos direitos constitucionais conquistados. Assim, pode-se dizer que, no âmbito da contrarreforma “coexistem de forma tensa e com hegemonia

conservadora princípios contraditórios: aqueles inscritos na Constituição de 1988 e os novos formatos das políticas sociais no neoliberalismo” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 24). Assim, assiste-se a uma espécie de reformatação do Estado brasileiro, a fim de possibilitar um ajustamento à lógica do capital facilitado tanto pela crise econômica na década de 1980 quanto pelo processo de democratização do país. Em relação a isso, Antunes (2018) afirma que, após o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) e a eleição (e reeleição) do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), a estrutura da economia brasileira sofreu profundas alterações advindas das amplas privatizações do setor produtivo estatal, com aumento da presença do capital estrangeiro. De acordo com Mota (1995), as medidas elencadas como prioritárias pelo governo de Collor dentre outras, destaca-se a reforma administrativa (considerada uma forma de sanar as instituições governamentais), a privatização das empresas estatais e a reforma da previdência social – tentativa de equilibrar o orçamento fiscal, além de adequar a questão do emprego na crise. Em relação a isso, Behring e Boschetti (2016) analisam que a privatização brasileira apresentou uma especificidade que diz respeito à entrega de parcela significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro.

Behring (2008) aponta as transformações ocorridas na década de 1990, na qual se observa que não houve alteração significativa na estrutura da desigualdade social. Para a autora, as transformações na estrutura da economia brasileira resultante das amplas privatizações do setor produtivo estatal tiveram como efeito a flexibilização e a desregulamentação dos direitos do trabalho – desencadeando altas taxas de desemprego e variadas formas de aprofundamento da precarização do trabalho, tais como o subemprego e a terceirização. Neste sentido, Pereira-Pereira (2010) analisa que o neoliberalismo resgata os dogmas do liberalismo clássico, buscando uma transformação na economia e nas relações capital-trabalho. E, assim, fazendo emergir uma revolução conservadora baseada em algumas crenças, dentre elas, a compreensão da desigualdade social como fruto da liberdade e da iniciativa pessoal; o protagonismo da figura do empresário para o crescimento econômico do país, tendo em vista que as suas iniciativas seriam responsáveis pela inovação e progresso. Além disso,

A materialização dessas crenças implicou a adoção de políticas governamentais que se fundamentaram na hipótese de que a economia só poderia funcionar em regime de competição perfeita se ficasse livre das políticas de redistribuição de renda (consideradas confiscos); das organizações sindicais, que funcionavam como um contrapoder ao poder

empresarial; dos gastos sociais, que oneravam os cofres públicos; dos elevados impostos sobre as classes mais abastadas e do controle do Estado sobre o mercado (PEREIRA-PEREIRA, 2010, p. 6).

Para atingir tais metas, passou-se a privilegiar, dentre outras coisas, a liberalização do mercado; a diminuição da atividade laboral e dos salários que resultou em aumento da taxa de desemprego no país; a redução dos gastos dos governos com a proteção social – caracterizada pela prática do bem-estar pluralista no qual o mercado de trabalho atende as demandas dos trabalhadores empregados e, o Estado (e instituições privadas) atendem as necessidades inadiáveis dos desempregados.

No que diz respeito aos modos de produção, Antunes (2012) afirma que na década de 1990 o processo de reestruturação produtiva do capital se intensificou, mesclando elementos tanto de continuidade quanto de descontinuidade no que se refere aos modos de produção anteriores. Aqui se observa elementos característicos do processo fordista associado a aspectos oriundos das novas formas de acumulação flexível e das práticas toyotistas assimiladas pelos sistemas produtivos nacionais:

A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços (ANTUNES, 2012, p. 47).

Nesta perspectiva, Antunes (2012) analisa que a fusão entre os processos produtivos beneficia o capital, na medida em que agrega os equipamentos informacionais e a força de trabalho qualificada, denominada também de polivalente ou multifuncional. E isto porque este trabalhador multifuncional está apto para operar os equipamentos em troca de baixo salário e numa relação de trabalho regida por direitos sociais flexibilizados e, até mesmo, desregulamentados. Assim, o autor afirma ainda que o processo de reestruturação produtiva teve início no governo de Fernando Collor (1990-1992), contudo, tal processo foi represado mediante a crise política que se instaurou e ganhou novo impulso no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), a partir da implantação do Plano Real, “sob enxugamento empresarial e da implementação de mecanismos estruturados em moldes mais flexíveis” (ANTUNES, 2012, p. 49).

Cabe destacar que a referência supracitada é do artigo intitulado *A nova morfologia do trabalho no Brasil*, no qual Antunes (2012) apresenta uma ‘fenomenologia da flexibilização do trabalho’ no país (ANTUNES, 2012, p. 44) e descreve as tendências da reestruturação produtiva, bem como as possíveis

consequências para o mundo do trabalho em determinados setores, tais como o automobilístico, o de telecomunicações (e telemarketing), o bancário, dentre outros. Assim, a partir de pesquisas empreendidas nestes setores, o autor analisa os processos de reestruturação produtiva concluindo que, de maneira geral, estes têm se caracterizado por inovações que revelam e fortalecem condições de precariedade estrutural.

Em relação ao setor bancário, Antunes (2012) destaca a instituição de novas políticas gerenciais implementadas por intermédio de programas de qualidade total e de remuneração variável. Neste caso, as práticas flexíveis resultaram em aumento da precarização, decorrente da contratação de trabalhadores com vínculo frágil e precário, quer seja, mediante o crescimento da terceirização, da contratação de trabalhadores por tarefas e, principalmente, da redução de salários. Diante disso, observa-se a expansão do processo de desregulamentação do trabalho aliada a redução dos direitos sociais da classe trabalhadora. Ademais, essas formas de contratação possibilitam o aumento nas taxas de lucratividade “ao mesmo tempo em que procuraram obnubilar os laços de pertencimento de classe e diminuir a capacidade de resistência sindical dos bancários, dificultando sua organização no espaço de trabalho” (ANTUNES, 2012, p. 50).

Ainda no que se refere ao setor bancário, se observa os planos de demissão voluntária e de forma paralela, a expansão da terceirização. Para atender às exigências da reestruturação produtiva, incluindo os movimentos de racionalização do trabalho, os trabalhadores estão passando por mudanças pessoais e profissionais, a exemplo do desenvolvimento de uma formação geral e polivalente. Assim, no cenário de aumento do desemprego e de formas precárias de contratação, este conjunto de assalariados está sendo submetido à sobrecarga de trabalho, dentre outras questões que recriam estratégias de dominação que enevoam a relação entre capital e trabalho: “Os trabalhadores bancários foram constrangidos a se tornar ‘parceiros’, ‘sócios’, ‘colaboradores’ dos bancos e das instituições financeiras, num ideário e numa pragmática que aviltam ainda mais a condição laborativa” (ANTUNES, 2012, p. 52).

Em outras palavras, o envolvimento dos trabalhadores no processo de reestruturação produtiva pode ser considerado uma estratégia de gerenciamento da força de trabalho para aumentar a produtividade. E, nesta perspectiva, a introdução do trabalhador polivalente ou multifuncional, também segue a mesma lógica de intensificação e exploração da força de trabalho, revelando mais uma tendência do

processo de reestruturação do modo de produção, que diz respeito ao aumento dos mecanismos de desregulamentação e de precarização da força de trabalho.

Este processo se deu de maneira mais intensa ao longo da década de 1990, como efeito da política de abertura econômica que desorganizou as indústrias. Diante deste cenário de avanços e retrocessos nas conquistas da classe trabalhadora, e em função da onda de privatizações das empresas estatais e dos serviços públicos, se observa a expansão do que Antunes (2011) denomina de novo proletariado de serviços – do aumento significativo da massa de terceirizados (subcontratados em vínculo frágil de trabalho) que resulta na ampliação do processo de precarização da força de trabalho no Brasil e ainda traz em seu bojo o alijamento de direitos da classe trabalhadora. Deste modo, observa-se:

[...] um nítido crescimento de relações de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para a de trabalhadores sem carteira assinada, especialmente durante a década de 1990. Se nos anos 80 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, na década seguinte esse número aumentou significativamente para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado. Essas mutações, portanto, inseridas na lógica da racionalidade instrumental do mundo empresarial, estão intimamente relacionadas ao processo de reestruturação produtiva do capital, no qual as grandes empresas, por meio da flexibilização dos regimes de trabalho, da subcontratação e da terceirização, procuram aumentar sua competitividade fraturando e fragmentando ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2012, p. 48).

No que se refere à legislação trabalhista, o autor citado afirma que o governo Lula (2003-2010), ao final do primeiro mandato, tentou realizar uma reforma sindical e trabalhista que sofreu oposição tanto das centrais sindicais patronais quanto dos sindicatos vinculados aos trabalhadores. O elemento considerado como mais negativo desta reforma trabalhista é a possibilidade de que o acordo entre sindicatos e empresas pudesse prevalecer sobre a legislação trabalhista, deixando a classe trabalhadora ainda mais vulnerável diante de um cenário de crise do emprego. Na tentativa de exercer a conciliação de classes, de maneira concomitante, o governo Lula cria medidas que favorecem os capitais (financeiro, industrial, do agronegócio e dos serviços) e implementa um programa de transferência de renda, o Bolsa Família – que, se comparado ao governo de Fernando Henrique Cardoso, promove uma relativa valorização do salário-mínimo nacional.

Em relação a isso, Pereira-Pereira (2010) pondera que é inegável o efeito compensatório dos programas de transferência de renda, além de outros pontos

considerados como positivos tais como a retomada do crescimento do emprego formal. Entretanto, tais medidas não tinham a finalidade de modificar estruturalmente as condições de criação e de manutenção da pobreza “as quais respondem pelo ainda elevado índice de trabalhadores informais, situados à margem das garantias propiciadas pelo *status* ocupacional formal que, no Brasil, constitui o mecanismo mais importante de segurança e prestígio social” (PEREIRA-PEREIRA, 2010, p.18).

Contribuindo para o debate, Mota (1995) argumenta que as transformações requeridas pelo processo de reestruturação econômica e produtiva exigem a reinvenção de maneiras do capital dominar o trabalho, revelando a necessidade da criação de uma cultura política da crise. Para a autora, o tratamento indiferenciado da crise, baseada na premissa de que se trata de uma questão que afeta toda a sociedade brasileira aponta para a diluição de projetos de classe apoiados em estratégias de enfrentamento da crise que envolvem determinados consensos, transformando aquilo que seria o objeto da resistência – os impactos da crise sobre a classe trabalhadora – em adesão e consentimento. Assim, a tensão entre resistência e consentimento se torna o objeto sobre o qual aponta as novas estratégias da luta de classes em tempo de crise do capital.

Deste modo, as mudanças consentidas adquirem o estatuto de iniciativas positivas no enfrentamento da crise econômica e podem envolver a socialização de novos valores, bem como a produção de outros padrões de comportamento. Em outras palavras, considerando que a crise afeta a todos, independente da classe social, promove-se a ideia de que a solução para a saída da crise exige o sacrifício de todo o conjunto da sociedade, incluindo as classes subalternas:

Em síntese a afirmação é a de que a gestação da cultura política da crise tem suas raízes na necessidade de o capital não somente realizar a reestruturação técnica da sua base produtiva, mas de fazê-la com o consentimento das classes trabalhadoras; isso significa investir na neutralização dos processos de resistência e em estratégias persuasivas, promotoras de adesões ao seu projeto valendo-se, para tanto, das precárias condições de vida e de trabalho da população brasileira (MOTA, 1995, p. 111).

Para Antunes (2012), o processo de reestruturação produtiva, em função de suas características já mencionadas, dificulta os laços de solidariedade de classe, reforçando a flexibilização e a precarização do trabalho. Em contrapartida, o movimento de resistência a partir da organização coletiva colabora para a construção

da identidade de classe, tão necessária em tempos de fragilidade das relações trabalhistas.

Cabe destacar que, a partir de 2016, há uma nova onda de precarização do trabalho apoiada no discurso do empreendedorismo e na defesa da flexibilidade e liberdade, no intuito de descaracterizar a relação trabalhista. Esta lógica teve apoio governamental e logo se oficializou com a aprovação da reforma trabalhista. Após o golpe parlamentar que retirou a presidenta Dilma Rousseff (2015-2016) do poder, assistimos a dinâmica de contrarreformas aprofundadas no Governo de Michel Temer (2016-2018):

Tudo isso para que o governo golpista siga à risca a pauta que lhe foi imposta uma vez que os capitais exigem, nesse momento de profunda crise, que se realize a demolição completa dos direitos do trabalho no Brasil. Dado que essa programática não consegue ter respaldo eleitoral o golpe foi o seu truque (...). Iniciou-se, então, uma nova fase da contrarrevolução preventiva agora de tipo ultraneoliberal e em fase ainda mais agressiva (grifo do autor). (ANTUNES, 2018, p. 269).

Em outras palavras, podemos dizer que, a pretexto de promover o crescimento econômico do país e gerar empregos, o governo ataca os direitos da classe trabalhadora. E, neste sentido, o governo conservador do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) deu continuidade ao projeto do governo anterior, especialmente no que se refere às contrarreformas¹⁷. Em relação a isso, Behring (2008) destaca a natureza destrutiva dos processos em curso, visto que o governo atual vem promovendo a devastação completa da classe trabalhadora, com o fim das conciliações e o favorecimento dos grandes empresários. Enquanto os grandes especuladores foram protegidos da falência pelo governo, os trabalhadores tiveram redução significativa de salário e de rendas e foram atingidos pela precarização ou extinção de seus postos de trabalho, com impacto nas condições de vida e de cidadania (PEREIRA, 2013).

Observamos que as contrarreformas aprovadas, tanto a da previdência quanto a trabalhista têm como finalidade proporcionar maior acumulação de capital por parte dos donos dos meios de produção, a partir da exploração dos trabalhadores. A contrarreforma trabalhista, por exemplo, põe fim a um século de lutas sociais na proteção aos direitos do trabalhador. Ela se configura como uma estratégia capitalista perversa que aprofunda a exploração e a dominação dos trabalhadores,

¹⁷ Por se tratar de reformas de caráter regressivo e que promovem o alijamento de direitos da classe trabalhadora, fala-se em contrarreformas. Observamos que as contrarreformas aprovadas, tanto a da previdência quanto a trabalhista têm como finalidade proporcionar maior acumulação de capital por parte dos donos dos meios de produção, por meio da exploração dos trabalhadores.

especialmente no cenário de aumento da informalidade e fragilização das relações trabalhistas, oficializando a precarização do trabalho por intermédio da regulação do trabalho intermitente e intensifica a desigualdade social. Ademais, a defesa do diálogo e da negociação com os donos dos meios de produção deixa a classe trabalhadora mais exposta e vulnerável, visto que não reúnem condições de negociar com o patrão no cenário de crise do emprego e de aumento de vínculos precários de trabalho.

No tocante a continuidade das contrarreformas promovidas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), podemos acrescentar o debate sobre a reforma administrativa. O governo defendia a necessidade de reforma da administração pública por intermédio do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 32/2020 a pretexto de recuperação da economia e do término de privilégios. A PEC visava a alteração de vários artigos do capítulo da administração pública, tratando de medidas relativas à contratação, remuneração e desligamento de servidores, dentre outras questões, ou seja, uma espécie de privatização do serviço público do país. Entretanto, as novas regras excluíam militares e outras categorias como magistrados e congressistas, enquanto os direitos da classe trabalhadora assalariada seriam diretamente atacados. A PEC 32/2020 seria votada em novembro de 2022, mas após a vitória de Lula nas eleições, a proposta foi retirada da pauta da Câmara dos Deputados e, provavelmente, deve ser engavetada pelo governo petista¹⁸. Para Dias (1995), as reformas têm como finalidade a desregulamentação que culmina na redução da proteção ao trabalho. E, como em outros países capitalistas, o sentido da reforma brasileira é a abertura ao domínio do mercado e tende a imputar a ideia de que:

Faz-se necessário fazer crer às classes subalternas que seu “destino” é, para sempre, o da subordinação permanente à Ordem do Capital. Aqui intervém o discurso neoliberal, apagando as diferenças, homogeneizando as práticas. Essa é a estratégia. Busca-se assim impedir que o pensamento e as práticas das classes subalternas se transformem em identidade (DIAS, 1995, p. 15).

Silveira (2017a) argumenta que a racionalidade da lógica do mercado demanda um Estado que apresente, por um lado, a sua face punitiva no que se refere à população em situação de vulnerabilidade e a qualquer forma de insurgência que coloque em risco a dominação institucionalizada. E, por outro lado, a sua face

¹⁸Para mais informações sobre este assunto, ver o artigo de SILVA, J.B. PT vai enterrar atual proposta de reforma administrativa. Novembro de 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/pt-vai-enterrar-atual-proposta-de-reforma-administrativa/>

gerencial no que tange à conformação dos interesses do capital. Sendo assim, podemos pensar que o Estado apresenta respostas que priorizam a conservação das relações sociais, principalmente, mediante as lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho. Trata-se, portanto, de um processo de desigualdades e de resistência diante das expropriações, violências e aviltamentos vivenciados pela classe trabalhadora.

Cabe destacar que, no neoliberalismo, a intervenção do Estado na sociedade é considerada ineficiente. Analisamos que a crítica às ações do Estado serve para justificar a defesa de um Estado mínimo no que se refere à proteção dos direitos sociais dos indivíduos e está relacionada ao processo de desresponsabilização do Estado. Além disso, se as instituições sob a administração pública não funcionam de maneira adequada, há um grande risco de privatização, apoiado no discurso de ineficiência do Estado. Para Mota (1995), trata-se de uma maneira de lidar com a crise que se caracteriza principalmente pelo predomínio do pensamento privatista e pela constituição do cidadão consumidor. Ademais, a autora afirma que o enfrentamento da crise é um processo constituído pela acumulação do capital e a ação política das classes, no qual se observa dois movimentos: “rearticulação das classes no poder (que tem o domínio econômico) e articulação das classes que lutam pelo poder hegemônico (classes subalternizadas) que caracterizam o confronto de classes e as disputas por projetos societais” (MOTA, 1995, p. 39).

Assim, refletimos que a crítica sobre a ineficiência do Estado aliado ao discurso da privatização pode ter como efeito a justificativa de menor investimento em políticas sociais pela necessidade de redução dos gastos públicos. Neste contexto, a defesa de um Estado mínimo está relacionada ao processo de desresponsabilização do Estado e aos interesses do mercado e, de acordo com Mota (1995) a supressão de direitos sociais está no bojo da cultura política da crise:

Dessa forma, a adoção de uma linguagem sobre a crise e o modo de superá-la, como parece estar acontecendo no Brasil, nos permite formular a hipótese de que o tratamento da crise brasileira, expresso no discurso e na programática do governo, dos partidos, dos empresários e, até, de alguns trabalhadores particulariza um modo de construção de uma cultura da crise, cujo marco é o pensamento neoliberal, que favorece a implementação de novas estratégias econômicas e políticas do grande capital, neste final de século (MOTA, 1995, p. 108).

A autora argumenta ainda que o discurso utilizado pelas principais lideranças políticas brasileiras, para enfrentar a crise tem sido o da defesa da retomada do crescimento econômico, da inserção do Brasil na economia internacional e da

necessidade de redefinição do papel do Estado. Ademais, tal discurso socializa a ideia de que a crise afeta indistintamente toda a sociedade. Do ponto de vista político-econômico, esta visão socializadora da crise resulta num processo de desqualificação das posições antagônicas das classes, ao mesmo tempo em que constrói um modo de integração passiva à ordem do capital. Trata-se de uma cultura que se constitui na base da formação de um novo conformismo social, em que os atuais interesses privados da classe dominante devem tornar-se genéricos e universais, via saída conjunta para a crise. Crise que, como foi dito, faz parte do processo de desenvolvimento do capitalismo.

Neste ponto, realizamos um contraponto sobre a questão, ponderando que, mesmo na vigência de uma crise, é possível verificar a existência de possibilidades e de estratégias de resistência. Nesta perspectiva, Mota (1995) pondera que o enfrentamento da crise econômica revela a agudização dos processos políticos e, assim, a capacidade das classes construírem formas de articulação política e de consenso de classe é que vão definir as tendências do processo social.

Braga (2014), ao analisar os efeitos da crise da globalização nas classes subalternas observa que seus efeitos são contraditórios. A crise apresenta como tendência a ampliação do precariado – proletário precarizado, excluído do mercado formal de trabalho e tem como característica a inserção laboral em condições degradantes, transitando entre a formalidade e a informalidade e com acesso frágil aos direitos trabalhistas – e a perda de negociação da classe trabalhadora. Em contrapartida, o cenário de destituição de direitos também possibilita a aproximação das classes, favorecendo o surgimento de um proletariado global, com destaque para a potencialidade dos jovens que estão ingressando de maneira precária no mercado de trabalho: “Na verdade, e esta é uma das principais lições das chamadas Jornadas de Junho, a automobilização em defesa dos direitos da cidadania continua definindo o horizonte de intervenção política dos jovens trabalhadores precarizados no país” (BRAGA, 2014, p. 41).

Sendo assim, apesar do cenário desfavorável de alijamento de direitos trabalhistas, observam-se possibilidades de resistência. Neste sentido, destacamos que o trabalho se configura como campo privilegiado para a construção de identidades sociais e os espaços de organização coletiva colaboram para o fortalecimento da classe trabalhadora (incluindo até mesmo o suporte emocional, especialmente em tempos de aprofundamento da precarização do trabalho que afeta e fragiliza a saúde

do trabalhador) e do sentimento de pertença a determinado grupo e/ou classe social. Neste sentido, apesar da dificuldade dos sindicatos em aglutinar trabalhadores terceirizados, observa-se a capacidade de ação e de mobilização das classes subalternas.

Pensando nesta questão, citamos o movimento denominado como “Entregadores Antifascistas”, composto por trabalhadores precarizados que atuam no ramo de entregas por meio de aplicativos de telefone móvel. Apesar das empresas contratantes (as grandes plataformas) denominarem estes trabalhadores de empreendedores e/ou de colaboradores, analisamos que o discurso do empreendedorismo e de cooperação a partir da disseminação do ideal de flexibilidade e liberdade encobrem a finalidade destas empresas de descaracterizarem a relação trabalhista e, conseqüentemente, destituírem direitos dos trabalhadores. Em relação a isso, Antunes (2012) afirma:

Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’ [...]. Similar é o caso do ‘empreendedorismo’, que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa. É neste quadro, caracterizado por um processo tendencial de precarização estrutural do trabalho, em amplitude ainda maior, que os capitais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho (ANTUNES, 2012, p. 59).

Aqui, observa-se que a precarização laboral vem apoiada no aumento da informalidade, no alijamento de direitos e no maior controle sobre a execução e o processo de trabalho, visto que as plataformas têm uma enorme capacidade de controle dos corpos produtivos dos trabalhadores – o que nos remete aos mecanismos de poder descritos por Michel Foucault (2008), discussão que desenvolvemos adiante.

Neste sentido, o movimento dos entregadores antifascistas luta por direitos resultantes da relação trabalhista, o que lhes é negado em virtude do discurso do empreendedorismo no âmbito do capitalismo de plataforma. Para Antunes e Figueiras (2020), as supostas novas formas de organização do trabalho relacionadas ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), representadas pelas plataformas e aplicativos reforçam a narrativa do capital, mascarando (e negando) o que efetivamente significam para alcançar os objetivos do capital. Aqui, a negação do assalariamento é uma estratégia empresarial para que o capital possa ampliar o

controle sobre o trabalho, aumentando significativamente a exploração e a sua sujeição. Neste sentido, os autores supracitados afirmam que:

Estamos diante de novas formas de trabalho que não estão sujeitas à regulação protetiva (ou de que não é possível tal regulação) tem desempenhado papel fundamental para legitimar, incentivar, cristalizar e acentuar a falta de limites à exploração do trabalho e à precarização de suas condições. A mesma tecnologia que torna a regulação tecnicamente mais fácil é apresentada pelas empresas como fator que inviabiliza a proteção. E esse contraditório e complexo movimento, típico da razão instrumental e de suas engrenagens de dominação, tem impactado fortemente as legislações, as instituições públicas, além de se constituir em um elemento a mais para dificultar e obliterar a criação de laços de solidariedade e de organização da classe trabalhadora (ANTUNES e FILGUEIRAS, 2020, p. 30).

Os autores ponderam ainda que a chamada uberização do trabalho deve ser apreendida como uma expressão de modos de ser do trabalho nas plataformas digitais, na qual as relações de trabalho são invisibilizadas no intuito de descaracterizar as relações trabalhistas e configurar uma suposta relação de prestação de serviços. Ademais, o trabalho por intermédio de plataformas revela formas diferenciadas de assalariamento e de espoliação do trabalho, na medida em que transfere os custos da realização de seu labor para os próprios trabalhadores. Assim “as empresas liofilizadas e flexíveis desta nova fase digital-informacional-financeiro, vêm impondo sua tríade destrutiva em relação ao trabalho, no qual a flexibilidade, a informalidade e a intermitência se convertem em partes constitutivas do léxico, do ideário e da pragmática da empresa corporativa global” (ANTUNES e FILGUEIRAS, 2020, p. 32). Desta forma, a exemplo da regulamentação do trabalho intermitente na contrarreforma trabalhista realizada no ano de 2017 pelo governo Temer (2016-2018) observa-se, no panorama atual, a destruição da legislação protetora do trabalho, em benefício do capital, na medida em que autoriza o estabelecimento de formas mais arcaicas de exploração do trabalho (ANTUNES, 2018).

Seguindo este raciocínio, Braga e Santana (2020) afirmam que o uberismo brasileiro está ancorado no controle da força de trabalho que se apoia na espoliação radical dos direitos trabalhistas por meio da plataformização do trabalho. Todavia, recentemente, estes trabalhadores precarizados vêm realizando paralisações, inclusive em âmbito nacional, alcançando uma visibilidade significativa das suas reivindicações. Em meio à pandemia da COVID-19 estes trabalhadores realizaram enfrentamentos importantes e necessários, tendo em vista que, como grupo mais vulnerável da classe trabalhadora, tiveram que encarar o risco da contaminação e da

morte na tentativa de garantir o mínimo para a subsistência própria e de suas famílias. Neste sentido, os autores supracitados ponderam que:

Ao engrossarem o exército dos informais que fazem das ruas seu local de trabalho, muitos desses trabalhadores e trabalhadoras subverteram sua invisibilidade social, seja pela presença física e circulação em cidades praticamente desertas, seja pela clara importância que assumiram em meio ao isolamento social. (...). Essa não é uma categoria nova no mundo do trabalho brasileiro. No entanto, cabe notar que se trata de uma categoria que tem atravessado transformações quantitativas e qualitativas. Junto com outros grupos de precários, os/as entregadores/as de aplicativos são, nos dias atuais, a face mais visível do uberismo. (BRAGA e SANTANA, 2020, p. 3).

Pode-se dizer que, com bastante atraso, a lei 14.297/22, sancionada em janeiro de 2022, estabeleceu medidas de proteção a entregadores de serviços de aplicativo durante a emergência em saúde pública causada pela pandemia de COVID-19. Apesar de a lei representar um avanço no que se refere a proteção social dos entregadores de aplicativos, é lamentável que as medidas protetivas tenham validade apenas durante a vigência da emergência em saúde pública, de forma que: “Desse modo, após o período pandêmico, é certo que permanecerá uma lacuna legal protetiva para os entregadores (NEIVA, 2022, s/p)”. Ainda no tocante a conquistas de direitos trabalhistas, observamos iniciativas exitosas no cenário internacional, a exemplo da Espanha, considerado o país pioneiro na regulamentação da proteção social deste coletivo de trabalhadores (ALMEIDA e BARROS, 2021).

Assim como Braga (2014), consideramos de suma importância – sem abandonar as formas tradicionais de organização – pensar na necessidade de criação de novas estratégias de resistência. E, neste sentido, desenvolvemos o conceito de resistência a partir do estudo das relações de poder, ancorada em alguns estudos do filósofo Michel Foucault. Aqui cabe justificar a utilização de autores com diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Neste sentido, coadunamos com o argumento de Abreu (2005) de que os limites disciplinares aparentam não dar conta das questões contemporâneas, sendo comum o surgimento de campos de estudo em que as antigas disciplinas apareçam em novas combinações. A autora pondera que o campo da memória social é visitado por autores de referenciais teóricos distintos e, diante disso, defende que: “na pesquisa em geral e na pesquisa em memória social em particular, ‘chicletes podem ser misturados com bananas’. É possível recorrer a autores de diferentes escolas e tradições de pensamento, sem que isso seja uma heresia acadêmica”. A partir disso, a autora afirma a possibilidade de efetuar

combinações, ressaltando a necessidade de conjugá-las de forma adequada e, ao longo do texto, discorre sobre os cuidados necessários para a realização de tal feito.

Deste modo, considerando que a pesquisa tem como objetivo a análise da memória de trabalhadores baseada nos estudos de memória social – que guarda como uma de suas características principais a transversalidade – então, reconhecendo estas diferenças e os diversos atravessamentos do campo pesquisado, afirmamos a necessidade de trabalhar com perspectivas distintas, representadas por diferentes autores, a exemplo de Foucault e dos autores marxistas. Quando pensamos, por exemplo, na concepção de sociedade, temos duas perspectivas distintas. Enquanto Foucault trabalha com a passagem da sociedade disciplinar para uma sociedade de controle, Marx apresenta os tipos de sociedade existentes ao longo do tempo, analisando a transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista.

Outro aspecto apontado por Marx se refere a não separação entre a sociedade e a natureza, na compreensão de que os seres humanos fazem parte do mundo natural – a base real de todas as atividades humanas. Para o autor, a relação entre a sociedade e a natureza se desenvolve por meio do trabalho humano que, de maneira concomitante e historicamente, cria e transforma as relações sociais entre os seres humanos. Esse processo histórico envolve o desenvolvimento de forças produtivas e a divisão social do trabalho em constante transformação que constitui as relações sociais de produção, especialmente, as relações de classes. Assim, Marx relaciona a concepção de sociedade aos modos de produção vigentes, explicitando que a evolução das forças produtivas e das relações de produção revelam as características dos diversos tipos de sociedade. Desse modo, quando as forças produtivas materiais entram em conflito com as relações de produção existentes, dá-se origem a outro tipo de sociedade. (MARX, 2013).

Neste ponto, destacamos a análise marxista dos modos de produção e da transição do feudalismo para o capitalismo. Para Marx, o nível de renda na sociedade feudal era determinado pela capacidade dos donos das terras em exercer determinadas formas de coerção sobre os camponeses. E isto porque os camponeses, apesar de terem direito de usar a terra, não tinham o direito de propriedade e, assim, toda a produção excedente – a produção mais do que aquela necessária à subsistência familiar – deveria ser entregue aos senhores da terra. Cabe ressaltar que a concepção marxista da sociedade feudal a entende como uma evolução histórica, indo além da compreensão da luta de classes entre os

camponeses e os senhores das terras. Aqui, a sociedade feudal é vista como uma espécie de sociedade intermediária entre a sociedade escravista e a capitalista, em função de suas características. A transição do feudalismo para o capitalismo está ancorada na exploração da classe trabalhadora por parte dos donos dos meios de produção, reorganizando a sociedade em conformidade com o capital.

Em termos foucaultianos, no que diz respeito à concepção de sociedade apresentamos de maneira breve as noções de sociedade disciplinar e sociedade de controle, desenvolvidas por Foucault (2008), na obra *Vigiar e Punir*. A sociedade disciplinar emerge da necessidade de uma autovigilância constante dos indivíduos em situação de confinamento. Assim, o panóptico se configura como modelo ideal para que se exerça a vigilância, à medida que os indivíduos confinados presumem a existência permanente de um vigia no alto da torre. Na expectativa de estarem sendo constantemente vigiados, os indivíduos se comportam de maneira a evitar uma possível punição. Eis o mecanismo pelo qual opera o poder disciplinar (FOUCAULT, 2008).

As instituições de confinamento são dispositivos que conjugam estratégias de saber e de poder com o objetivo de criar identidades estáveis. E considerando que a disciplina é histórica, conforme afirmação de Foucault (1979), em algum momento, entraria em crise. Assim, ao mesmo tempo em que os dispositivos disciplinares ainda vigoram, outros dispositivos surgem, contudo, sem utilizar a estratégia do confinamento. Com a crise das instituições de confinamento surgem novas forças que caracterizam a sociedade de controle. Aqui, o poder não está limitado a espaços fechados, ele se exerce ao ar livre e os indivíduos se sentem livres por não estarem confinados. Neste sentido, Gondar (2003) afirma que:

A passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle traz mudanças nas formas de assujeitamento e de produção de subjetividade. Nesse caso, precisariam ser criadas outras modalidades de resistência – o que implica dizer que não podemos pensar a memória da mesma maneira (GONDAR, 2003, p. 35).

Cabe ressaltar que Foucault considera o poder como exercício e não como propriedade. Para ele – ao contrário do que defende a concepção marxista – o poder não é propriedade de classe e nem do Estado. Não há indivíduos detentores e não detentores do poder, tendo em vista que o poder é relacional e circula tanto pelo dominador como pelo dominado. De acordo com Foucault, a sociedade é um complexo de microrrelações de poder que tem como finalidade o controle dos corpos

das pessoas por meio da imposição da disciplina. Assim, uma possibilidade de resistência colocada por Foucault seria agir “fora” do poder. Para melhor compreensão desta questão, mais uma vez, parafraseamos Gondar (2003):

Na verdade, não existe território no qual as relações de poder estejam ausentes. Contudo, os processos de subjetivação ou criação de si põem em jogo um movimento sinuoso que não se reduz ao assujeitamento, nem tampouco à simples reação de oposição. Nesses processos, tomam-se as forças que alimentam as relações de sujeição de modo a vergá-las ou dobrá-las sobre si mesmas. Em outros termos: ao invés de se enfrentar o inimigo opondo-se uma força à dele, se dobra a própria força que assujeita para constituir uma resistência, criando algo novo, para além de qualquer assujeitamento (GONDAR, 2003, p. 35).

Destacamos que cada sociedade possui estratégias de dominação e não nos cabe comparação entre uma e outra, mas apenas apontar as suas características e seus modos de subjetivação peculiar. Ainda no que diz respeito às estratégias e possibilidades de resistência, enquanto Marx defende que as estratégias de resistência estão ancoradas na luta de classes, Foucault nos chama a atenção para as resistências possíveis, argumentando que aquilo que denomina de micropolíticas podem alterar a configuração das forças nas relações de poder. Dito de outro modo, para Marx, o poder reside naquele que possui os meios de produção que lhe permitem o acúmulo de capital por meio da exploração do trabalho, ou seja, o proprietário submete os trabalhadores ao seu poder a partir da posse dos meios de produção.

Diante do exposto, podemos afirmar que Marx nos auxilia na leitura e análise da realidade em nível macro das relações sociais, na medida em que nos aponta o debate da luta de classes e a sua importância no contexto econômico e social mais amplo. Reconhecemos que também poderíamos trabalhar com Marx na perspectiva da micropolítica, contudo, nos interessa a dimensão no nível micro das relações sociais que Foucault nos apresenta, quer seja, uma abordagem criativa e subjetiva que envolve, dentre outras questões, aspectos do campo da memória. Assim, apostamos que as diferentes concepções e análises nos auxiliam na apreensão das estratégias de resistência dos trabalhadores no cenário de transformações profundas no mundo do trabalho e o papel que a memória exerce neste processo de transformação social e de organização coletiva.

Foucault (1979), em *Microfísica do Poder*, nos auxilia a pensar em alternativas de resistência para além da simples oposição ao sistema capitalista, nos desafiando a uma prática de resistência criativa. O autor afirma que grande parte das ações dos sindicatos e dos movimentos de trabalhadores se dá na perspectiva de uma reação e

que determinadas narrativas remetem a uma dimensão reativa – e não criativa – dos movimentos sociais. Deste modo, problematiza que os movimentos sociais tendem a se distanciar da perspectiva de criação, travando lutas identitárias no interior do dispositivo (neste caso, o capitalismo), contudo, sem questionar o próprio dispositivo que produz as diferentes classes, tanto a classe trabalhadora quanto a classe dominante. Em relação a isso, Jô Gondar (2003) afirma:

Evidentemente, não existem fórmulas de resistir, e as alternativas só poderão ser encontradas na prática, no próprio seio dos movimentos de assujeitamento. Aqui podemos retornar a Foucault e a sua proposta de resistir não por oposição, mas pela capacidade de dobrar a própria força que assujeita produzindo novas maneiras de viver (GONDAR, 2003, p.40).

Ressaltamos que as mudanças no mundo do trabalho exigem dos trabalhadores e das organizações sindicais o estabelecimento de novas estratégias de luta. Para Marx, a possibilidade de mudança se coloca a partir da luta de classes. Contudo, sem desqualificar a perspectiva marxista, apresentamos aqui uma perspectiva distinta apontada por Foucault em *Microfísica do Poder*, em que o autor nos dá pistas de que as micropolíticas e os pequenos gestos do cotidiano podem fazer a diferença, no sentido de alterar a configuração das forças nas relações de poder. Este aspecto que está relacionado ao nível micro das relações sociais se mostra relevante tendo em vista que nos remete a importância da subjetividade e dos processos de criação da memória.

Com o intuito de aprofundar o debate sobre as possibilidades de rebeldia, apresentamos a seguir as estratégias de organização dos trabalhadores do SUAS nos âmbitos federal, estadual e municipal para a defesa da Política de Assistência Social e para a garantia de direitos de trabalhadores e de usuários dos serviços socioassistenciais.

3.3 Trabalhadores do SUAS: desafios e possibilidades de organização coletiva

A fragilização da Política de Assistência Social no cenário contemporâneo pode ser observada a partir da análise de conjuntura que aponta para o congelamento de recursos (que representa, nesse caso, o desfinanciamento do SUAS), o predomínio de tendências conservadoras e focalismos. Para Silveira (2017a) o processo de desconstrução do sistema é dinamizado, de forma aberta ou disfarçada com o avanço de medidas neoliberais que promovem, de maneira concomitante, a flexibilização e a redução dos direitos sociais, além do desmonte de sistemas estatais públicos –

processos que sinalizam a urgência da luta dos sujeitos políticos do SUAS, lutas que podem e devem ser incorporadas as lutas mais gerais em defesa dos direitos.

Silveira (2017a) analisa ainda que a reação às contrarreformas e à desconstrução do SUAS enquanto sistema não contributivo direcionado a população mais vulnerável vem das possibilidades de organização da classe trabalhadora nos níveis municipais, estaduais e federal. Em outras palavras, da capacidade de resistência da sociedade civil, dos movimentos sociais e das lutas populares. Em relação a isso, Silva (2018) aponta alguns atores que vem fazendo oposição ao desmonte da Política de Assistência Social no âmbito federal, dentre eles:

A Frente Nacional em Defesa do SUAS propondo-se a contribuir para reverter, de forma unificada em todo país, os ataques do governo; Fórum Nacional de Usuários do SUAS que também se propõe a fomentar a articulação política, o empoderamento, monitoramento, o controle social e representar o coletivo dos/as usuários/as nas instâncias de discussão, deliberação, pactuação, controle e gestão nacional do SUAS; Fórum Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS, que se propõe a articular a força de trabalho do SUAS com os demais segmentos (SILVA, 2018, p.13).

Contribuindo para o debate, Silveira (2017b) defende que, diante do cenário atual, os trabalhadores do SUAS devem intensificar suas lutas, somando forças com outros segmentos, visto que sofrem os impactos, em seu cotidiano de trabalho, de uma política de austeridade ancorada nos interesses do capital e destruidora de direitos conquistados pelas lutas da classe trabalhadora. Destruição que afeta não apenas os direitos vinculados às relações trabalhistas, mas toda a gama de direitos sociais, do qual o SUAS faz parte. Neste sentido, pode-se analisar que:

Debater e lutar pela ampliação dos direitos e das políticas sociais é fundamental porque engendra a disputa pelo fundo público, envolve necessidades básicas de milhões de pessoas com impacto real nas suas condições de vida e trabalho implica um processo de discussão coletiva, socialização da política e organização dos sujeitos políticos (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 190).

Aqui cabe retomar o debate acerca da importância da Gestão do Trabalho como estratégia para a efetivação do SUAS, pois entendemos que o vínculo de trabalho também interfere na capacidade de organização da classe trabalhadora. Em relação a isso, Rossin (2014, p. 53) afirma a necessidade de debate no campo dos trabalhadores estáveis do SUAS sobre a organização no sindicato de servidores públicos: "(...) dentre outras formas de lutas conectadas com a candente tarefa política posta para os trabalhadores contratados pelas organizações da "sociedade civil" e outras categorias". Em outras palavras, argumentamos que os trabalhadores com vínculo frágil de trabalho estão mais vulneráveis e, portanto, reúnem menos condições

de exercerem algum tipo de resistência a realidade a qual estão sendo submetidos. Daí também a importância da defesa do concurso público, a fim de garantir a continuidade dos serviços, o vínculo com os usuários e o compromisso com a coisa pública para além das orientações político-partidárias e do governo da época – orientações que nem sempre estão baseadas nas normativas existentes.

De acordo com Berwig (2018) o trabalho no SUAS segue a mesma lógica do mundo do trabalho em escala global, com as características de terceirização, precarização e fragilização das relações trabalhistas. Assim como no âmbito empresarial, também no contexto do funcionalismo público, a terceirização se torna um elemento estratégico para a redução de custos “sem desconsiderar a importante significação política dessa medida, que é tanto maior quanto mais combativos são os sindicatos” (ANTUNES, 2012, p. 54). E isto se dá a partir do obscurecimento dos laços de pertencimento de classe e da conseqüente redução da capacidade de resistência em virtude da dificuldade de organização coletiva, o que enfraquece a coesão e a solidariedade dos trabalhadores. Portanto, deve-se considerar que os trabalhadores do SUAS estão inseridos nos processos de fragmentação e submetidos à precarização das relações de trabalho que acometem todo o conjunto da classe trabalhadora. Neste quadro, a gama de direitos duramente conquistados pelas lutas da classe trabalhadora, tais como o descanso semanal remunerado, as férias, a aposentadoria, dentre outros são flexibilizados, mediante as formas precárias de contratação de profissionais para atuar na Política de Assistência Social.

Como já foi dito, as formas precárias de contratação para o trabalho na Política de Assistência Social impactam na qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais, todavia, “não há nenhuma referência acerca da precariedade a que está submetido o trabalhador, quando este se depara com a insuficiência de recursos humanos, ausência de insumos para o trabalho, dentre outros constrangimentos na execução dos serviços” (ROSSIN, 2014, p.137).

Em relação a isso, Berwig (2018) analisa que a diversidade e a heterogeneidade da precariedade das relações trabalhistas se apresentam nas formas diversas de contratação (concursados, comissionados, contratados, terceirizados, celetistas), nos distintos níveis de formação (nível fundamental, médio e superior) e nas funções que os trabalhadores ocupam no âmbito da Política de Assistência Social. Ainda no que diz respeito às formas de contratação mencionadas, Rossin (2014) destaca a situação delicada dos trabalhadores comissionados que, de

maneira geral, são contratados por intermédio de indicações político-partidária e, portanto, se submete a regras impostas por quem lhe concedeu o cargo público. Sendo assim:

Não há estabilidade no vínculo de trabalho, estando este, determinado pelo período do mandato político ou em decorrência das decisões do partido responsável pela contratação. É um cenário em que os cargos públicos, considerados de confiança, são ocupados por trabalhadores comissionados a serviço dos interesses da classe dirigente do Estado (ROSSIN, 2014, p. 137).

É comum a contratação de profissionais em regime de vínculo precário para atuação no SUAS, ainda que as diretrizes recomendem que a prestação dos serviços socioassistenciais seja realizada por servidores públicos e que a gestão do trabalho no âmbito do SUAS deve garantir, dentre outras coisas, a desprecarização dos vínculos dos trabalhadores e o fim da terceirização. Em relação a isso, Rossin (2014) afirma a urgência da luta por concurso público no SUAS, sendo de suma importância para a estabilidade e a segurança dos vínculos empregatícios. Ademais, a autora considera que, com a garantia de condições de trabalho, a assistência social pode superar as práticas voluntaristas e clientelistas. Neste sentido, Berwig (2018) pondera que:

A construção de uma Norma Operacional de Recursos Humanos, no âmbito do Estado brasileiro, constitui-se no contrafluxo desse processo, evidenciando uma contradição em movimento. As ações dos trabalhadores do SUAS a partir do Fórum de Trabalhadores, junto aos espaços de organização política, têm sido, nesse cenário, um espaço de regulação e resistência às condições de precarização do trabalho no SUAS, que tem repercutido nas condições e relações de trabalho, mas principalmente no processo de fortalecimento dos trabalhadores (BERWIG, 2018, p. 30/31).

Os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social nos diversos âmbitos – nacional, estadual e municipal – se organizam por meio de sindicatos e conselhos de categorias que consideramos como formas mais tradicionais de organização coletiva. Outra possibilidade é a participação de trabalhadores nos espaços de controle social, especialmente, nos conselhos de políticas e nos conselhos de direitos. Assim como em outros conselhos, os Conselhos de Assistência Social, em todos os níveis – níveis municipais, estaduais e nacional – são considerados espaços privilegiados de controle social no âmbito do SUAS e são constituídos de maneira paritária por representantes da sociedade civil e do governo. Os representantes da sociedade civil são eleitos mediante processo eleitoral específico enquanto os representantes governamentais são indicados pelas demais políticas setoriais que compõem o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Silva (2018) defende

a criação dos conselhos de assistência social enquanto instâncias de participação responsáveis por aprovar a Política de Assistência Social, a proposta orçamentária para a área, normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social nas três esferas de governo (SILVA, 2018). Em outras palavras, a execução e a implementação da política de assistência social de maneira democrática envolvem formas de participação política e de controle social, numa concepção de cidadania vinculada as relações sociais e aos processos coletivos.

Cabe destacar que o início da experiência dos conselhos de direitos e de políticas públicas se dá a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que inaugura a concepção de controle democrático. Inclusive, vale lembrar que os trabalhadores participaram dos debates e das lutas para a efetivação das práticas de controle social nos municípios e no Estado. Para Behring e Boschetti (2016), os Conselhos têm potencial para se constituir em espaços de negociação, aprofundamento da democracia e proposição de ações que podem trazer melhorias para o conjunto da população, entretanto, observam-se algumas dificuldades para a plena participação da sociedade civil (da qual fazem parte os trabalhadores) nesses espaços. Destaca-se que a sociedade civil não apresenta homogeneidade, sofrendo atravessamentos de interesses e tensões típicas da sociedade de classes e de outras contradições e: “Dependendo da concepção de democracia que orienta o poder governamental, este hostiliza diretamente os segmentos mais críticos da sociedade civil” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 183). Neste ponto, cabe mencionar que a sociedade civil é composta pelos segmentos de entidades, de trabalhadores e de usuários e que, apesar de constituírem a representação da sociedade civil, podem apresentar perspectivas e interesses distintos, a depender da temática desenvolvida e do que esta representa.

Assim, diante das contradições e da complexidade das questões que envolvem a participação da sociedade civil nos espaços de controle social, as autoras analisam que: “A partir de um olhar crítico, percebe-se que houve uma expansão formal da democracia, ao lado de enormes dificuldades de tomar decisões substantivas acerca de conteúdos efetivamente democráticos” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 179). Contribuindo para o debate, Rossin (2014) menciona a atuação histórica e o papel dos conselhos de controle social, afirmando que esses espaços acabam por se configurar em espaços de consensos, nos quais não se realizam enfrentamentos capazes de abalar a institucionalidade vigente do Estado. E, no que se refere

especificamente aos conselhos de assistência social, destaca: “o enfraquecimento do seu papel fiscalizador e a constatação de que esses espaços passaram a responder burocraticamente às demandas institucionais de interesses governistas, afastando as lutas populares e quaisquer antagonismos com o poder dirigente” (ROSSIN, 2014, p. 130).

De forma que, levando em conta a formação social brasileira, a realização de experiências de tomada de decisão essencialmente democrática torna-se um desafio, tendo em vista a necessidade de enfrentamentos econômicos, políticos e sociais. Para Rossin (2014, p. 132), o exercício do controle social está sendo limitado às regras da institucionalidade, ou seja, “louvando a burocratização das ações, da participação, aliado à sociedade civil, tida como parceira e colaboradora do Estado”. Esta reflexão nos leva a problematizar se os conselhos estão, efetivamente, se constituindo em espaços de afirmação de direitos e da articulação entre Estado e sociedade civil. E, nesta perspectiva, Sposati (2007) alerta para o fato de que os conselhos têm sido fragilizados, com pouca tomada de decisão sobre a política pública e questiona: “Qual a democracia decisória na assistência social que desejamos para o convívio da menina LOAS?” (SPOSATI, 2007, p.18).

Assim como os conselhos, as conferências também são espaços fundamentais de participação coletiva democrática e de construção da Política de Assistência Social. As conferências têm como finalidade a avaliação acerca da situação da Assistência Social, a definição de diretrizes para a política e a verificação dos avanços ocorridos num espaço de tempo determinado – considerando que as conferências estaduais e municipais têm previsão de acontecerem a cada dois anos (BRASIL, 2004). Já a conferência nacional tem a previsão de acontecer de maneira ordinária a cada quatro anos. Inclusive, em 2019, foi realizada a Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, numa construção coletiva e sem a participação do governo federal, em especial, sem os recursos financeiros para a sua realização. Com o tema “Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social” esta conferência foi, sem dúvida, um marco na luta em defesa da Política de Assistência Social e se mostrou uma importante estratégia de resistência, definindo ainda, uma agenda de lutas¹⁹. Diante do exposto, pode-se considerar a participação

¹⁹ Fonte: <https://conferenciadeassistenciasocial.home.blog/2019/11/29>. Acesso em 15 de abril de 2022.

efetiva de trabalhadores nas conferências como um espaço privilegiado de defesa do SUAS, de trabalhadora/es e de usuárias/os dos serviços socioassistenciais.

Para além deste tipo de mobilização, destacamos a atuação dos fóruns de trabalhadoras/es do SUAS e coadunamos com a posição de Berwig de que os fóruns se configuram como espaço de luta e resistência. Ademais, como são constituídos por trabalhadores de todos os níveis de escolaridade e de natureza diversa de vínculo trabalhista, possuem maior capacidade de aglutinar a diversidade do conjunto de trabalhadores da Política de Assistência Social. Neste sentido, Silveira (2017a) destaca que os trabalhadores do SUAS reúnem condições que possibilitam o fortalecimento de processos de resistência em defesa do SUAS haja vista a articulação com o segmento de usuários, além das organizações e movimentos sociais, valendo-se de sua autonomia. Contudo, a autora observa alguns elementos que podem dificultar o protagonismo na defesa do SUAS:

A frágil inserção de trabalhadores em fóruns e organizações da sociedade civil, especialmente movimentos sociais, com papel de defesa dos direitos; condições e vínculos precários de trabalho; predomínio de uma concepção institucionalista, com centralidades das prescrições normativas, e não nos processos que evidenciem projetos de luta pelos direitos, pela dignidade humana (SILVEIRA, 2017a, p. 498).

Neste ponto, destacamos também a dificuldade de atuação mais efetiva dos sindicatos e, especificamente no que se refere aos sindicatos dos trabalhadores do SUAS, uma das dificuldades está relacionada a heterogeneidade do conjunto de trabalhadores que atuam na Política de Assistência Social. Para Rossin (2014, p. 53), é necessário estar atento a essas possibilidades de cisão e de fragmentação da classe trabalhadora, tendo em vista que “esse movimento nos segmenta, nos divide, conforme dita a ordem capitalista dominante”. Outrossim, algumas categorias de trabalhadores, principalmente os profissionais de nível superior, possuem os seus sindicatos de classe, a exemplo do Estado do Rio de Janeiro, que possui sindicato de psicólogos e sindicato de assistentes sociais, duas categorias profissionais que constituem as equipes de referência nas unidades socioassistenciais. Neste aspecto, Rossin (2014) defende a atualidade do debate acerca do sindicalismo por ramo de atividade, considerando o movimento para unificação das lutas convergentes destes conjuntos de trabalhadores.

Aqui, pode-se refletir sobre a questão a partir de duas perspectivas distintas. Por um lado, a existência de sindicatos de categorias específicas pode causar ainda mais divisão na classe trabalhadora, em virtude da possível diversidade de bandeiras

de luta. Por outro lado, analisamos que os sindicatos de categorias podem fortalecer e encampar as lutas do conjunto de trabalhadores do SUAS e, nesta perspectiva, citamos a participação destes sindicatos e conselhos de categorias no Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS (FETSUAS). No Estado do Rio de Janeiro, o Fórum Estadual tem travado diálogos a fim de traçar estratégias conjuntas em defesa do SUAS e de seus trabalhadores, a exemplo do lançamento, em 2020, da Nota Conjunta das Entidades sobre condições de trabalho e atendimento à população do SUAS em contexto de aumento de casos de COVID-19 no Rio de Janeiro. O referido documento foi assinado conjuntamente pelas seguintes entidades: Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS do Rio de Janeiro (FETSUAS-RJ), Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro (SINDPSI-RJ), Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ) e Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro (SASERJ), o que consideramos ter fortalecido a defesa realizada no documento. Assim como Rossin (2014), analisamos que:

O debate acerca do sindicato por ramo de atividade econômica se sustenta, historicamente, na defesa da unidade de luta da classe trabalhadora, para fortalecimento da sua organização política e sindical. É de fundamental importância considerar as especificidades de cada categoria profissional, todavia, é imprescindível a unificação das lutas imediatas coladas às lutas mais gerais e históricas da classe trabalhadora na construção de um projeto hegemônico do trabalho contra o capital para uma sociedade anti-imperialista, anticapitalista e socialista, emancipada (ROSSIN, 2014, p. 53).

Diante do exposto, podemos afirmar que as reconfigurações do mundo do trabalho no cenário capitalista transmutam não apenas os processos de trabalho, mas também as relações de produção, incluindo a capacidade de organização coletiva e vários aspectos da vida dos trabalhadores, podendo ocasionar, inclusive, o adoecimento de trabalhadores. Em relação a isso, Fernandes e Beretta (2021), a partir de um estudo realizado sobre o adoecimento de trabalhadoras/es do SUAS no estado de São Paulo, afirmam que a atuação laboral no âmbito do SUAS tem sido geradora de adoecimento:

Os profissionais que atuam na assistência social podem vir a apresentar elevados índices de estresse gerado pelo trabalho, devido à alta demanda de atividades, a sobrecarga e a insatisfação com a realidade vivenciada, principalmente, pelo fato de lidarem nas mais diversas situações com pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. Existe um conflito entre a prática e a teoria, no que prevê a PNAS e no que ocorre de fato no cotidiano dos serviços vinculados ao SUAS. Além das más configurações da gestão pública e da existência de situações de assédio moral e psicológico, além de cobranças indevidas para tais profissionais e cargos que ocupam (FERNANDES e BERETTA, 2021, p. 188).

Podemos problematizar que, assim como outros aspectos, a memória do trabalhador também sofre prejuízos diante da precarização e superexploração do trabalho, além da exigência de flexibilidade. O sujeito passa a maior parte do tempo ocupado com o trabalho, enquanto sua memória sobre a atividade produtiva é descontínua, interrompida, fragmentada. O sujeito vivencia o processo de trabalho de forma quase ininterrupta, pois o tempo (do trabalho) se revela cada vez mais flexibilizado, intensificado e presentificado (SENNETT, 1999). De maneira simultânea, podemos observar a perda de narrativa do trabalhador sobre a atividade produtiva.

No que se refere às memórias de trabalhadores, ressaltamos que movimentos sociais e órgãos representativos da classe trabalhadora se articulam fazendo emergir novas forças e novos agenciamentos em oposição à tentativa de silenciamento da classe trabalhadora. Neste sentido, Brito e Faceira (2019) afirmam que o acirramento da luta de classes no cenário contemporâneo traz impactos para o estudo da memória de trabalhadores e mencionam o processo de silenciamento da classe trabalhadora no século XXI, apesar das lutas e resistências da classe trabalhadora (quer seja por meio de sindicatos, fóruns, conselhos profissionais ou partidos políticos), citando a aprovação da reforma trabalhista e da reforma da previdência que vem promovendo o alijamento de direitos trabalhistas.

A discussão do silenciamento da classe trabalhadora nos remete à questão da memória política e ao debate acerca dos processos de lembrança e de esquecimento, considerando que todo poder político tem a pretensão de exercer controle sobre a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido:

Para que uma memória se configure e se delimite, coloca-se, antes de mais nada, o problema da seleção ou da escolha: a cada vez que escolhemos transformar determinadas ideias, percepções ou acontecimentos em lembranças, relegamos muitos outros ao esquecimento. Isso faz da memória o resultado de uma relação complexa e paradoxal entre processos de lembrar e de esquecer, que deixam de ser vistos como polaridades opostas e passam a integrar um vínculo de coexistência paradoxal. (GONDAR, 2016, p. 29).

A autora supracitada defende que as lembranças e esquecimentos que tecem a memória não são apenas selecionados ou gerenciados pelo poder, mas, principalmente, são por ele fabricados. E, então, a construção da resistência à memória oficial deve ser iniciada a partir da desconstrução de uma suposta neutralidade que acabam por impor valores que interessavam apenas a um determinado grupo, quer seja, da cultura dominante. Nesta perspectiva, é importante identificar a memória como algo não consensual, uma vez que as disputas do campo

político incidem com toda a sua força sobre a memória, circunscrevendo o que é ou não dizível.

Nesta perspectiva, Rossi (2010) no texto *Lembrar e Esquecer* discorre sobre a relação entre memória, lembrança e esquecimento, apresentando significados de memória e de esquecimento em diferentes épocas. Para ele, a memória está relacionada não apenas ao passado, mas a persistência no futuro:

O entrelaçamento de memória e esquecimento é muito profundo. Mesmo quando se teorizam rupturas totais e irreparáveis e transformações radicais. Nas situações histórico-culturais em que predominam a cólera e o espírito de rebelião, a exigência de um passado é frequentemente tão forte quanto a que diz respeito ao futuro (ROSSI, 2010, p. 25).

Rossi (2010) afirma ainda que a história do século XX está repleta de censuras, apagamentos, silenciamentos e ocultações – operações de esquecimento que se configuram como formas de assassinato da memória com a intenção de violar e de distorcer o que determinada memória conserva. Neste sentido destaca que, em contrapartida à necessidade de memória, também há casos em que há motivações para se induzir ao esquecimento. Assim, mais do que promover o esquecimento do passado, pretende-se ainda realizar uma construção artificial de um passado não conflituoso. Em geral, dá-se uma construção conveniente a quem está no poder, evidenciando o uso político da memória e do esquecimento, sendo este tipo de operação geralmente realizada pelo Estado, tal como observamos no silenciamento recente das reivindicações dos direitos dos trabalhadores.

Outro exemplo contemporâneo diz respeito à pandemia da COVID-19 e seus efeitos. Há uma disputa de narrativas em que, por um lado, o governo negacionista associa a doença ‘a uma gripezinha’²⁰ desqualificando o discurso científico acerca da letalidade da doença e das orientações das autoridades sanitárias (nacionais e mundiais, a exemplo da Organização Mundial de Saúde) e da necessidade de medidas que envolvem distanciamento social e imunização em massa para salvar vidas. Neste ponto, fica a dúvida de qual será a memória dominante deste momento do cenário nacional contemporâneo: se a memória de um governo negacionista e genocida ou se a memória traumática dos milhares de sujeitos que perderam entes

²⁰ Para mais informações sobre os discursos do ex-presidente Bolsonaro acerca da pandemia, consultar o artigo da Folha de São Paulo de 05 de maio de 2021, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em 20 de abril de 2022.

queridos, vítimas do novo coronavírus. Aqui argumentamos que há uma tentativa de apagamento, conforme o raciocínio de Rossi (2010):

O “apagar” não tem a ver só com a possibilidade de rever, com a transitoriedade, o crescimento, a inserção de verdades parciais em teorias mais articuladas e mais amplas. Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade (ROSSI, 2010, p. 32).

Neste sentido, temos acordo com outros autores que afirmam que, no campo da memória política, lembrança e esquecimento não se configuram como oposições absolutas. E isto porque a memória está em processo de permanente reconstrução, se configurando como o resultado da relação complexa e paradoxal entre os processos de lembrar e esquecer: “A memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento” (GONDAR, 2016, p. 19).

Em relação a isso, Elizabeth Jelin (2002) defende que a memória se modifica ao longo do tempo, sendo passível de ressignificação. Para facilitar a compreensão dos processos da memória, Jelin (2002) classifica estes processos e apresenta a distinção entre processos ativos e passivos da memória. Enquanto os processos passivos da memória estariam relacionados à esfera da acomodação (a exemplo dos arquivos e dos monumentos), os processos ativos seriam aqueles passíveis de elaboração e de transformação, associados à esfera da resistência, tais como o movimento da classe trabalhadora na reivindicação de direitos e em oposição às medidas neoliberalistas que promovem maior exploração do trabalhador e aprofunda as desigualdades.

Neste sentido, podemos apontar as transformações do trabalho no cenário capitalista, a perspectiva de destituição de direitos e o esmorecimento dos sindicatos como processos de esquecimento da classe trabalhadora enquanto coletivo; esse arrefecimento da memória do trabalhador pode revelar o próprio enfraquecimento da classe trabalhadora e o silenciamento das suas reivindicações, enquanto as atividades dos movimentos sociais, as greves, os atos e as manifestações possibilitam a conservação e a ressignificação das memórias dos trabalhadores.

Assim, destacamos que a memória também pode se constituir como uma estratégia de resistência (ou de microresistência), na medida em que a disseminação das lutas e conquistas da classe trabalhadora podem favorecer a formação de identidades sociais e inspirar as gerações futuras de trabalhadores, contribuindo para processos de transformação social.

A título de ilustração, citamos o Museu do Trabalho em Porto Alegre, cujo acervo constituído por máquinas, instrumentos de trabalho, fotografias e outros materiais retratam a evolução das atividades produtivas no Rio Grande do Sul. O museu, fundado no ano de 1982, vem enfrentando dificuldades para a sua manutenção por falta de recursos financeiros, o que nos leva a pensar nos motivos do interesse (ou desinteresse) do Estado na preservação de determinadas memórias e na destruição de outras. Especificamente no que diz respeito às memórias dos trabalhadores, a partir do exemplo citado, podemos problematizar que não há interesse por parte do Estado na preservação destas memórias. E que essa ausência de investimento pode estar relacionada ao desinteresse no fortalecimento da identidade de trabalhadores e na aposta destes como agentes de transformação social.

Neste ponto, ressaltamos a definição dos lugares de memória de Pierre Nora: “os lugares da memória são, antes de tudo, restos” (NORA, 1993, p. 13). O autor concebe o tempo como degradação e apresenta um discurso de perda, no qual lamenta o esfacelamento da identidade nacional e comunitária. Além disso, critica a ausência da memória como experiência e a conseqüente transformação da memória em história. O autor pondera que os lugares de memória seriam, então, uma tentativa de compensar o que foi destruído pela ação do tempo e, portanto, se configuram como “uma estratégia criada pelas sociedades contemporâneas para o problema da perda das identidades dos grupos sociais” (NORA, 1993, p. 7). Neste sentido, um lugar de memória pode compreender um objeto material e concreto ou um objeto abstrato e intelectual, desde que apresente uma unidade significativa, um conteúdo simbólico. Desta forma, podemos pensar os sindicatos, fóruns e outros espaços coletivos de resistência como lugares de memória e como espaços de recordação.

Para melhor compreensão dos lugares de memória mencionamos algumas iniciativas que se utilizam das tecnologias de informação, tais como sites, blogs e redes sociais para conservar e compartilhar conteúdos referentes às memórias de trabalho e de trabalhadores. Inicialmente, referimos o trabalho do Laboratório de Estudos de História do Mundo do Trabalho (LEHMT) que reúne professores e estudantes do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de outras universidades interessados nos debates e pesquisas relacionadas à história social do trabalho e dos movimentos sociais em perspectiva interdisciplinar. Em princípio, o LEHMT esteve sediado na Escola de Ciências Sociais da Fundação

Getúlio Vargas (FGV) onde desenvolveu suas atividades entre 2012 e 2017 e, no ano de 2018, transferiu-se em 2018 para o Instituto de História da UFRJ. No site do LEHMT²¹, a seção denominada de “Lugares de Memória dos Trabalhadores” realiza publicações semanais (que também são compartilhadas nas redes sociais do Laboratório) que revelam a diversidade dos lugares de memória dos trabalhadores brasileiros, fazendo jus à heterogeneidade da classe trabalhadora. As publicações utilizam o texto escrito acompanhado de imagens, favorecendo o envolvimento do leitor e, até mesmo, a sua identificação com o conteúdo exposto.

Citamos também o projeto do grupo de trabalho e pesquisa do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV), do departamento de Antropologia Social no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul intitulado de *Memórias do Trabalho*²² que tem como finalidade a promoção de reflexões sobre as características do poder capitalista que vigora em indivíduos e coletividades. Para tal, o grupo de trabalho construiu uma plataforma virtual com o objetivo de criar um banco de conhecimento diversificado sobre memórias do mundo do trabalho, concentrando produções acadêmicas e literárias, além de documentos textuais e audiovisuais de acesso público e gratuito.

Na mesma linha, o Memorial do Trabalho e do Trabalhador pretende fomentar a pesquisa, promover e compartilhar o conhecimento sobre a história do trabalho e dos trabalhadores junto a diferentes públicos, além de contribuir com museus, arquivos, instituições e centros de estudos sobre a história e memória do trabalho. O memorial é de iniciativa do governo federal e tem como patrocinadores a Petrobrás e a Vale. De acordo com o exposto no site, no que diz respeito à missão e valores do projeto, o museu virtual²³ foi pensado como um espaço de reflexão crítica sobre o passado e o presente dos trabalhadores da região do ABC, especificamente da cidade de São Bernardo do Campo. Os fundadores consideram o projeto de extrema relevância por entenderem que a cidade de São Bernardo do Campo é significativa na história do trabalho e dos trabalhadores de todo o país, tendo em vista as lutas sociais travadas pelos trabalhadores da região. Como exemplo, citamos as famosas greves do ABC paulista, no final da década de 1970 e início da década de 80,

²¹ <https://lehmt.org/category/lugares>

²² <https://www.ufrgs.br/memoriasdotrabalho/>

²³ <http://mttvirtual.org/conteudos/visualizar/Museu-Virtual>

fundamentais para o processo de redemocratização do país, com repercussões na vida social e política brasileira até os dias de hoje.

Aqui, destacamos a importância dessas iniciativas por identificarem, a partir da memória, as lutas e conquistas da classe trabalhadora que possibilitaram transformações sociais em determinado contexto. Essas memórias individuais e coletivas representam conquistas importantes para a defesa atual de direitos dos trabalhadores, favorecendo a formação de identidades sociais e inspirando as gerações futuras de trabalhadores, conforme nos sinaliza Le Goff (1990): “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1990, p. 441).

Meneses (2009) no texto *Cultura política e lugares de memória* traz a dimensão política do funcionamento da memória e faz uma crítica a preocupação excessiva com o passado. Para o autor: “Não se trata de buscar testemunhos do passado, nem mesmo de continuidade cultural, mas de identificar material capaz de assegurar a inteligibilidade do passado, num determinado contexto cultural do presente. O passado, portanto, é ativamente construído” (MENESES, 2009, p. 447).

Meneses (2009) nos chama atenção ainda para a possibilidade de comercialização dos lugares de memória tendo em vista que, em algumas circunstâncias, estes lugares podem ser tomados pela compreensão de serem locais físicos que devem ser visitados, à medida que guardam lembranças do passado:

Tudo isso faz crer que a memória dos novos lugares de memória não pode ser considerada vicária, mas de direito próprio. Por fim, note-se que novos horizontes aqui não contemplados estão se formando, nos quais a atuação de uma memória como experiência subjetiva e revitalizante voluntária e involuntária tem fecundidade suficiente para gerar lugares de memória que não sejam nostálgicos dos ambientes de memória (MENESES, 2009, p. 461).

Para compor a reflexão sobre as memórias dos trabalhadores apresentamos a discussão de Lopes e Regos (2015), as quais afirmam que os arquivos relacionados ao mundo dos trabalhadores em nosso país nos permitem uma melhor compreensão acerca das opressões as quais os trabalhadores são submetidos. E que a partir disso, possibilitam a elaboração de estratégias para lidar com as questões do mundo do trabalho, fortalecendo a classe trabalhadora, à medida que os arquivos: “caracterizam-se como fontes documentais para a construção e (re)construção da história do trabalho no campo e na cidade, resgate de direitos, valorização e divulgação do

patrimônio cultural material e imaterial, e fortalecimento da classe trabalhadora” (LOPES e REGOS, 2015, p. 15).

De maneira tradicional, observamos que grande parte das iniciativas de preservação de memórias se refere aos operários e aos trabalhadores rurais. Entendemos que isso se dá até mesmo em função da trajetória desses grupos que, historicamente, vem se mobilizando e se destacando na luta por direitos. Assim como outros movimentos sociais, o conjunto dos trabalhadores do SUAS também vem apresentando a demanda por memória e tem se utilizado das redes sociais para divulgar as suas pautas e convidar outros trabalhadores para a luta em defesa do SUAS e de seus trabalhadores. Assim, citamos o site do Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS de Itaguaí²⁴ no qual se encontra um conjunto de postagens intituladas como “Memórias e Histórias do FMTSUAS de Itaguaí” que referem uma série de acontecimentos significativos do movimento de trabalhadores, incluindo a reativação do fórum a partir de uma greve histórica no município. A partir disso, analisamos a importância da preservação da memória dessas lutas para o coletivo dos trabalhadores, já que: “A história dos trabalhadores ou dos dominados, ela nunca é a grande história, não vai ser proclamada aos ventos” (LOPES, 2016. p. 27). Em outras palavras, se aqueles que representam as culturas minoritárias não investirem na preservação dessas memórias, elas tendem a ser silenciadas. Por esta razão, os lugares de memória exercem um papel fundamental na medida em que guardam e, ao mesmo tempo, compartilham e disseminam as memórias de lutas que possibilitaram (e possibilitam) transformações na sociedade:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1990, p. 410).

Assim, as memórias dos trabalhadores contam as histórias de um determinado grupo, suas lutas sociais favorecendo a construção de identidades sociais e inspirando outros indivíduos e grupos a contribuírem para processos de transformação social, dando impulso a novas lutas e conquistas. Neste sentido, os fóruns de trabalhadores se configuram como espaços de compartilhamento, de reflexão e de transformação. Ademais, como pondera Lopes (2016), temos que atentar para as

²⁴ <https://fmtsuasitaguai.wixsite.com/assistenciasocial>

microresistências que se passam no interior dos movimentos sociais “(...) e estudar as formas de resistência invisíveis, que não são propriamente um movimento maior, são formas de resistência feitas na medida do possível” (LOPES, 2016, p. 20/21).

Neste sentido, ancorada na reflexão teórica acerca da memória de trabalhadores e tendo como base os estudos de memória social, apresentamos, na seção seguinte, a análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

4 A MEMÓRIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DO SUAS NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

Nesta seção apresentamos a análise da memória do movimento de trabalhadores do SUAS do município de Itaguaí baseada nos dados da pesquisa de campo realizada prioritariamente no período de maio a outubro de 2022.

Antes da análise da memória dos trabalhadores propriamente dita, apresentamos os dados referentes ao número de trabalhadores da SMAS de acordo com duas fontes: 1) dados informais obtidos em maio de 2021 pela Gerência da Proteção Social Especial de Média Complexidade (**Quadro 3**) e; 2) dados oficiais fornecidos em julho de 2022 pela Diretoria da Gestão do Trabalho e da Informação da SMAS – DGTI – (**Quadro 4**). Os dados oficiais constam em documento anexado ao final da tese (**Anexo B**).

Trabalhadores SMAS Itaguaí	Maió/2021
Vínculo de Trabalho	
Efetivos	220
Comissionados	91
Contratados	23
Total	334

Quadro 3. Classificação dos trabalhadores da SMAS de Itaguaí segundo o vínculo de trabalho. Dados não-oficiais (maio de 2021).

Trabalhadores SMAS Itaguaí	Julho/2022
Vínculo de Trabalho	
Efetivos	222
Contratados	40
Total	262

Quadro 4. Classificação dos trabalhadores da SMAS de Itaguaí segundo o vínculo de trabalho. Dados oficiais (julho de 2022).

Como mencionamos na introdução do estudo, há uma diferença considerável entre os dados informais e os dados oficiais. De um quadro para o outro, observa-se uma redução (21%) no número total de trabalhadores lotados na Secretaria de Assistência Social e um relativo aumento no número de trabalhadores contratados. Além disso, nos dados oficiais fica a lacuna referente ao número de trabalhadores comissionados, que sequer são mencionados no documento. Cabe questionar se essa redução do número de trabalhadores da SMAS que aparece nos dados oficiais está relacionada a uma efetiva diminuição dos recursos humanos ao longo de 14

meses (período que separa os dados informais dos dados oficiais) ou se está relacionada a uma possível omissão de dados relativos aos trabalhadores de vínculo precário.

Em relação a amostra para a pesquisa, inicialmente, se pretendeu elencar como entrevistados trabalhadores lotados nas diversas unidades da Secretaria de Assistência Social do município de Itaguaí e que fazem parte das categorias profissionais que constituem as equipes de referência do SUAS (dentre outras, destacamos assistente social, psicólogo, educador/cuidador social e auxiliar de serviços gerais).

Em princípio, foi cogitado entrevistar dois trabalhadores de cada categoria: um participante de movimentos de trabalhadores e outro sem a vivência de movimentos coletivos e sociais, a fim de termos uma visão mais ampla sobre as narrativas acerca dos movimentos dos trabalhadores. E, como mencionamos quatro categorias, chegaríamos ao total de oito entrevistados. Contudo, no decorrer do trabalho de campo, foi observada a necessidade de contactar outros sujeitos não selecionados previamente para a participação na pesquisa, com a finalidade de compreender melhor o processo histórico da organização coletiva dos trabalhadores do município pesquisado, o que aumentou a quantidade total de entrevistados conjecturada para a realização do estudo. Por outro lado, não foi possível atingir o total previsto inicialmente de trabalhadores não participantes de movimentos e de outros espaços de organização coletiva. Desta forma o estudo foi finalizado com o total de 10 (dez) sujeitos entrevistados.

4.1. Composição da Amostra

Como critério inicial para a amostra considerou-se importante que os trabalhadores estivessem alocados nos distintos níveis de proteção social – na proteção social básica e na proteção social especial de média e de alta complexidade – e de diferentes níveis de escolaridade, quer seja, profissionais de nível fundamental, de nível médio e de nível superior. Assim como o universo do SUAS é composto por uma diversidade de categorias profissionais que atuam em espaços laborais diversificados, a amostragem também deveria representar essa diversidade.

Cabe destacar que no decorrer do trabalho de campo houve certa dificuldade para a realização das entrevistas (talvez em função da sobrecarga de trabalho, tendo em vista que boa parte dos entrevistados possuía mais de um vínculo empregatício)

e, então, optou-se pela utilização da amostragem por acessibilidade, concebida como aquela em que “O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 2008, p. 94). Assim, a composição final da amostra sofreu alterações que podem ser observadas no quadro a seguir (**Quadro 5**). No quadro, utilizamos a categoria participação em movimentos que indica a participação do entrevistado em conselhos, movimentos sociais e/ou sindicais.

Categoria Profissional	Quantitativo Total	Participantes de Movimentos
Assistente Social	4	3
Psicólogo	2	1
Educador/Cuidador Social	1	1
Recreador	1	1
Auxiliar de Serviços Gerais	2	1
Total	10	7

Quadro 5. Composição da Amostra segundo a categoria profissional e participação em movimentos

A seguir, apresenta-se de maneira sucinta o perfil dos entrevistados com os seguintes dados: sexo; nível de escolaridade; ano de entrada no município de Itaguaí; atuação no âmbito do SUAS e; participação em movimentos e/ou espaços de organização coletiva.

No que se refere ao sexo, a maior parte da amostra foi constituída por pessoas do sexo feminino (**Gráfico 1**), corroborando com a realidade do cotidiano de trabalho no SUAS, em sua maioria, executado por mulheres.

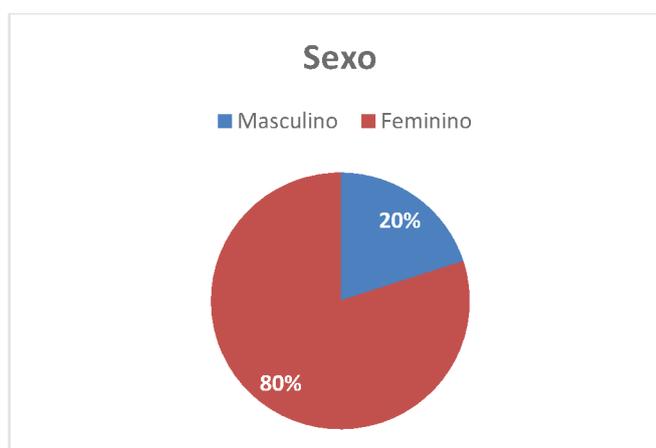


Gráfico 1. Sexo dos Entrevistados

Em relação ao nível de escolaridade (**Gráfico 2**), como dito anteriormente, pretendeu-se abordar trabalhadores dos diversos níveis de conhecimento. Talvez em

função da necessidade de buscar sujeitos para aprofundar a nossa compreensão sobre o processo histórico da formação do movimento de trabalhadores do SUAS do município de Itaguaí, a amostra que inicialmente seria composta de maneira igualitária por trabalhadores de todos os níveis, ficou mais representada por trabalhadores com ensino superior – destacando ainda que, dessa parcela, a metade possui pós-graduação, com mestrado e/ou doutorado.

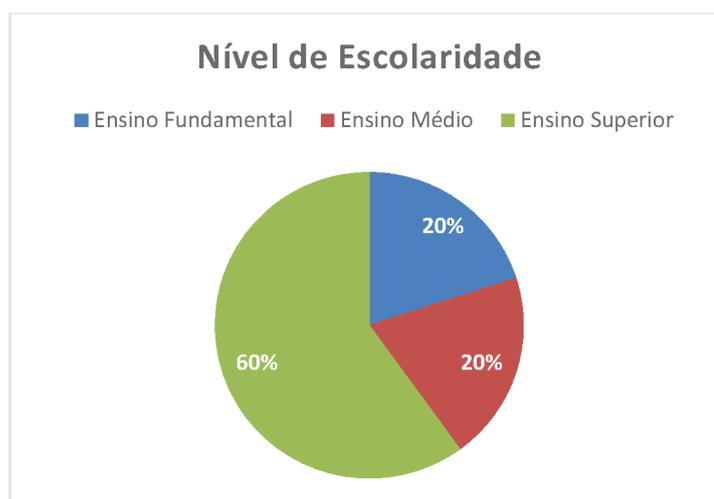


Gráfico 2. Nível de Escolaridade dos Entrevistados

No que concerne ao ano de ingresso na Prefeitura de Itaguaí (**Gráfico 3**), a maioria dos trabalhadores entrou no município no período entre 2010 e 2015, ou seja, no período que compreende a convocação do último concurso público realizado pela prefeitura.

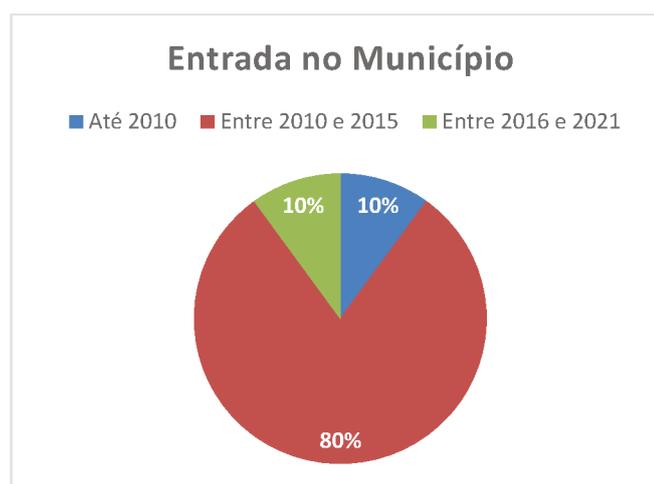


Gráfico 3. Ano de entrada na Prefeitura de Itaguaí

No que diz respeito a atuação do trabalhador no âmbito do SUAS, a amostra representou a diversidade do trabalho na Política de Assistência Social (**Gráfico 4**), sendo composta por trabalhadores de todos os níveis de proteção social, além de outros setores da SMAS.

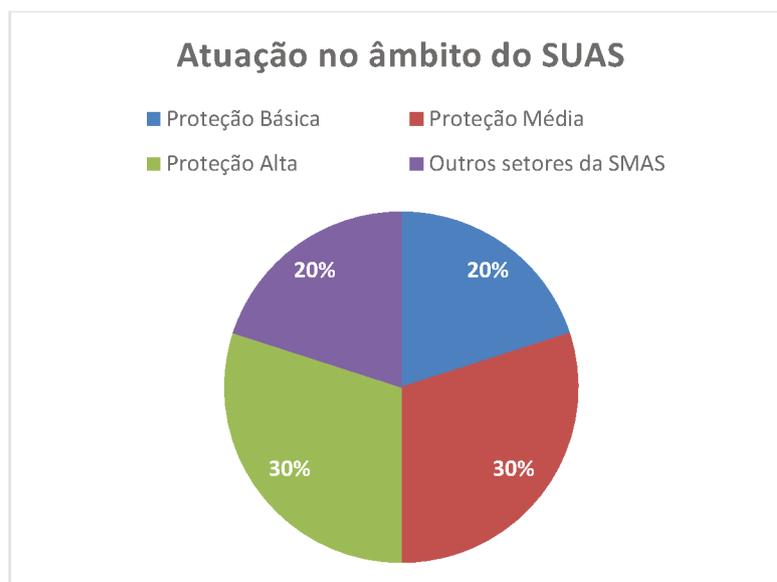


Gráfico 4. Atuação dos entrevistados no âmbito do SUAS

Neste ponto, cabe destacar que a classificação dos trabalhadores considerou a lotação do entrevistado na ocasião da entrevista. Ao longo do estudo tomou-se conhecimento de algumas transferências realizadas pela gestão da SMAS. Por exemplo, no decorrer de determinada entrevista, uma trabalhadora declarou a atuação em unidade da proteção social especial de média complexidade, mas posteriormente, foi transferida para uma unidade da alta complexidade. Inclusive, a questão da transferência no município em tela adquire um certo destaque, especialmente, por se configurar, em alguns casos, como elemento de caráter punitivo ao trabalhador. Este argumento será retomado e desenvolvido mais adiante.

Conforme explicitado, avaliou-se a necessidade de buscar informações complementares sobre a constituição do movimento de trabalhadores e, por esta razão, a maior parte dos entrevistados são aqueles que declararam participação em movimentos de trabalhadores e/ou em outros espaços de organização coletiva (**Gráfico 5**), tendo em vista que os indivíduos que não participam de movimentos tiveram contribuição pouco relevante no que diz respeito a memória do movimento de trabalhadores do SUAS do município de Itaguaí. De maneira geral, os sujeitos que referiram a não participação em movimentos, desconheciam elementos históricos da formação dos movimentos de trabalhadoras/es do SUAS.

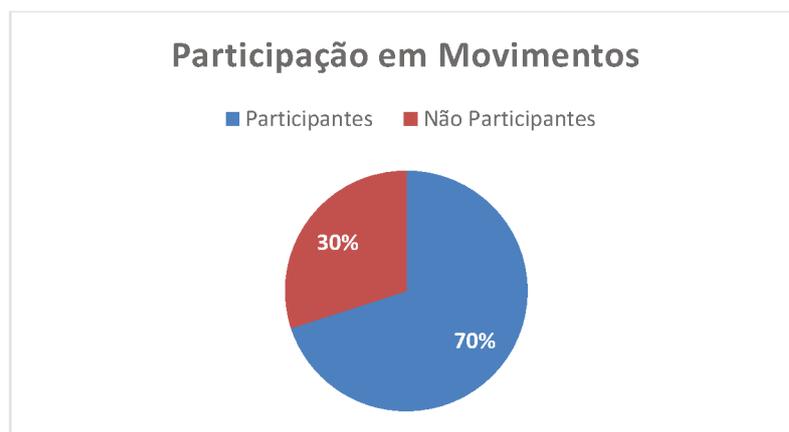


Gráfico 5. Participação em movimentos e/ou espaços de organização coletiva

A seguir, apresentamos a análise qualitativa das entrevistas e dos documentos consultados. Em relação aos documentos, inicialmente, foi considerado como relevante a análise das atas das reuniões do fórum municipal de trabalhadoras/es do SUAS do município de Itaguaí (FMTSUAS Itaguaí) do ano de 2015 (quando houve a greve dos servidores e a recomposição do fórum municipal dos trabalhadores) e as atas das reuniões realizadas nos anos de 2020 e de 2021 (por considerarmos que a crise sanitária da pandemia do novo coronavírus intensificou o conflito entre trabalhadoras/es e a gestão da SMAS).

Já em relação aos documentos referentes ao sindicato, considerou-se como representativo o período de 2015 a 2017, visto que neste período se deu duas mudanças de representação sindical. Apesar da nossa intenção inicial, tivemos dificuldade de acesso a documentação do sindicato, o que indica a fragilidade dos registros sindicais. No que diz respeito às atas e outros documentos do FMTSUAS/Itaguaí, a análise se estendeu aos documentos dos anos de 2016 e 2017, na medida em que surgiu a necessidade de compreensão do processo histórico do movimento, bem como do cenário municipal. E sobre os documentos do período da pandemia da COVID-19 foi observada a ausência de algumas atas dos anos de 2020 e de 2021 revelando a transitoriedade dos registros, possivelmente, em consequência de agravantes nas condições de trabalho (e na vida de trabalhadoras/es) impostas pela pandemia da COVID-19, tais como a complexidade inerente à realização de reuniões no formato de videoconferência.

4.2 Análise de Dados

Após as considerações iniciais sobre o conjunto de trabalhadores do SUAS do município de Itaguaí e da composição da amostra da pesquisa, seguimos com a análise dos dados a partir das entrevistas, dos documentos consultados e da observação participante nos espaços de organização coletiva, tais como reuniões do Fórum Municipal das Trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí (FMTSUAS/Itaguaí), do Fórum Estadual das Trabalhadoras/es do SUAS do Rio de Janeiro (FETSUAS-RJ) e de assembleias do sindicato municipal de Itaguaí.

A análise realizada foi ancorada nos três eixos centrais de análise: as reconfigurações da classe trabalhadora no cenário contemporâneo; as conquistas e os desafios encontrados para a organização do movimento dos trabalhadores do SUAS de Itaguaí; e o processo de construção da identidade de classe “trabalhador do SUAS”, a partir da análise da trajetória dos entrevistados.

Para facilitar a compreensão das narrativas dos sujeitos, apresentamos os dados coletados de acordo com o disposto no roteiro de entrevista (**Apêndice**). Quando citamos textualmente o discurso da pessoa entrevistada, a fim de preservar o anonimato dos sujeitos, identificamos apenas como “*Participante*” acompanhado da numeração atribuída ao mesmo. Assim, é possível aparecer a classificação “*Participante 1*” até “*Participante 10*”. Optou-se também pela utilização do gênero feminino por duas razões: 1) por considerarmos a predominância das mulheres na execução do trabalho na Política de Assistência Social e; 2) para preservar o anonimato dos sujeitos, entendendo que, ao nos referirmos ao discurso de um participante do sexo masculino, poderíamos facilitar o acesso à sua identificação.

Deste modo, estreamos com as questões do primeiro bloco do roteiro de entrevista, referente ao trabalho no SUAS. Este bloco versou inicialmente sobre a existência de capacitação para o desenvolvimento do trabalho na Política de Assistência Social e, posteriormente, sobre a avaliação acerca das condições de trabalho, mencionando desafios e possibilidades.

➤ **Capacitação para o desenvolvimento do trabalho no SUAS**

A questão sobre capacitação tem como objetivo entender se a gestão da SMAS de Itaguaí respeita as diretrizes da Política de Assistência Social e valoriza a educação permanente dos trabalhadores.

A totalidade das trabalhadoras entrevistadas afirmou não ter tido nenhuma capacitação para iniciar as suas atividades no município de Itaguaí no âmbito do SUAS. As respondentes, observando a necessidade de aperfeiçoamento para o melhor desenvolvimento do trabalho, buscaram qualificação por iniciativa própria, por meio de palestras, cursos de curta duração, cursos de extensão e, em alguns casos, cursos de pós-graduação:

Se for, assim, capacitação vindo por parte da gestão do SUAS, não teve. Não teve essa proposta. Nenhuma capacitação voltada para o trabalho, para o que a gente está fazendo. Eu até busquei algumas coisas, mas como trabalhadora, para entender melhor o espaço laboral aonde eu me encontro, onde eu me encontro até hoje, mas foi por conta própria. Seminários, simpósios, cursos mesmo sobre o tema que a minha unidade aborda, mas nenhuma por parte do gestor (*Participante 2*).

Eu comecei a trabalhar no SUAS no ano de 2013, fui lotada no CRAS e naquele momento não recebi nenhuma capacitação assim como nenhuma orientação formal do desenvolvimento do trabalho e dos instrumentos construídos (...). Então, no meu primeiro dia de trabalho, eu não consegui entender as relações e como funcionava o CRAS, quais eram as demandas daquele território, enfim (...), mas já iniciei a realizar o atendimento, tendo em vista que não tinha nenhum profissional que pudesse me passar, dar esse tipo de orientação. Como eu já estou há quase nove anos trabalhando no SUAS, após esse período, alguns anos depois foram feitas algumas capacitações. Capacitações externas oferecidas pelo Estado, como o CapacitaSUAS (...). Mas tem uma dificuldade, percebo, na oferta dessa capacitação que, na verdade, é uma das diretrizes do SUAS, né? Capacitação e educação permanente, que é algo que deveria ser continuado (*Participante 6*).

Não tive nenhum tipo de capacitação, nenhum tipo de capacitação mesmo. Não me pareceu haver nenhuma preocupação, era final de governo, enfim. E depois também eu não tive nenhum tipo de capacitação, por muitos anos. Em 2013, quando eu começo a trabalhar com população em situação de rua que eu busco capacitação, encontro um projeto de extensão e me inscrevo (...). E muito depois, se eu não me engano em 2015 ou 2016 que vem o CapacitaSUAS e aí eu faço, mas aí eu já estou há quatro anos atuando no SUAS. Então, assim, é um processo. Quando eu entrei, eu não tive nenhum tipo de capacitação no município. Depois, mudou o governo e, mesmo assim, eu não tive nenhum tipo de capacitação que o município tenha ofertado até o ano do CapacitaSUAS (*Participante 7*).

Atuo no SUAS desde 2005. Sempre estudei o tema de forma livre, em serviço e na pós-graduação, mestrado e doutorado (*Participante 9*).

Em conformidade com os relatos, a ausência de capacitação perdurou durante um determinado período (entre 2012 e 2016) ao menos até o ano em que se inicia a capacitação oferecida pelo Estado, o CapacitaSUAS²⁵ – que tem como finalidade a

²⁵ O Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS – foi instituído pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nº08, de 16 de março de 2012 e regulamentado pela Portaria Ministerial nº 142, de 5 de julho de 2012. Fonte: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1/capacitasuas>. Acesso em 28/10/2022.

garantia da oferta de formação e capacitação permanente para profissionais, gestores, conselheiros e técnicos da rede socioassistencial do SUAS (BRASIL, 2019). Em relação a isso, Silva (2017), a partir de pesquisa realizada no município em questão, analisa:

Essas tensões para a agenda da SMAS Itaguaí se tornaram muito mais nevrálgicas com a gestão iniciada em 2013 e conduzida até 2016. Primeiro, porque em 2013 começaram a chegar os servidores aprovados no concurso e, conseqüentemente, serem exonerados os servidores que conduziam os trabalhos nas equipes – sem garantia de nenhuma transição das atividades. Segundo, por que durante toda essa gestão não houve capacitação para esse novo grupo de profissionais promovida pelo município, como aconteceu de 2005 até 2012 com muita regularidade. Todo o planejamento das Diretoria do SUAS (Gerência de Proteção Social Básica e Gerência da Proteção Social Especial) e Diretoria de Gestão do Trabalho e da Informação (Gerências de Recursos Humanos, Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente e Gerência de Informação e Vigilância Social) não se efetivaram por falta de finalização das licitações em diversas dimensões da gestão municipal (uma gestão muito tensa). (SILVA, 2017, p. 122).

Cabe destacar que a implementação do CapacitaSUAS no país se deu a partir do ano de 2012, sendo que cada estado concluiu o processo em intervalos de tempo diferentes. O estado do Rio de Janeiro ainda estava em fase de execução no ano de 2015 (BOAS et al, 2015) e no município de Itaguaí, a oferta do primeiro curso do CapacitaSUAS se deu no período entre 2015 e 2016. Nesta perspectiva, existe uma lacuna no que diz respeito a capacitação oferecida pelo município, tendo em vista que entre 2013 e 2016: “toda a iniciativa de capacitação foi externa, ofertada pelo Estado, Governo Federal, Universidades e de busca voluntária pelos servidores. A gestão não contemplou as agendas de capacitação planejadas ao longo do exercício desse governo”. (SILVA, 2017, p. 129).

De acordo com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, o CapacitaSUAS deve contemplar ações de capacitação e de formação aos trabalhadores da Assistência Social, visando o aprimoramento da gestão do SUAS. Em consonância, a NOBRH/SUAS (BRASIL, 2006) estabelece a educação permanente como uma das diretrizes da gestão do trabalho no SUAS, considerando que:

A educação permanente constitui-se no processo contínuo de construção de conhecimentos pelos trabalhadores, de todo e qualquer conhecimento, por meio de escolarização formal ou não formal, de vivências, experiências laborais e emocionais, no âmbito institucional ou fora dele. Tem o objetivo de melhorar e ampliar a capacidade laboral dos trabalhadores, em função de

suas necessidades individuais, da equipe de trabalho e da instituição em que trabalha, das necessidades dos usuários e da demanda social (FERREIRA, 2015, p. 49)

A implementação do Sistema Único de Assistência Social, além da organização dos serviços assistenciais, representou um salto de qualificação dos trabalhadores. Contudo, apesar das normativas elencarem a importância da educação permanente para o conjunto dos trabalhadores do SUAS, na prática, o que se observa é que as capacitações geralmente são voltadas para os técnicos, ou seja, para os profissionais de nível superior, deixando uma lacuna no que diz respeito aos trabalhadores de nível médio e fundamental. Inclusive, uma das entrevistadas de nível fundamental afirmou nunca ter participado de qualquer capacitação voltada para a sua área: “Na minha área, nunca teve capacitação” (*Participante 1*).

Em contrapartida, algumas entrevistadas relatam que, recentemente, este aspecto tem recebido mais atenção por parte da gestão municipal da SMAS, talvez em função do incremento do setor de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS no município.

Diante do exposto, pode-se problematizar que a educação permanente no município de Itaguaí apesar da recente ampliação do setor, se mostra incipiente e, ainda, de caráter excludente, ao considerar apenas os profissionais de nível superior como público-alvo de suas ações.

➤ **Avaliação das condições de trabalho**

No universo das condições de trabalho, teve-se como finalidade a compreensão acerca dos desafios e possibilidades de atuação no SUAS no município de Itaguaí. Ademais, considera-se que as condições de trabalho podem impactar na capacidade de organização coletiva dos trabalhadores e, portanto, esta se torna uma questão estratégica para o estudo.

Do total do grupo pesquisado 9 entrevistadas relatam que as condições de trabalho no âmbito do SUAS são desfavoráveis. A única entrevistada que fez uma avaliação positiva das condições de trabalho, teceu a seguinte crítica:

As condições de trabalho são boas embora precise de alguns ajustes. Desafios são grandes diante das vulnerabilidades apresentadas pelos usuários, mas só conseguiremos superar os desafios através de um trabalho em rede. Cada setor desenvolvendo seu trabalho (*Participante 8*).

A *Participante 8* menciona os desafios diante das vulnerabilidades apresentadas pelos usuários e, apesar de mesma afirmar que as condições de trabalho são boas, pode-se ponderar que os desafios colocados estão relacionados à falta de recursos para o atendimento às demandas dos usuários e para o pleno funcionamento do serviço. Outro ponto importante aludido diz respeito ao trabalho em rede, mencionado também por outra entrevistada:

Mas a gente ainda tem problemas e em relação a própria articulação com a rede, porque a gente tem dificuldade na oferta dos serviços, então, o isolamento da capacidade profissional com a rede ou parte da rede; parte de outros órgãos de garantia de direitos entendendo que a assistência tem que dar conta de tudo... é... isso impacta o nosso trabalho. (*Participante 6*).

Neste ponto, salientamos a relevância da articulação tanto da rede socioassistencial quanto a rede representada por outras políticas setoriais. E, em acordo com o relato das entrevistadas, realçamos a importância do trabalho em rede e da intersectorialidade, considerando a complexidade e a diversidade das demandas apresentadas pelos usuários dos serviços. Cabe destacar que uma das bandeiras do Plano de Lutas do FNTSUAS no que se refere as relações e condições laborais de trabalhadoras/es do SUAS aponta como uma das prioridades do referido fórum: "Incidir para a efetivação da interdisciplinaridade no SUAS, revendo e ampliando as equipes de referência de acordo com as necessidades e demandas territoriais" (FNTSUAS, 2022, s/nº). Em relação a isso, Fernandes e Beretta (2021) ao apontar alguns aspectos desfavoráveis ao exercício profissional do trabalho no SUAS que podem atuar como gerador de estresse, citam a questão da articulação intersectorial:

As equipes reduzidas e incompletas, o acúmulo de funções (...), a falta de apoio dos gestores, o despreparo da gestão, a influência dos cargos políticos no funcionamento dos serviços, a falta de reconhecimento, os conflitos entre profissionais e gestores (...), além da articulação intersectorial insatisfatória, mediante a dificuldade de se comunicar com outras políticas públicas e dispositivos (FERNANDES BERETTA, 2021, 188).

Em consonância, as participantes elencam uma multiplicidade de adversidades presentes nas condições de trabalho, tais como o déficit de recursos humanos, agravado pela ausência de concurso público (o último concurso público realizado no município foi no ano de 2011); a inadequação das estruturas físicas das unidades; a precariedade de recursos materiais, dentre outras dificuldades. Nesta perspectiva, destacamos a fala das seguintes entrevistadas:

A minha condição de trabalho é precária, péssima. Uma auxiliar de serviços gerais dentro da unidade que precisa de duas; o trabalho superlotado. No caso, eu estou me desdobrando para várias coisas dentro do trabalho. Eu sou cobrada diariamente pelo meu serviço, mas a qualidade do meu serviço

está péssima porque sou eu sozinha para fazer tudo. Não tem outra pessoa para fazer, não tem ninguém para me ajudar. Quer dizer, então, eu sou avaliada como... a minha avaliação no caso, no meu serviço é péssima (*Participante 1*).

Sempre bem difíceis. Principalmente, no que tange a falta de materiais adequados para o desenvolvimento das atividades (...). E, dessa forma, muitas vezes a gente tinha que organizar, tirar do nosso bolso para poder fazer as atividades propostas (...). Ou recebendo doações ou se organizando com toda a equipe, mas muito precário com relação a ajuda da administração, ou seja, era se “virar nos 30”, literalmente. Esse não suporte atrapalha muito no andamento do planejamento das atividades propostas, pois gera realmente um desconforto (...) a gente não tem suprimento nem suporte, não tem material para dar andamento ao que foi proposto, ao que pensamos, ao que foi organizado com a equipe – o que acaba trazendo, além de frustração, muitas vezes desmotivada (...). (*Participante 4*).

Pontos negativos como falta de RH e disponibilidade de recursos básicos como maior apoio nutricional acabam interferindo. Os desafios maiores são a adaptação ao SUAS, a rotina de trabalho. Possibilidades são limitadas devido às limitações mencionadas, porém, é possível contribuir com um acolhimento diferenciado (*Participante 5*).

Salienta-se alguns pontos dos discursos acima. A *Participante 1* menciona o quanto a qualidade do seu trabalho é prejudicada pelo déficit de recursos humanos (questão também citada por outras entrevistadas) que acaba resultando numa sobrecarga de trabalho. Essa narrativa ganha destaque quando se observa a preocupação da trabalhadora em como o seu trabalho pode ser mal avaliado em função das condições laborais precárias. Revela-se também neste relato a responsabilização individual do profissional pela ausência de recursos e de infraestrutura – que deveria ser ofertado pela gestão da SMAS.

No relato da *Participante 5* também aparece a carência de recursos para a melhor execução do trabalho no SUAS. Neste caso, além dos recursos humanos, a entrevistada assinala a disponibilidade insuficiente de apoio nutricional para dar conta das demandas dos indivíduos e famílias. E aponta também como desafio a adaptação a rotina de trabalho no SUAS. Adaptação essa que poderia ser facilitada se houvesse capacitação para o desenvolvimento do trabalho no SUAS.

Sobre a questão do apoio nutricional cabe algumas considerações. Sem fazer a defesa da gestão e da insuficiência dos recursos, faz-se necessário considerar o aumento da fome e da extrema pobreza que resulta na situação de insegurança alimentar de milhares de famílias no país. Para Cruz (2020), a fome no cenário brasileiro contemporâneo se configura como uma das expressões da questão social na medida em que se trata da violação de um direito constitucional básico (direito humano à alimentação adequada), decorrente da pobreza e da desigualdade social.

De acordo com a autora supracitada, a partir de 2017, as instâncias governamentais referentes à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a exemplo do Programa Fome Zero, foram gradativamente desmontadas e as atividades do combate à fome realocadas para outras políticas sociais. Além disso, destaca-se a postura negacionista do governo Bolsonaro (2018-2022) no que se refere à fome no país:

E, ao não reconhecer a volta da fome, de maneira exponencial, o Estado brasileiro tanto viola quanto negligencia o direito humano à alimentação da população mais pobre, fomentando o caminho de retorno do Brasil ao grupo dos países em situação de extrema pobreza e fome²⁶ (CRUZ, 2020, p. 9).

Feita a breve contextualização sobre a fome no país, pode-se afirmar que a realidade do município de Itaguaí se assemelha a do cenário nacional. Assim, estamos de acordo com o relato da *Participante 5* acerca da insuficiência do suporte nutricional tendo em vista as demandas apresentadas pelos usuários dos serviços socioassistenciais, contudo, ponderamos que o apoio nutricional ofertado pelo SUAS trata-se de benefício eventual e, como tal, deve ser de caráter pontual, emergencial e/ou provisório. A situação de insegurança alimentar a qual os profissionais do SUAS tentam amenizar em seu cotidiano de trabalho, trata-se de demanda a ser atendida pela política específica, a de Segurança Alimentar e Nutricional – política ausente no município de Itaguaí. Assim, destacamos o papel dos técnicos dos CRAS de sinalizarem a demanda de apoio nutricional de seus territórios, de maneira que os dados cheguem a Vigilância Socioassistencial do SUAS para sistematização e possíveis encaminhamentos, a fim de provocar a atuação de outras políticas. Neste caso, a provocação seria no sentido da criação e implementação da política municipal de segurança alimentar e nutricional.

Já em relação ao discurso da *Participante 4* sobre as suas condições de trabalho, cabe explicitar a rotina de trabalho no SUAS. Seguindo o fluxo do que é esperado para a execução de qualquer política pública, independente do setor, da unidade ou do nível de proteção social, deve existir um planejamento prévio das atividades a serem realizadas ao longo do ano. Em geral, este planejamento é realizado pelas equipes das unidades e/ou dos diferentes setores e direcionado à gestão da SMAS, para que haja tempo hábil para a viabilização dos materiais e dos recursos necessários à realização das agendas propostas.

²⁶ Para mais informações sobre o retorno do Brasil ao mapa da fome, ver o Boletim nº 14, do Observatório das Desigualdades: Máquina do Tempo: O Brasil de volta ao Mapa da Fome, de fevereiro de 2022.

Dito isso, o que a *Participante 4* evidencia é que, ainda que a etapa do planejamento tenha sido cumprida pela equipe, há uma falha na etapa de execução, visto que a gestão da SMAS, por vezes, não consegue disponibilizar os materiais e os recursos de maneira adequada para a concretização das atividades. E todo esse processo acaba ocasionando a desmotivação do trabalhador, considerando que a energia dispendida para a realização do planejamento não concretizado resulta em frustração. Por outro lado, esta frustração às vezes se transforma em algo produtivo, como a união da equipe em prol de um objetivo comum. União também mencionada pela *Participante 2* ao abordar a transferência de unidade como mais uma dificuldade para a realização do trabalho no SUAS:

Eu acredito muito que um dos maiores desafios é a gente conseguir prestar um serviço dentro da unidade com todas as condições adversas, seja de estrutura, seja de material, seja de recursos humanos. E com o pessoal ainda... com trabalhadores que não foram capacitados, muita das vezes foram jogados até ali sem querer e foram se juntando para tentar dar conta daquele serviço. Assim... as perspectivas não são encorajadoras para nenhum trabalhador (*Participante 2*).

Não temos dúvida de que boa parte do que acontece no cotidiano de trabalho na Política de Assistência Social se deve ao empenho individual e coletivo dos trabalhadores. Contudo, salientamos que não se deve naturalizar que as equipes do SUAS se organizem entre si e contribuam financeiramente para que as atividades planejadas sejam realizadas. Há que se ter as condições mínimas para o desenvolvimento do trabalho e, conseqüentemente, para a oferta dos serviços de maneira qualificada aos usuários.

Com relação a este aspecto, faz-se necessário contextualizar que a oferta dos serviços socioassistenciais depende também da destinação de recursos para este fim. E como foi discutido nas seções anteriores, as políticas públicas de maneira geral vêm sofrendo com o crescente desfinanciamento em todas as esferas de governo. Este cenário é descrito por uma das entrevistadas:

A gente tem um cenário de desmonte das políticas públicas, como desfinanciamento, precarização, enfim. E a gente sofre os rebatimentos disso. O município de Itaguaí, com certeza, a gente tem, a gente já viveu diversas conjunturas, com diversos gestores municipais, já mudamos muitas vezes, isso também impacta nas condições de trabalho. Cerca de dois anos, entre 2013 e 2015, a gente mudou umas seis vezes de gestor. Então, isso em relação aos processos de licitação, de chegada de material, enfim, é sempre uma questão porque todo gestor novo que chega quer imprimir o seu planejamento (...) e isso causa um desgaste, também impacta nas condições de trabalho. (*Participante 6*).

Aqui, a entrevistada aborda a questão do desfinanciamento e da precarização dos serviços, explicitando o seu impacto para a política municipal. E destaca ainda a mudança consecutiva de gestores da pasta da Assistência Social num curto espaço de tempo, o que traz prejuízos para o desenvolvimento das atividades, dada a mudança de orientação para a execução dos serviços a cada troca de gestor. Estamos em acordo com a avaliação da *Participante 6* ao considerar que as sucessivas trocas de gestores da pasta da Assistência Social e, conseqüentemente, das orientações acerca da condução dos serviços gera desgaste. E desgaste não apenas das relações de trabalho, mas também no âmbito individual e coletivo, especialmente porque a instabilidade externa vivenciada no cotidiano de trabalho pode gerar instabilidade interna, resultando em algum tipo de adoecimento do trabalhador. Em relação a isso, Sennett (1999) analisa que a fragmentação vivenciada na esfera do trabalho traz inúmeras conseqüências para a vida dos sujeitos. Pode-se analisar que a precariedade dos vínculos e as condições de trabalho podem ser produtoras de novas vulnerabilidades, suscitando uma sobrecarga relacionada a atividade laboral que propicia o surgimento de doenças de ordem física e/ou emocional (ANTUNES e SILVA, 2015). Contribuindo para o debate, Fernandes e Beretta (2021) afirmam que a atuação laboral no âmbito do SUAS tem sido geradora de adoecimento e de sobrecarga de trabalho:

As condições objetivas e subjetivas do trabalho incidem diretamente nas condições de saúde dos trabalhadores do SUAS, interferindo na qualidade de vida e no bem-estar destas pessoas, gerando em grande parte das vezes, o adoecimento. Os profissionais, ao adoecerem, são afetados negativamente pelo trabalho, mas ainda persistem por não possuírem uma alternativa de renda e sustento. E a eles acaba restando uma outra realidade, com acompanhamento médico contínuo e o tratamento medicamentoso (...) e outras formas de ação e potência frente à realidade adoecedora vivida, e com a ausência de qualquer suporte. (FERNANDES e BERETTA, 2021, p.190).

As autoras supracitadas apontam ainda que a troca consecutiva de gestores gera um processo de descontinuidade dos serviços socioassistenciais. E no que concerne a esta questão, Silva (2017) afirma que os dados do CADSUAS/MDS apontam 7 (sete) trocas de gestores no período compreendido entre janeiro de 2013 e dezembro de 2016, conforme quadro a seguir (**Quadro 6**). A autora analisa ainda que o vínculo da maioria dos gestores com a administração pública do município se dá como cargo em comissão que, de maneira geral, são cargos indicados pelo prefeito.

Período	Vínculo de Trabalho	Formação
Jan/2005 a Dez/2012	Comissionado	Serviço Social
Jan/2013 a Fev/2014	Comissionado	Serviço Social
Fev/2014 a Jul/2014	Comissionado	Serviço Social
Ago/2014 a Nov/2014	Comissionado	Direito
Nov/2014 a Abr/2015	Comissionado	Sem formação
Mai/2015 a Mar/2016	Comissionado	Superior
Abr/2016 a Dez/2016	Comissionado	Direito
Jan/2017 a Mar/2019	Comissionado	Serviço Social
Abr/2019 a Jul/2020	Comissionado	Administração
Ago/2020 – em exercício	Comissionado	Serviço Social

Quadro 6. Gestão da SMAS de 2005 até 2023. Fonte: adaptado de Silva (2017).

Acerca disto, problematiza-se não apenas a troca consecutiva de gestores, mas o processo de escolha do gestor da pasta de Assistência Social que, de maneira histórica, tende a seguir critérios que não estão relacionados a competência técnica e/ou ao domínio do tema, mas ligados a acordos estratégicos e a alianças políticas (SPOSATI, 2014). Neste ponto, considerou-se importante apresentar, durante o mesmo período assinalado (2005-2023) os diferentes governos da Prefeitura Municipal de Itaguaí (**Quadro 7**):

Período	Prefeito
Jan/2005 a Dez/2008	Carlo Bussato Junior
Jan/2008 a Dez/2012	Carlo Bussato Junior
Jan/2013 a Mar/2015	Luciano Carvalho Mota
Mar/2015 a Dez/2016	Wesley Gonçalves Pereira
Jan/2017 a Jul/2020	Carlo Bussato Junior
Jul/2020 a Dez/2020	Rubem Vieira de Souza
Jan/2021 – em exercício	Rubem Vieira de Souza

Quadro 7. Governos da Prefeitura Municipal de Itaguaí de 2005 a 2023.

Nota-se que o período entre 2013 e 2016, no qual salientamos a troca de gestores da Assistência, foi caracterizado por crise econômica e política em Itaguaí, com o afastamento do prefeito Luciano Mota em março de 2015. Assim, Wesley

Pereira assume o comando da prefeitura, se candidata, mas perde as eleições para a oposição, representada por Carlo Bussato. Cabe salientar que a profissional que esteve à frente da Secretaria de Assistência Social entre 2005 e 2012 retorna em janeiro de 2017, com o retorno do governo do prefeito Carlo Bussato Junior (2017-2020)²⁷. Em relação a essa questão, Silva (2017, p. 110) analisa:

(...) não há critérios estabelecidos e observados na troca dos gestores da pasta, nem critérios técnicos acerca do domínio com a gestão da política pública de Assistência Social e nem critérios quanto à responsabilidade na transição do cargo, o que ocasionou muitos problemas para Itaguaí quanto à continuidade dos serviços ofertados na rede socioassistencial.

Diante disso, pode-se analisar que as questões políticas se revelam como atravessamentos importantes para a oferta dos serviços socioassistenciais no município em tela, seja para o aumento da qualidade, seja para a precarização dos serviços.

Uma trabalhadora mais antiga no município relata que ao longo do tempo, as condições de trabalho se modificaram, ora com mais suporte para a realização das atividades, ora com mais dificuldade de recursos e infraestrutura. Destacamos um trecho do seu discurso que nos auxilia na compreensão das condições adversas (e até mesmo adoecedoras) do trabalho no SUAS no município de Itaguaí:

Sempre fui muito comprometida com meu fazer profissional e ética, e mesmo nos momentos de maior escassez buscava ser criativa para uma produção com qualidade. Destaco que a ausência de estrutura, as lutas e os assédios vividos ao longo de alguns anos de trabalho no SUAS me levaram ao adoecimento, que ainda hoje reverbera. Principalmente pelo fato do desrespeito e assédio experimentado junto a segmentos institucionais em anos idos e a perseguição no trabalho. (*Participante 9*).

A entrevistada aborda questões de extrema relevância como situações de assédio e de perseguição no âmbito do trabalho na Política de Assistência Social. Conforme os documentos consultados, no ano de 2017, o FMTSUAS/Itaguaí iniciou um debate interno sobre assédio moral, a fim de munir trabalhadoras/es de conhecimento para lidar com as situações de assédio que já vinham ocorrendo com a chegada da nova gestão da SMAS desde o início de 2017. Ademais, o FMTSUAS/Itaguaí, após deliberação em reunião ordinária em fevereiro de 2017, enviou uma nota ao CRESS-RJ e ao CRP-RJ sobre constrangimento vivenciado por

²⁷ O terceiro governo de Carlo Bussato Junior no município de Itaguaí foi bastante conturbado desde o início. No decorrer do governo, foi réu em processos e teve a sua cassação definitiva em julho de 2020. Após a cassação do mandato do prefeito e do vice, assume a prefeitura o então presidente da Câmara Municipal, Rubem Vieira de Souza que, em seguida, lançou-se candidato a prefeito e foi eleito, permanecendo no cargo de prefeito da cidade.

três profissionais/trabalhadoras do SUAS em Itaguaí: duas assistentes sociais e uma psicóloga. Neste sentido, a *Participante 2* traz a seguinte narrativa:

E a questão de você, o assédio, assim, como sempre é velado, né? Mas quando você é colocado... exemplo, quando uma coordenação que fala: "Não quero que você escreva isso, quero que você retire o que você escreveu, determinada situação em determinado livro", ela está te coagindo. Então, ela começa a te colocar, a não falar mais com você dentro do teu espaço de trabalho. Ela pede o tempo inteiro para os outros que estão a tua volta e vai te isolando. Eu já senti isso na pele e é por aí, também é uma forma de assédio, mas é muito subjetivo, a gente não tem como. Ainda quando a gente fala de saúde do trabalhador, de assédio moral, ainda são coisas muito subjetivas. Eu não consigo, a gente não consegue falar muito sobre isso. E às vezes nem consegue ver que a gente está passando por essa situação (*Participante 2*).

Infelizmente, a perseguição e o assédio aos trabalhadores do SUAS são situações recorrentes, inclusive, sendo pauta do Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS do Rio de Janeiro que elaborou uma carta manifesto no mês de julho de 2021, veiculada nas mídias sociais (FETSUAS-RJ, 2021b). Mais recentemente, em novembro de 2022, o Fórum Nacional de Trabalhadoras/es do SUAS, por ocasião da X Plenária Nacional do FNTSUAS, destacou o seguinte ponto do seu Plano de Lutas (FNTSUAS, 2020):

Realizar campanha de visibilidade das relações e condições de trabalho, de modo a dialogar também com os/as usuários/as, especialmente sobre situações de assédio moral e sobre a precarização do trabalho, incidindo para a instituição de um Protocolo de Saúde do/a Trabalhador/a do SUAS (FNTSUAS, 2020, s/nº).

Além disso, o FNTSUAS, atento ao aumento do assédio aos trabalhadores do SUAS e, para dar visibilidade a este ponto, mencionou a questão do assédio na *Carta de Salvador* (FNTSUAS, 2022)²⁸ e lançou uma moção de repúdio a todas as formas de assédio e perseguição. Aliada a questão do assédio e da perseguição, estão as situações de transferências arbitrárias de trabalhadores que acabam se configurando, em alguns casos, como medida de punição:

Aí eu acho que como movimento, como trabalhadores e trabalhadoras comprometidos que a gente é com a política pública ou como usuários e usuárias dessa política pública também, acho que são desafios gigantescos (...). Acho que essa perspectiva pedagógica é um grande desafio do trabalho no SUAS, inclusive, porque a gente vem sofrendo sanções como trabalhadores e trabalhadoras quando a gente tem uma atuação crítica, quando a gente defende um determinado projeto de SUAS, a gente sofre sanções. Eu sou um grande exemplo disso (*Participante 7*).

²⁸ A Carta de Salvador foi elaborada pelo FNTSUAS e aprovada na ocasião da X Plenária Nacional do FNTSUAS, em novembro de 2022. O documento com as demandas apresentadas pelos trabalhadores do SUAS foi direcionado a equipe de transição do governo Lula e está disponível em: <http://fntsuas.blogspot.com/>. Acesso em 06 de janeiro de 2023.

Retomando ao ponto do desmonte da Política de Assistência Social, destacamos o discurso de duas entrevistadas que apontam como desafio a defesa do SUAS como direito:

Acho que o maior desafio é a gente fazer a defesa do SUAS como política pública e dever do Estado, por mais que a gente tenha avançado muito na institucionalização da política nos últimos anos, a perspectiva mais conservadora, a perspectiva da ação social, a perspectiva eleitoreira, imediatista... a gente combater isso é um grande desafio. Os projetos de SUAS que estão em disputa. E a gente vem perdendo muito espaço, o projeto que acha que a assistência é um direito da população. A gente vem assim perdendo espaço para essa perspectiva mais imediatista. Isso tem a ver também com a redução da verba, o orçamento, mas também tem a ver com esse conservadorismo que vai crescendo na sociedade (...) e vem crescendo porque ela é fantasiada, escamoteada como se fosse algo, uma garantia de direitos, mas na verdade são diversos retrocessos, são sucessivos retrocessos que vem acontecendo (*Participante 7*).

Como desafio, a coisa mais importante é a gente conseguir garantir a efetivação da política. E aí esse é um desafio que não é só dentro da política, inclusive, de conquista desse espaço de uma política que garanta direitos, que não seja uma política que ofereça benevolências. Porque existe uma perspectiva de emancipação dessa população, de garantir melhores condições e não de garantir manutenção de vulnerabilidade e momentos caritativos (...). Então, acho que o grande desafio é a efetiva conquista no sentido de uma concepção ideológica mesmo. A gente já tem as normativas e a gente não consegue colocar as normativas em vigor porque a gente tem toda uma construção ideológica que o tempo todo desqualifica e menospreza e inviabiliza orçamento, enfim. Não disputa importância, não consegue disputar importância (*Participante 10*).

Como discutido na seção sobre a Política de Assistência Social, reforça-se a análise acerca do caráter contraditório das políticas e direitos sociais e de como a construção desta se deu em meio a embates e tensões. Assim, de acordo com o contexto político e socioeconômico, as políticas sociais se revelam mais ampliadas ou mais limitadas; de caráter mais progressista ou mais conservador. No Brasil, em alguns momentos, pode-se notar a coexistência de ações de cunho progressista e de cunho conservador.

Conforme apontado por Pereira-Pereira (2010), o próprio processo de redemocratização brasileiro se dá em meio à onda liberalizante internacional em oposição ao conteúdo progressista da nova constituinte. Para além do contexto global, no cenário nacional, podia-se observar a coexistência de dois movimentos distintos (tanto nas lutas que precederam a redemocratização quanto durante e após esse processo): o movimento de ampliação da cidadania e, em oposição a este, o movimento contra os avanços constitucionais de cunho social. Essa tensão decorrente da existência de projetos em disputa teve grande impulso nos anos 1970, se mantendo nos anos 1980, se intensificando no cenário pós-constituinte, apoiada na entrada da

ideologia neoliberal no país e permanecendo na atualidade, até o final do governo Bolsonaro (2018-2022). Neste sentido, a política municipal segue as tendências de outros municípios, do governo estadual e do governo federal – em que se pode observar os retrocessos mencionados pela *Participante 7*, além de ações que podem ser consideradas como imediatistas e eleitoreiras.

Como exemplo, pode-se citar a intervenção organizada pelo Governo do Estado denominada de *Marcha pela Cidadania e Ordem* que envolveu alguns municípios do estado do Rio de Janeiro, incluindo o município de Itaguaí. A estratégia envolvia a atuação de diversos setores, entre os quais a Assistência Social, para realização de abordagens a pessoas em situação de rua. Em geral, as “abordagens sociais integradas” aconteciam conjuntamente com órgãos de segurança e de ordem pública, revelando que tais estratégias coadunam com o projeto mais tradicional e conservador de Assistência Social²⁹ e evidenciam o retorno de práticas higienistas (FREITAS e BRITO, 2021).

A estratégia se revelou em desacordo com as normativas da Política de Assistência Social, sendo alvo de denúncias ao Fórum Estadual de Trabalhadoras/es do SUAS do Rio de Janeiro que lançou uma nota com o posicionamento do fórum sobre a questão (FETSUAS-RJ, 2021a), aliada a orientações sobre a realização de abordagem social no âmbito do SUAS – serviço que está previsto e tipificado nas normativas da Política de Assistência Social. Ademais, a partir do diálogo do FETSUAS-RJ com a Comissão de Trabalho e Seguridade Social da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) foi possível a realização de uma audiência pública³⁰ que teve desdobramentos importantes para a população em situação de rua e para o conjunto de trabalhadoras/es do SUAS.

Diante do exposto, pode-se ponderar a importância da mobilização de trabalhadoras/es do SUAS para, de alguma forma, tentar barrar os retrocessos que vão se colocando como realidade, impactando diretamente na garantia de direitos de trabalhadores e de usuários dos serviços socioassistenciais. Este cenário de

²⁹ Para aprofundar o debate sobre as Abordagens Sociais Integradas, ver: FREITAS, R.M; BRITO, V.S. Direitos Humanos e a abordagem social a pessoas em situação de rua no SUAS. *Serviço Social em Debate*, [S. l.], v. 4, n. 1, 2021.

³⁰ Audiência Pública realizada no dia 28 de maio de 2021 por meio de plataforma virtual que teve como tema: “Política de Assistência Social e a População em Situação de Rua: entre a garantia de direitos, a repressão e o higienismo” (ALERJ, 2022).

retrocesso em relação às práticas no cotidiano de trabalho no SUAS e de algumas conquistas dos trabalhadores em Itaguaí aparece nos seguintes relatos:

Eu começo (...) recebendo requisições completamente higienistas (...) para fazer o que não estava preconizado na normativa, o que não estava preconizado na política pública. E eu me posiciono, sempre me posicionei. Isso também afeta as condições de trabalho, a gente ser pressionado para fazer o que é conveniente para gestores e gestoras e não para a população que a gente atende. Isso é muito grave, isso vem perdurando até hoje no SUAS, no trabalho no SUAS acho que é uma permanência, essa pressão para a gente fazer o que interessa a gestores e gestoras e não a população (*Participante 7*).

Determinações que são incabíveis, enfim, que não devem ser cumpridas e a gente sem o respaldo, muitas vezes, a nível de gestão. Então, a gente teve alguns avanços desde que eu entrei no município, que foi no ano de 2013, inclusive, conquistado a partir de muita luta dos trabalhadores, a gente teve alguns ganhos, que avançaram e retrocederam (...). Isso é importante, isso impacta nas nossas condições de trabalho ou deveria impactar porque o vínculo estável nos permite, enfim, mostrar algumas questões que a fragilidade de alguns vínculos torna mais difícil (*Participante 6*).

O discurso das entrevistadas nos remete a outro ponto importante sobre os desafios do trabalho no SUAS. Como mencionado pela participante, por vezes, os profissionais são requisitados a realizarem intervenções que estão em desacordo com as normativas do SUAS. O posicionamento a favor da política pública e do serviço ofertado aos usuários deve ser feito pelos trabalhadores do SUAS. Entende-se que esta defesa também deveria ser feita pelos gestores da SMAS, mas é sabido que nem sempre trabalhadores e gestores estão do mesmo lado ou lutam as mesmas lutas. E, nesta circunstância, o vínculo de trabalho faz diferença na capacidade do trabalhador de defender, caso queira, o seu posicionamento diante de determinadas requisições.

É evidente a dificuldade apresentada pelo trabalhador de vínculo precário para emitir opiniões e posicionamentos quando a sua própria subsistência pode ser ameaçada diante da possibilidade de perda do seu emprego. E é neste sentido que se faz a defesa pelo concurso público – para garantir minimamente a autonomia do trabalhador diante de requisições incompatíveis feitas pela gestão e para evitar a descontinuidade da oferta dos serviços socioassistenciais.

Ainda no que diz respeito aos desafios da atuação no SUAS, aparece também a relação por vezes conflituosa com o judiciário:

Depois, entro no CREAS (...) a gente recebendo muitos ofícios do Ministério Público. Uma relação com o sistema de justiça muito complicada porque o Ministério Público demandava da gente coisas que, na verdade, o Ministério Público deveria ter uma equipe para fazer ou o próprio tribunal, o fórum, enfim (*Participante 7*).

É comum que órgãos do sistema judiciário encaminhem solicitações equivocadas aos trabalhadores do SUAS, inclusive, determinando previamente os instrumentos a serem utilizados, a exemplo da solicitação de realização de visita domiciliar³¹. A interface do judiciário com o SUAS se mostra tão complexa que, ao longo dos anos, têm sido tema de debates promovidos pelos conselhos de categoria, notadamente, dos conselhos de psicologia e de serviço social, com publicações sobre o assunto que orientam a atuação das profissionais destas categorias. Para além dos conselhos de categoria, realçamos a publicação da Nota Técnica da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) nº 02/2016 que versa sobre a relação entre o SUAS e os órgãos do sistema de justiça (BRASIL, 2016).

Importante destacar ainda que, no universo da amostra, as trabalhadoras que participam de movimentos realizam mais críticas sobre as condições de trabalho do que aquelas que não participam de nenhum espaço de organização coletiva. Este dado nos revela que a organização coletiva de trabalhadores pode permitir o aprofundamento das discussões referentes ao cotidiano de trabalho e a consequente mobilização para a garantia das condições mínimas de trabalho e a defesa da política pública como direito da população.

Aliada a essa questão, Braga (2014) identifica possibilidades de resistência, mesmo no cenário desfavorável de alijamento de direitos trabalhistas. E isto porque o trabalho se configura como campo privilegiado para a construção de identidades sociais e, neste caso específico, para a construção ou, ainda, o fortalecimento da identidade de trabalhador do SUAS. Castel (1998) também situa o trabalho assalariado como eixo estruturador das relações sociais, especialmente no que se refere à construção da identidade social. Nesta perspectiva, Antunes (2018) pondera que o movimento de resistência a partir da organização coletiva colabora para a construção da identidade de classe e fortalece os laços de solidariedade. E, consequentemente, contribui para o fortalecimento da classe trabalhadora e para o sentimento de pertença a determinado grupo e/ou classe social. Atentos a isso, o FNTSUAS, em seu plano de lutas, traz como uma de suas diretrizes: "Aprofundar o debate da identidade das/os trabalhadoras/es, na perspectiva do SUAS" (FNTSUAS,

³¹ A visita domiciliar é um instrumento, dentre outros, que pode ser utilizado para acessar indivíduos e famílias. Neste sentido, o profissional tem autonomia técnica para avaliar o instrumento a ser utilizado para atingir determinado objetivo e, portanto, não cabe a nenhum órgão do sistema judiciário definir previamente aquilo que cabe somente ao profissional responsável pelo atendimento do indivíduo e/ou da família.

2022, s/nº). E, na ocasião da Plenária Nacional de 2022, esta bandeira foi elencada como prioritária pelo conjunto de trabalhadoras/es do SUAS presentes no evento.

A seguir, dá-se início ao segundo bloco do roteiro de entrevistas, com as questões referentes ao movimento de trabalhadoras/es do SUAS do município de Itaguaí.

➤ **Participação em movimentos e/ou coletivos de trabalhadores**

Esta questão tem como finalidade averiguar a participação do grupo pesquisado em movimentos e/ou outros espaços de organização coletiva de trabalhadores, além de ampliar a compreensão acerca dos movimentos de trabalhadoras/es do SUAS no município de Itaguaí a partir da narrativa dos dois grupos: 1) daqueles que participam de espaços de organização coletiva; 2) daqueles que não participam de movimentos de trabalhadores.

Da totalidade do grupo pesquisado, das 10 pessoas entrevistadas, 7 declararam participar de movimentos e 3 afirmaram não participar de nenhum movimento ou espaço de organização coletiva de trabalhadores. A parte do grupo que relata participação em movimentos tem em comum a participação no fórum municipal de trabalhadores do SUAS do município de Itaguaí – FMTSUAS/Itaguaí, sobretudo, esteve envolvida na reativação do fórum no ano de 2015. Ademais, referem participação em mais de um espaço de organização coletiva:

Particpei desde 2015 e venho participando, na verdade. Particpei da greve em Itaguaí e particpei da refundação do fórum municipal de trabalhadores e trabalhadoras do SUAS de Itaguaí e também do fórum estadual de trabalhadores e trabalhadoras de onde eu estou localizada, do SUAS. Venho participando também da comissão de assistência social do Conselho Regional de Serviço Social. Já atuei no conselho municipal de assistência social, que não é movimento; órgão de controle social acho que é bem diferente de movimento, a gente precisa fazer essa diferenciação porque é algo institucionalizado e o próprio conselho de serviço social também, mas acho que são espaços coletivos também de organização que eu venho ocupando em relação a temática da assistência social (*Participante 7*).

Particpo ativamente do fórum de trabalhadores. Nós reativamos no ano de 2015. O fórum já tinha sido instituído em Itaguaí alguns anos antes, mas ele acabou não tendo quórum, enfim. Mas a partir de 2015, da greve, que envolveu trabalhadores de diversas secretarias da prefeitura, nós trabalhadores, decidimos reativar o fórum de trabalhadores e a partir disso, desde 2015 a gente vem mantendo o coletivo de pé, a duras penas e muitas vezes tendo que mobilizar os colegas, sensibilizar da importância, mas a gente vem conseguindo manter esse espaço que teve muitas conquistas ao longo desse período. Particpo do fórum de trabalhadores (...) desde 2015. Particpo do conselho de assistência social (...) venho acompanhando aí também praticamente desde 2015. A mesa de negociação que foi instituída, agora, não me recordo se em 2020 ou 2021, mas particpo desde a

instauração. E também do sindicato de trabalhadores, no caso da assistência, saúde e previdência que foi instituído também no ano de 2015 (*Participante 6*).

Eu participo do movimento de trabalhadores, participo do fórum municipal de trabalhadores e do fórum estadual, representando os trabalhadores no fórum estadual. No caso do fórum municipal... uma das primeiras reuniões que eu participei foi em 2015, foi a retomada do fórum municipal do SUAS de Itaguaí que, pelo que a gente tem de relatos de trabalhadores mais antigos ele foi iniciado em 2012 e teve uma parada até 2015 (...). E aí nessa época a gente estava no movimento com o sindicato dos trabalhadores na reivindicação do plano de cargos e salários (...). Então, naquele período, a gente estava acampado em barracas na porta da prefeitura e ali nós, pensando com os trabalhadores do SUAS que estavam ali, aproveitar esse momento para retomar o fórum de trabalhadores e assim nós fizemos ali na porta da prefeitura mesmo, fizemos essa retomada e, desde então, a gente tem tentado manter o fórum ativo (*Participante 2*).

Participo desde as discussões em Itaguaí trazidas pelas normativas. A NOB SUAS RH/2006 já cita a importância da organização dos trabalhadores. Em Itaguaí, desde 2009 discutíamos entre os trabalhadores do SUAS sobre as necessidades e importância de uma adesão de todas as categorias para discussão da gestão do SUAS. Em 2009 iniciamos as reuniões de forma pouco formal, destacando assuntos relevantes a criação do Fórum. Não tenho memória da criação oficial do fórum, mas aconteceu em 2011 (*Participante 9*).

A partir das narrativas acima, pode-se destacar a participação das pessoas entrevistadas nos fóruns de trabalhadores do SUAS, tanto no âmbito municipal quanto no âmbito estadual. Cabe explicitar que o FMTSUAS/Itaguaí atualmente compõe a secretaria executiva e a coordenação estadual do FETSUAS-RJ³². Inclusive, três participantes da coordenação estadual do FETSUAS-RJ são trabalhadoras do município de Itaguaí.

Outro destaque é a participação em espaços de controle social e em conselhos de categoria. Apesar de não se configurar como movimento, visto tratar-se de órgão de controle social, conforme elucidado pela *Participante 7*, os conselhos de políticas e de direitos se constituem como espaço importante de organização coletiva. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), por exemplo, é um espaço estratégico a ser ocupado por trabalhadores, a fim de que se exerça efetivamente a função de controle social e de defesa da política pública – ainda que seja um espaço complexo de tensão e de conflitos de interesses, como já discutido em seção anterior.

³² Cada fórum possui um regimento interno que estabelece as diretrizes e organiza a atuação do coletivo. De acordo com o regimento interno do FETSUAS-RJ, a eleição para a composição da secretaria executiva e para a coordenação estadual acontece a cada três anos, sendo o período do mandato vigente de novembro/2020 até dezembro/2023.

Apesar disso, Behring e Boschetti (2016) afirmam que os Conselhos têm potencial para se constituir em espaços de negociação, aprofundamento da democracia e proposição de ações que podem trazer melhorias para o conjunto da população, mesmo diante das dificuldades para a plena participação de trabalhadoras/es. E, embora o segmento de trabalhadoras/es constitua a sociedade civil, se reconhece que a sociedade civil não apresenta homogeneidade, na medida em que sofre atravessamentos e podem apresentar perspectivas e interesses distintos. Neste ponto, Rossin (2014) menciona a atuação histórica e o papel dos conselhos de controle social que acabam se configurando em espaços de consensos com o conseqüente enfraquecimento do seu papel de fiscalização das políticas públicas.

Atentos a isso, o FMTSUAS/Itaguaí em abril de 2015 (de acordo com a análise das atas das reuniões do referido fórum) delibera a proposta de mudança de lei para a ocupação do assento do CMAS de Itaguaí pelo FMTSUAS. A proposta foi levada e aprovada, de maneira que o Fórum mantém a representação no CMAS e sendo a resistência para que o conselho não se transforme num espaço que responda apenas às demandas institucionais de interesses governistas e cumpra o seu papel fiscalizador e de defesa da Política de Assistência Social.

A questão sobre a participação em movimentos também revelou dados sobre a memória relacionada a formação do FMTSUAS/Itaguaí. Houve alguma divergência entre as narrativas quanto a data de início do fórum municipal, considerando que a maior parte do grupo pesquisado não participou da constituição do fórum, mas apenas da sua reativação, no ano de 2015, na ocasião da greve dos servidores pela reivindicação do pagamento do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos. Aqui, aparece também a informação sobre participação em sindicato, dados que apresentamos a seguir.

➤ **Participação em sindicato municipal e/ou sindicato de categoria**

Nesta questão tem-se a finalidade de verificar a participação do grupo pesquisado no sindicato municipal de Itaguaí e/ou em sindicatos de categoria, a exemplo do sindicato de psicologia (SINDPSI-RJ) e do serviço social (SASERJ). Do total de pessoas entrevistadas, nenhuma declarou participação em sindicatos de categoria. Entretanto, oito pessoas afirmaram participação no sindicato municipal (desse total, uma delas parou de efetuar a contribuição sindical):

Participo do sindicato municipal. De categoria, no caso, eu sou assistente social, não participo não, não sou filiada, mas a gente fundou um sindicato municipal, o Sindseguridade Itaguaí, do qual eu sou membro da direção (*Participante 6*).

Eu participo, eu sou sindicalizada, sim, do sindicato municipal, desde a fundação desse novo sindicato, o Sindseguridade. Eu venho participando, nunca fui de direção, mas participo, estou com a minha contribuição sempre em dia (...) eu sempre participo, sempre procuro participar. Eu dou muita importância a isso (*Participante 7*).

Eu participo do sindicato, sou sindicalizada, contribuo, tudo direitinho. Participo de tudo que a gente delibera enquanto organização sindical e faço essa... não é conscientização... faço esse convencimento, pelo menos tento convencer os outros colegas da importância de a gente estar organizado, da gente estar nesse movimento (*Participante 2*).

A maior parte das pessoas entrevistadas afirma participação efetiva no sindicato, estando filiada, em dia com a sua contribuição sindical e colaborando na tomada de decisões. O grupo das pessoas que são filiadas ao sindicato municipal valoriza este tipo de organização coletiva, inclusive, algumas ocupam cargo de direção no sindicato. Merece destaque a narrativa da *Participante 2* acerca da tentativa de mobilização de outros trabalhadores para o envolvimento na luta coletiva, apontando a importância da organização de trabalhadores para a garantia de direitos.

Enquanto a maior parte do grupo pesquisado afirma a importância de estar em esferas de organização coletiva de trabalhadores, entendendo que a participação nesses espaços é que possibilita a reivindicação e a luta por direitos, há uma fala divergente que aponta a ineficácia do sindicato: “Já participei do sindicato, sim. Mas ultimamente... eu parei de pagar porque o sindicato não faz nada, praticamente não está fazendo nada pela gente” (*Participante 1*). Esta narrativa indica uma concepção que permeia os movimentos, de uma maneira geral: a de que há uma “entidade” denominada “sindicato” ou denominada “fórum de trabalhadores” que luta por direitos trabalhistas, desconsiderando algo fundamental, que é o envolvimento da categoria para planejar e executar as ações necessárias para viabilizar o acesso aos direitos.

Em relação a isso, Antunes (2011) contextualiza a diminuição da consciência de classe em total acordo com as forças produtivas do capital que promovem a negação da historicidade do trabalhador e prejudicam a sua capacidade de se organizar. E isto se dá a partir do obscurecimento dos laços de pertencimento de classe e da consequente redução da capacidade de resistência em virtude da dificuldade de organização coletiva, o que enfraquece a coesão e a solidariedade dos trabalhadores. Todavia, de acordo com Dias (1995), de maneira contraditória, o

trabalhador se transforma em um ser coletivo e vem construindo a sua identidade. Para aprofundar o debate sobre os desafios da organização dos trabalhadores pela via dos sindicatos, o item seguinte aborda a avaliação do grupo pesquisado sobre a atuação do sindicato municipal.

➤ **Avaliação acerca da atuação do sindicato municipal**

Esta questão objetiva a avaliação do grupo pesquisado sobre a atuação do sindicato municipal na aposta de que a crítica de cada entrevistado possa trazer elementos que auxiliem a apreensão da realidade municipal e a análise da memória do movimento de trabalhadores do SUAS de Itaguaí. As pessoas entrevistadas (exceto aquelas que não são filiadas), avaliam o sindicato de maneira positiva, contudo, realizam algumas críticas as atitudes dos trabalhadores:

Atuante, mas também com poucas pessoas engajadas quando o assunto é o coletivo (*Participante 3*).

Considero um sindicato bastante atuante, porém a falta de colaboração e união dos próprios servidores, atrapalham o caminhar das atuações (*Participante 4*).

Assim, na verdade, a gente tem um sindicato e tem a direção atuante. No caso, o sindicato municipal abrange todos os trabalhadores do SUAS. Eu avalio que tem atuação, que o sindicato é importante, ele tem atuado em várias frentes, mas eu penso que ele tem uma capacidade, um potencial muito maior, mas a gente precisa de uma maior participação dos trabalhadores. Acho que está faltando isso (*Participante 6*).

Os discursos acima revelam a importância do envolvimento de cada trabalhador na luta por direitos para o fortalecimento do conjunto dos trabalhadores do SUAS. As falas apontam ainda que os próprios trabalhadores não favorecem o melhor desenvolvimento das ações do sindicato, pois falta engajamento e senso de coletividade. Em relação a isso, Braga (2014) pondera a dificuldade contemporânea dos sindicatos em aglutinar trabalhadores estáveis e precarizados e, a partir dos dados coletados, se constata que a SMAS de Itaguaí é constituída por profissionais efetivos e contratados, com condições de trabalho distintas, a exemplo da diferença de carga horária e de salário – o que resulta na segmentação no interior da própria classe trabalhadora e pode enfraquecer o movimento sindical.

Neste ponto, merece destaque outra narrativa que amplia o olhar sobre a atuação sindical municipal na medida em que considera o cenário contemporâneo de alijamento de direitos: “Muito relevante. Um espaço para construção, fortalecimento e luta dos temas relativos à política pública e as agendas dos trabalhadores, mas em tempos de encolhimento do Estado de direitos, desafiador” (*Participante 9*).

Coadunamos com a avaliação da participante supracitada de que o contexto socioeconômico torna desafiante a atuação das organizações sindicais. Sobre esta dificuldade, Antunes (2018) analisa que o país passa por uma nova transição do capitalismo, ainda mais agressiva no que tange à destruição dos direitos dos trabalhadores brasileiros e faz parte deste processo a deslegitimação dos sindicatos e de outros espaços de reivindicação de direitos. Contudo, apesar do cenário desfavorável, duas participantes apontam conquistas da classe trabalhadora que tiveram grande contribuição do sindicato municipal, trazendo a memória do movimento e, por esta razão, apresenta-se aqui dois longos trechos da narrativa das trabalhadoras:

No momento de efervescência do movimento de trabalhadores que foi em 2015 por conta de uma greve e por conta da suspensão da aplicação do plano de cargos e salários, a gente tinha uma participação efetiva dos trabalhadores, enfim, dos servidores municipais. O que acontece hoje é que a gente acabou delegando a direção do sindicato, ao qual eu faço parte, a tarefa árdua de lutar por direitos e todo sindicato precisa da categoria para ter força, para ter voz, enfim, para ter poder de pressão. A gente tem atuado na medida da demanda e das questões que aparecem... processos judiciais e várias situações. Questões de insalubridade, a gente conseguiu no ano passado que retornasse, porque havia sido retirada de algumas categorias profissionais. A gente tem tido uma atuação, mas acho que essa atuação poderia estar muito mais potencializada se a gente tivesse o conjunto dos trabalhadores lá, junto, pedindo as assembleias, nas assembleias, nos atos, enfim. Hoje eu percebo, talvez pelo contexto geral, a conjuntura nacional de desmonte das políticas públicas, de massacre dos trabalhadores, de assédio mesmo, de retirada de direitos... talvez isso tenha impactado na capacidade de luta das pessoas. Até por fatores diversos, da necessidade de garantia da sua sobrevivência, pela necessidade de preservar e cuidar da saúde mental nesse contexto, mas eu percebo a necessidade do sindicato sensibilizar e mobilizar mais todos os trabalhadores para que a gente tenha um potencial maior de atuação, embora tenha atuação relevante no município (*Participante 6*).

Antes de ter o sindicato municipal, a gente teve uma atuação muito importante do Sindsprev, foi na nossa greve lá de 2015. Foi uma greve muito importante que a gente teve um acampamento de quase sessenta dias em frente a prefeitura em que a gente, o próprio movimento de trabalhadores denunciou o prefeito³³ que era corrupto e esse prefeito foi destituído. A gente então fez um movimento que beneficiou o município de modo geral, foi muito importante essa atuação. A partir daí a gente teve o fortalecimento do próprio fórum e a criação do sindicato municipal. Esse sindicato vem atuando de maneira muito importante em pautas para os trabalhadores e trabalhadoras, com relação as situações de assédio, perseguição aos trabalhadores e trabalhadoras, fomentando essa organização. Vem cumprindo de alguma forma o seu papel (*Participante 7*).

³³ A participante está se referindo ao prefeito Luciano Carvalho Mota (2013-2015) que foi destituído do cargo em março de 2015, após denúncias de práticas de corrupção.

As duas entrevistadas mencionam a greve do funcionalismo público no ano de 2015 para contextualizar a atuação sindical no município de Itaguaí ao longo do tempo. Conforme o relato da *Participante 7* e dos documentos consultados, a atuação do Sindsprev – sindicato que atuava em âmbito estadual na representação dos trabalhadores da saúde e da assistência social – foi fundamental para a construção da organização coletiva dos trabalhadores na cidade. O Sindsprev substituiu o sindicato anterior que representava todos os servidores do município, contudo, não se mostrava disponível as pautas dos trabalhadores.

Deste modo, a primeira mudança sindical se deu em 2015 quando ocorreu a substituição do sindicato responsável por todos os trabalhadores do município para o Sindsprev – que permaneceu representando os trabalhadores da saúde e da assistência social até o final de 2016. A partir disso, se deu a criação do sindicato municipal próprio, o Sindseguridade, que permanece atuante na representação destes trabalhadores. Apesar do grupo pesquisado, de maneira geral, avaliar de maneira positiva a atuação do sindicato municipal, faz-se necessária a exposição da seguinte crítica sobre o momento atual da organização sindical do município:

Assim como o fórum de trabalhadores, nessa gestão, me parece ter havido uma aliança de alguns sujeitos, principalmente de algumas lideranças com o atual governo e isso é complicado, né? Eu acho que uma coisa é a gente ter diálogo outra coisa é a gente ter aliança, são coisas diferentes. A gente tem que tentar o diálogo sempre (...). O problema é que diálogo é diferente de aliança; aliança a gente se compromete, inclusive, muita das vezes tendo que defender coisas que a gente nem concorda e isso é que eu tenho visto e eu não concordo com isso. Acho que a gente dialogar não é a gente defender coisas erradas, coisas complicadas e decisões complexas do governo. E é isso que eu tenho percebido por parte do sindicato atualmente. Mesmo assim, continuo acreditando na organização coletiva sindical e não saio. E acho que a gente tem que tensionar por dentro; o sindicato somos todos nós, não é só quem está em algumas lideranças, então, é nosso papel também tensionar por dentro para que a direção seja a direção que a gente acredita (*Participante 7*).

A fala da *Participante 7* nos remete à análise de Mota (1995) acerca do surgimento do novo sindicalismo no cenário brasileiro, que dá início a prática das negociações coletivas entre sindicatos e empresas. Cabe destacar, conforme observação de Antunes (2018) que, especialmente nos países capitalistas, as reconfigurações do mundo do trabalho vêm incidindo nas representações políticas e sindicais dos trabalhadores. E neste ponto destaca as mudanças que tiveram como efeito o aumento da terceirização e o conseqüente enfraquecimento dos sindicatos, decorrente da fragmentação no interior da classe trabalhadora. Há incentivo para que a organização sindical se transforme numa espécie de parceira das grandes

empresas, desenvolvendo um sindicalismo negocial, colaborador e menos confrontacionista (ANTUNES e SILVA, 2015).

Em diálogo com esta questão, no tópico seguinte apresentamos a avaliação das entrevistadas acerca da atuação do movimento de trabalhadoras/es do SUAS do município de Itaguaí.

➤ **Avaliação acerca da atuação dos movimentos de trabalhadoras/es**

Semelhante ao argumento do tópico anterior, a questão sobre a avaliação do grupo pesquisado no que concerne à atuação dos movimentos de trabalhadoras/es do SUAS tem como objetivo a busca de subsídios para a compreensão do contexto municipal e para o estudo da memória do movimento de trabalhadores do SUAS de Itaguaí.

Apesar de não ter sido feita uma orientação prévia sobre a definição da categoria “movimentos de trabalhadores”, as respostas das entrevistadas fizeram referência ao Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí – FMTSUAS/Itaguaí. Duas entrevistadas que declararam a não participação em movimentos, comunicaram que não tinham elementos para avaliar a atuação dos movimentos de trabalhadores. E uma outra afirmou o seguinte:

Pelo que eu participei, pelos movimentos de trabalhadores do SUAS, eu acho que o FMTSUAS estava se saindo bem melhor do que o próprio sindicato. Para mim, esse sindicato não tem feito nada pela gente. Pelo menos do que eu vejo, não faz nada. Agora, o FMTSUAS pelo menos já fez várias coisas (*Participante 1*).

A entrevistada, para realizar a sua avaliação, compara a atuação do sindicato municipal a do FMTSUAS e, neste sentido, avalia positivamente a atuação do FMTSUAS/Itaguaí enquanto desqualifica a atuação do sindicato municipal. Talvez não esteja evidente para a *Participante 1* que se trata de duas organizações distintas, de naturezas diferentes. Ponderamos também que a organização coletiva no espaço sindical tenha outra complexidade, visto que os filiados contribuem financeiramente para o sindicato e por esta razão, podem não se implicar nas ações, na compreensão de que estariam transferindo a responsabilidade para aqueles/as a quem direciona a contribuição.

Dito isso, iniciamos com as falas das participantes que mencionaram a importância da participação de trabalhadoras/es no movimento: “Um movimento importante, porém, com baixa adesão por parte de servidores” (*Participante 3*);

“Considero que o movimento poderia ser mais unido, ter mais força para as ações. Porém, os próprios trabalhadores divergem nos objetivos, nas falas e na continuidade das ações” (*Participante 4*). Assim como na avaliação acerca da atuação do sindicato municipal, aparece aqui também a dificuldade de maior participação de trabalhadoras/es nos espaços de organização coletiva.

Neste ponto, resgatamos a análise de Antunes (2018) ao comparar a atuação dos sindicatos e dos movimentos sociais. Para o autor, os movimentos sociais estão mais conectados com as demandas da classe trabalhadora, contudo, apresentam dificuldade de se manter ao longo do tempo. Neste sentido, pode-se pensar que uma destas dificuldades está relacionada a adesão das trabalhadoras/es aos movimentos sociais – participação que precisa considerar que estamos no contexto de uma sociedade capitalista na qual se observa fragilidade na implementação e efetivação das políticas sociais que impactam nas condições de participação plena das trabalhadoras/es em espaços de organização coletiva. Aqui, parafraseamos Silveira (2017a) que aponta alguns obstáculos: “A frágil inserção de trabalhadores em fóruns e organizações da sociedade civil, especialmente movimentos sociais, com papel de defesa dos direitos; condições e vínculos precários de trabalho (SILVEIRA 2017a, p. 498). Apesar das complexidades que envolvem a questão, duas trabalhadoras avaliam de maneira positiva a atuação do FMTSUAS/Itaguaí:

Atuação enriquecedora e desafiadora. Foi muito rica para a construção do SUAS em Itaguaí, um processo que sofreu largo processo de desvalorização iniciado em 2014 e segue até os dias atuais, tanto em âmbito local quanto em âmbito nacional. Mas a partir do adoecimento me afastei bastante, hoje atuo de forma mais discreta (*Participante 9*).

Eu avalio como positiva porque, embora a gente tenha encontrado dificuldades e a gente tenha sobrecarregado algumas mesmas pessoas que estão sempre nessa função de articulação desses movimentos, da realização da pressão, enfim. Então, nesse sentido, até pelo contexto adverso de desmonte das políticas públicas, de acirramento das condições de trabalho, enfim, dos trabalhadores, eu avalio que a gente tem se mantido combatente. A gente tem se mantido na luta, embora com bastante dificuldade (...). Então, a gente teve alguns avanços desde que eu entrei no município, que foi no ano de 2013 (...) conquistado a partir de muita luta dos trabalhadores; a gente teve alguns ganhos, que avançaram e retrocederam, mas que a gente vem conseguindo manter de alguma forma como a garantia dos servidores efetivos na frente dos cargos de coordenação, a gente vem conseguindo manter às duras penas (...). Inclusive, foi a partir do fórum de trabalhadores que surgiu a demanda por instauração da mesa de negociação, que está previsto no SUAS, na política de gestão do trabalho e que foi implementada a partir da sugestão da colega (...) com o objetivo de pensar, melhorar e fazer a gestão do SUAS de forma dialogada, participativa (*Participante 6*).

A fala da *Participante 9* assinala a importância da atuação do FMTSUAS/Itaguaí

nas esferas local e nacional. Para ilustrar essa afirmação mencionamos, em ordem cronológica dos acontecimentos, algumas intervenções após a reativação do Fórum – ancoradas no relato das participantes e na análise documental:

- maio/2015 – Participação no processo de implementação da NOBRH/SUAS no município com as coordenações efetivas (eleitas pelos profissionais das unidades). Os critérios foram elaborados pelas trabalhadoras/es e protocolados no CMAS de Itaguaí;
- julho/2015 – Conquista de assento para o FMTSUAS/Itaguaí no CMAS de Itaguaí;
- abril/2016 – instituição do dia sete de julho como o Dia do Trabalhador do SUAS no Município de Itaguaí. E da última semana do mês de julho como a semana comemorativa do Dia do Trabalhador do SUAS (Resolução 002/2016 do CMAS-Itaguaí);
- junho/2016 – representação do FMTSUAS/Itaguaí no FETSUAS-RJ;
- janeiro/2017 – greve dos servidores iniciada devido ao atraso nos salários de dezembro, décimo terceiro, férias dos servidores (estatuários, contratados e comissionados) referentes a 2016 e outros retrocessos na Política Municipal de Assistência Social;
- maio/2017 – Leitura da carta-denúncia do FMTSUAS/Itaguaí sobre assédio moral no âmbito da Política Municipal de Assistência Social de Itaguaí no Seminário do FNTSUAS ocorrido em Fortaleza (CE);
- agosto/2017 – elaboração de Moção de Repúdio contra a precarização da Política Municipal de Assistência Social de Itaguaí, deliberada em reunião do FMTSUAS/Itaguaí e aprovada na ocasião da Conferência Municipal de Assistência Social.

Cabe destacar que elencamos as intervenções iniciais do Fórum pela questão da acessibilidade aos documentos (atas de reuniões, notas e ofícios emitidos pelo FMTSUAS/Itaguaí). Contudo, outras ações do Fórum vão aparecer ao longo do texto, mais especificamente no tópico seguinte que trata dos momentos significativos do movimento de trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí.

O discurso da *Participante 6*, além de elencar algumas conquistas da organização de trabalhadoras/es, revela a dificuldade interna dos espaços de

organização coletiva, decorrente do que foi mencionado antes acerca da baixa adesão por parte das trabalhadoras/es. Assim, um pequeno grupo fica sobrecarregado com as atividades e ações relativas ao Fórum, o que também impacta na qualidade e na quantidade das intervenções que são realizadas. Em relação a isso, outra entrevistada pondera:

Eu acho que às vezes falta generosidade nas lideranças em partilhar saberes e em escutar, porque às vezes você também aprende com o outro (...). Não só generosidade de falar o que a gente sabe, mas de fazer novos quadros, acho que isso também foi um problema, tem sido um problema (...) A gente não consegue formar novos quadros, acho que às vezes não tem mesmo, mas acho que às vezes falta generosidade de formar esses quadros, de fazer essa formação. Não de fazer essa formação, mas de manter a chama acesa da importância da gente manter essa formação, independente da coisa estar mais dialogada ou menos dialogada. Quando vem alguma situação de ataque, a gente precisa estar organizado de alguma maneira para se defender. Se a gente estiver totalmente disperso, até a gente se juntar, fica muito difícil (...). Eu aprendi muito, aprendi muito sobre articulação, mas também tenho os meus próprios posicionamentos, a gente precisa ter pensamento crítico, né? (...) A gente pode trazer novas possibilidades para isso. Quando a gente tem lideranças pouco generosas, isso fica difícil porque tudo que vem contra o que a liderança acredita, ela tenta minar e isso é um movimento que tem dificultado a organização (*Participante 7*).

Por esta razão, em vários momentos, a partir dos documentos consultados, se observa que o Fórum, entendendo a importância de trazer mais trabalhadoras/es para o movimento, busca estratégias para aproximar as trabalhadoras/es do SUAS do FMTSUAS/Itaguaí. Ainda no que diz respeito a sobrecarga de um grupo pequeno de trabalhadoras/es, o coletivo demonstra preocupação com a divisão de tarefas e, em alguns momentos, tentou estruturar melhor as suas atividades, a exemplo da tentativa em junho de 2016, da instituição de uma secretaria executiva, visando a organização administrativa do FMTSUAS/Itaguaí.

Outras entrevistadas reconhecem a importância da organização de trabalhadoras/es do SUAS, contudo, realizam críticas contundentes acerca do movimento recente de trabalhadoras/es no município citado:

Eu acho que os movimentos de trabalhadores eles fortalecem muito, mesmo que a gente consiga poucos pleitos. A importância de a gente estar organizado, a gente saber que as coisas não estão individualizadas, ser algo mais coletivo, mais plural (...) da gente pensar nas nossas pautas mais amplas, mais coletivas, para todos. E aí quando a gente está num momento que os trabalhadores foram meio que, de certa forma, desfocados do coletivo para obter coisas individuais, seja ele com dinheiro, com grana, com pecúnia ou “n” outros benefícios individuais, eu consigo perceber que isso dispersa um pouco os avanços de coisas para todos. E isso é complicado quando a gente vem numa batida de gestões que negam direitos, que tiram o direito de todos. Aí chega um momento onde a gestão vai pegando um ou outro, aqueles que são mais da briga e vão colocando num cantinho (...) aí você vai tirando aquelas peças mais do embate, né? Tira da coisa mais coletiva para

as coisas mais individuais (...) a gente dá uma estagnada nos avanços dos direitos de trabalhadores (*Participante 2*).

É importante dizer, em relação ao movimento dos trabalhadores do SUAS é que ele foi muito importante no município de Itaguaí, ele se fortaleceu muito, principalmente de 2015 até 2017, 2018, ele foi muito forte, fundamental para a construção de diversas pautas, de diversos direitos, uma pauta mais ampla, que não era tão corporativista, tinha uma perspectiva muito mais crítica em relação a política pública. E aí, por algum motivo, teve uma aliança aí desses trabalhadores com o atual governo e isso, na minha opinião, tem prejudicado as pautas da política pública, sabe? Mas é isso, é importante reconhecer que o fórum foi muito importante, a mobilização de trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, para a conquista de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e usuários e usuárias (*Participante 7*).

Apesar de reconhecerem a importância do movimento de trabalhadoras/es e, especialmente, da importância do FMTSUAS/Itaguaí para a defesa da Política de Assistência Social, das trabalhadoras/es e de usuárias/os, analisam com preocupação a observação daquilo que denominam como prática de cooptação de trabalhadoras/es do SUAS pela gestão da SMAS. Para melhor compreensão da questão, transcrevemos um longo trecho do discurso de ambas as entrevistadas:

Eu avalio que a gente tem se fortalecido no coletivo nacionalmente, como movimento dos trabalhadores do SUAS, os fóruns têm se fortalecido. Acho que na pandemia se fortaleceram bastante (...) acho que se fortaleceu numa medida e acho que em outra medida, essa disputa por concepções e por práticas na assistência social tem trazido algumas estratégias que já aconteceram inclusive em governos progressistas... de ter uma tática importante, que é a cooptação. Então, eu acho que em alguns espaços tem havido táticas de gestores e gestoras de produzir cooptação de trabalhadores e trabalhadoras oferecendo algumas regalias ou oferecendo alguma coisa a mais, um adicional de mérito ou alguma coisa nesse sentido para que essas pessoas reivindiquem o mínimo possível e pareçam estar ao lado desse gestor, dessa gestora que traz o capital político pra esse sujeito também (...) Não sendo diferente de nenhum outro movimento (...) eu percebo hoje que o fórum municipal de Itaguaí vive um processo de cooptação de alguns atores, de alguns sujeitos, sim. Eu percebo que nesse momento tem tido pautas muito pontuais, que não são de defesas de uma perspectiva de SUAS, sabe? São pautas de grupos pequenos, tem uma pauta de interesse, geralmente envolvendo salário ou adicional (...)aí a luta pela política pública, a luta maior, que eu acho que tem que ser essa a perspectiva, acaba estando em segundo plano (...). Eu acho que está dando certo essa lógica que eu percebo de tentativa de cooptação; as pessoas têm arrefecido cada vez mais. É obvio que está tendo algum diálogo, mas mesmo em tempo de diálogo (...) você pode convocar esse gestor e gestora para lutar pela política pública, pelo SUAS que a gente acredita, como um direito. Não é dessa maneira que eu vejo, quando mexe com o sujeito, com os trabalhadores na sua perspectiva corporativista, há uma reação. Mas quando mexem com a política... eu tenho visto, por exemplo, um aumento das ações sociais, um aumento dessa perspectiva muito complicada, imediatista, que não é de uma garantia de direitos e eu não vejo uma reação tão contundente em relação a essa questão. Acho que as conquistas vêm ruindo e não tem sido motivo de lutas tão contundentes; mas de grupos muito isolados que, muitas das vezes são até vistos de maneira meio torta por aqueles/aquelas que acham que é momento de diálogo, que não é hora de nenhum tipo de reivindicação (*Participante 7*).

Hoje a gente ainda tem um trabalhador na representação do conselho e eu acho que são ganhos (...). Do jeito que nós estamos hoje, por exemplo, a pessoa não diz que quer barrar os nossos direitos. Em compensação, ela também não concede para todos e aí vai nesse movimento de “esse aqui é do frente, vou tentar, toma aqui, toma esse cala a boca aqui”. Mais ou menos isso. E aí vai tirando as peças de xadrez que estão mais à frente, vai calando com pequenas benesses, pequenos benefícios individuais e enfraquece a força coletiva. Eu falo muito da questão das cessões para os espaços. Que tem colegas que tentam, inclusive tem pedidos para serem cedidos para outros lugares, mas por alguma questão, ou porque a pessoa não reza na mesma cartilha ou porque ele não consegue essa cessão, dizendo que não tem disponibilidade para sair. Em compensação, outro colega da mesma secretaria (...) por estar fazendo tudo conforme a gestão pede, ela consegue essa cessão para outro lugar. Então, quais são os critérios de fato? Ah é meu amigo, é bonzinho, faz tudo que eu quero, consegue (*Participante 2*).

Em acordo com a fala das entrevistadas, compreendemos a cooptação como uma estratégia da gestão da SMAS para enfraquecer os espaços de organização de trabalhadoras/es do SUAS a partir da oferta de benefícios de maneira individual e personalizada. Quando abordamos, no tópico anterior, o surgimento de um sindicalismo menos combativo, de negociação, entendemos que, apesar de estarmos nos referindo a matérias diferentes – movimento sindical e movimento social – nos referimos a práticas que podem estar associadas, ambas visando a diminuição das reivindicações e das ações de resistência por parte do coletivo de trabalhadoras/es do SUAS. O novo sindicalismo guarda como uma de suas características a prática negocial, a exemplo do ocorrido no governo Lula (2003-2010), conforme análise de Antunes e Silva (2015):

A fértil engenharia da cooptação do governo Lula deslançava vigorosamente: as centrais sindicais passaram a receber verbas estatais oriundas do FAT e, ao final da década de 2000, o governo, ampliando significativamente essa engenharia da cooptação, acentuava o controle estatal sobre os sindicatos (...). O sindicalismo de estado começava a ressuscitar, agora adicionado de um forte componente de proposição e negociação (ANTUNES e SILVA, 2015. p. 525).

Assim, pode-se dizer que, da mesma forma, a prática da cooptação no âmbito do SUAS em Itaguaí também teria como finalidade o exercício de algum controle sobre o movimento de trabalhadoras/es. Nesta perspectiva, Antunes (2018) contribui com a sua análise de que a lógica capitalista que rege os processos produtivos vem “gerando uma dissociabilidade destrutiva no espaço de trabalho que procura dilapidar todos os laços de solidariedade e de ação coletiva, individualizando as relações de trabalho em todos os espaços onde essa pragmática for possível” (ANTUNES, 2018, p. 105).

Desta forma, pode-se dizer que, embora o FMTSUAS/Itaguaí esteja passando por um momento complexo devido a forma como a gestão da SMAS está se

comportando em relação aos profissionais, ainda é considerado como movimento de trabalhadoras/es do SUAS de extrema relevância tendo em vista as conquistas apontadas que reverberam, inclusive, em âmbito estadual, a exemplo da atuação do FMTSUAS/Itaguaí no FETSUAS-RJ. A seguir, apresentamos o último tópico do roteiro de entrevista que versa sobre o início e os momentos significativos do movimento de trabalhadores do SUAS de Itaguaí.

➤ **Momentos significativos do Movimento de Trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí**

Esta questão pretende evocar a memória do movimento de trabalhadoras/es do SUAS do município de Itaguaí a partir da análise dos dados referentes ao início e momentos significativos do movimento de trabalhadoras/es do SUAS do município de Itaguaí sob a ótica do grupo pesquisado. Para melhor compreensão do leitor, a apresentação dos dados referentes aos momentos significativos tentará seguir a ordem cronológica dos eventos. Assim como na questão anterior, as duas entrevistadas que declararam não participarem de movimentos de trabalhadoras/es do SUAS informaram desconhecer o início do movimento.

Mais uma vez, o grupo pesquisado apresentou a tendência a relacionar o termo “movimento de trabalhadoras/es do SUAS” ao FMTSUAS/Itaguaí, embora uma participante cite conquistas relacionadas ao sindicato municipal:

Desde então, nós temos tentado nesses sete anos, a gente tem tentado se reunir, a gente tem tentado buscar coisas que a gente consiga, assim que seja pautado, né? Tanto nos direitos como a gente já se organizou tanto quanto no sindicato, quando houve uma questão da perícia médica. A gente enquanto sindicato, a gente conseguiu se articular com a Comissão de Trabalho da Alerj, a gente conseguiu fazer audiência pública sobre a questão das perícias, sobre a saúde do trabalhador³⁴ (*Participante 2*).

A *Participante 2* menciona uma conquista importante no que concerne ao direito do servidor licenciado por questões de saúde. Na ocasião da realização da Audiência Pública no município, servidores estavam sendo prejudicados, pois realizavam a perícia médica e aguardavam o resultado. Quando este era negativo, o servidor ficava com as faltas, sendo descontado os dias em que estivera aguardando o resultado da perícia. Com isso, servidores adoecidos ainda sofriam dano financeiro quando do seu

³⁴ A participante se refere à Audiência Pública realizada no município de Itaguaí em agosto de 2018 para apurar irregularidades no setor de perícia médica do município (CAMPOS e DA MATTA, 2018).

pagamento mensal. Neste ponto, observa-se a importância da organização coletiva e da articulação intersetorial para viabilizar a reivindicação de direitos.

No que concerne ao início do movimento de trabalhadores – ressaltando que as entrevistadas se referiram ao FMTSUAS/Itaguaí – a maioria não soube informar com precisão (já que não havia participado da fundação do Fórum) aparecendo, assim, dados divergentes nos relatos das entrevistadas:

Acho que foi há uns 4, 5 anos atrás (*Participante 1*).

O início do movimento dos trabalhadores...não que eu tenha participado, mas os colegas comentaram da retomada desse movimento. Em 2012 que ele iniciou e depois teve uma parada. Nós retomamos em 2015 (*Participante 2*).

Em 2015 no final da greve começou a construção do fórum dos trabalhadores do SUAS e de lá para cá todas as categorias começaram a ter voz (*Participante 3*).

Tive conhecimento do movimento em 2014. Considero um marco de luta e atuação, quando os servidores tiveram os direitos congelados no governo do Prefeito Charlinho. E desde então, a luta continua com muito o que fazer e debater (*Participante 4*).

Sobre o início do movimento de trabalhadores no município de Itaguaí eu não sei precisar porque eu cheguei no município no ano de 2013 e o que eu sei é que o fórum, ele tinha sido instituído já, mas ele não estava em funcionamento. A gente não tinha sindicato que representasse os trabalhadores. Quer dizer, a gente tinha um sindicato geral municipal, mas que de fato não tinha atuação com nenhuma categoria profissional, nem setores, saúde, assistência, previdência, porque eles funcionam quase que como um plano de saúde. Também não tinha mesa de negociação, mas... enfim... a gente reativou o fórum de trabalhadores no ano de 2015 (*Participante 6*).

Então, eu acho que o fórum já existe desde 2012, 2013 se não me engano. Já existe há um tempo, mas eu entendo que ele não era, não tinha uma força muito grande, até porque tinha pouco servidor na assistência. E aí, em 2012 começa a chegar mais servidores, além dos poucos que já havia. A gente acho que aí já começa, talvez, a ter as condições ótimas para que esse fórum, que esse movimento se fortaleça (*Participante 7*).

Com a finalidade de entender o processo histórico do movimento de trabalhadoras/es fez-se necessária a busca de pessoas mais antigas no município e participantes de movimentos, além da análise de documentos, tais como atas de reuniões, regimento interno e outros. Assim, uma entrevistada fez a seguinte elucidação:

Iniciamos as discussões em 2009, reuniões. Éramos na maioria profissionais contratados. Discutíamos o quanto era difícil uma gestão de política pública se estabelecer sem profissionais estatutários. Iniciamos com a bandeira de realização de concurso público em Itaguaí, visto que o último havia acontecido em 2003. Ainda que esse pleito colocasse em xeque nossa precarização de trabalho, mas nos reunimos e montamos uma turma para estudar para o concurso quando esse abriu, como iniciativa do Fórum com apoio da Gestão da SMAS à época (*Participante 9*).

Em relação a isso, Silva (2017) afirma que em 2009 foi realizado um trabalho na SMAS Itaguaí para envolver as equipes e os usuários na Conferência Municipal de Assistência Social que teve como tema geral *Participação e Controle Social no SUAS*. Uma das deliberações desta conferência foi a regulamentação do FMTSUAS/Itaguaí.

Cabe destacar que o coletivo de trabalhadoras/es do SUAS se reunia de maneira informal, contudo, estavam se mobilizando em defesa do concurso público e contra as violações de direitos trabalhistas as quais os profissionais (especialmente os de vínculo frágil) estavam submetidos na SMAS. Desta forma, não localizamos documentos desta época³⁵, diante da ausência de registro oficial das reuniões do Fórum. Entretanto, a *Participante 9*, na tentativa de rememoração e, aqui, se destaca que “com a rememoração, enfatiza-se o retorno à consciência despertada de um acontecimento reconhecido como tendo ocorrido antes do momento em que esta declara tê-lo sentido, percebido, sabido” (RICOUER, 2007, p. 73), mantém a historicidade do relato:

O FMTSUAS foi oficializado...não lembro a data...juntamente com a VIII Conferência Municipal de Assistência Social. Discutíamos no fórum sobre a precarização do trabalho no SUAS e propúnhamos a formatação da Política de Assistência Social conforme as normativas, com sistema de informação, estatutários na administração e coordenação dos serviços, com o pleito para a continuidade dos serviços e não precarização dos mesmos. Muitas coisas conquistamos até 2012, o SIMPAS (Sistema de Informação Municipal da Política de Assistência Social em Itaguaí). Mas, a partir de 2014 muitas coisas começaram a ser desconsideradas na gestão em Itaguaí. Discutíamos o Plano de Cargos e Carreiras que foi aprovado em 2011/2012 e reformulado em 2014, mas ainda com pontos para ser atualizado e melhorado, porém sem a devida adesão desde 2014, pela gestão municipal e Câmara de Vereadores (*Participante 9*).

A VIII Conferência Municipal de Assistência Social de Itaguaí realizada no ano de 2011 teve como tema: *A Consolidação do SUAS e a Valorização dos seus Trabalhadores no Município de Itaguaí*. A regulamentação do FMTSUAS/Itaguaí ter ocorrido neste importante espaço de controle social torna-se bastante simbólico e representativo. Cabe destacar que 2011 foi o ano em que aconteceu o concurso público e, então, gradativamente, novos servidores começaram a ser convocados para atuar na SMAS. Uma das entrevistadas relata esse cenário:

Assim...na prefeitura em que nós somos profissionais efetivos, a gente não tem tanto a precariedade do vínculo, a questão do salário, embora quando a gente tenha iniciado, o momento que eu entrei e muitos outros efetivos, a gente tinha um salário muito baixo. Esse movimento da chegada de um monte de efetivo deu para a gente algumas condições no sentido da organização do

³⁵ Não localizamos as atas das reuniões realizadas em 2009, todavia, as atas das primeiras reuniões de reconstrução do Fórum no ano de 2015, se referiam aos primórdios do FMTSUAS/Itaguaí.

trabalho, do planejamento. Depois de um tempo a gente conseguiu o plano de cargos e salários, então, o salário melhorou, o plano de cargos e salários garantiu os benefícios. Então, nesse sentido, as condições, vamos dizer assim, salariais e econômicas, para o profissional, elas melhoraram muito. A custa de muita luta, de uma greve de um ano. Mas as condições para os serviços, elas continuavam as mesmas. A gente via precariedade tanto nos equipamentos fisicamente, equipamentos inadequados para o trabalho quanto a falta de recursos para comprar coisas, para fazer reparos, fazer consertos (*Participante 10*).

Coadunamos com a fala das participantes acerca da importância da defesa de concurso público que possibilita tanto a oferta dos serviços socioassistenciais de qualidade quanto a própria defesa de melhores condições de trabalho, incluindo as condições salariais. Aqui destaca-se que, conforme a concepção de Berwig (2018) o trabalho no SUAS segue a mesma lógica do mundo do trabalho em escala nacional, com as características de terceirização, precarização e fragilização das relações trabalhistas. Também no contexto do funcionalismo público, a terceirização se torna um elemento estratégico para a redução de custos e das rebeldias possíveis (ANTUNES, 2012).

Diante disso, Rossin (2014) afirma a urgência da luta por concurso público no SUAS, tendo em vista a estabilidade e a segurança dos vínculos empregatícios pois, com a garantia de condições de trabalho, a Assistência Social pode superar as práticas voluntaristas e ofertar serviços de maneira mais qualificada. Contribuindo para o debate e para a compreensão do cenário municipal, Silva (2017) analisa que as atividades do Fórum iniciados em 2009 foram paralisados, principalmente, em função da fragilidade dos vínculos trabalhistas na rede socioassistencial em Itaguaí. Desta forma, observa-se que a chegada de novos servidores efetivos possibilitou o fortalecimento da organização de trabalhadoras/es no município, a exemplo da luta pela aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

A partir do relato da *Participante 9*, nota-se que o FMTSUAS se mobilizou para a discussão e aprovação do PCCS, entre os anos de 2011 e 2012. Após esse período parece ter havido certo silenciamento dos trabalhadores do SUAS. Ressaltamos que no cenário municipal contava-se com a chegada de um novo prefeito, após findado os oito anos do governo de Carlo Bussato (2004-2012), mais conhecido como Charlinho. O governo de Luciano Mota (2013-2015)³⁶ ficou marcado por crises e escândalos de

³⁶ Após ser acusado de corrupção e desvio de dinheiro, Luciano Mota teve o mandato cassado pelo pagamento de propina a vereadores em troca de apoio político. Em 2014, já havia sido acusado de desviar verbas dos

corrupção que tiveram como desfecho a sua cassação e a consequente condução do seu vice, Wesley Pereira (2015-2016) ao cargo de prefeito da cidade.

Deste modo, pode-se dizer que o silenciamento dos trabalhadores do SUAS permaneceu até o ano de 2014 quando apesar da aprovação do PCCS em dezembro de 2014, não houve o pagamento do mesmo por parte da prefeitura. Em relação a isso, Rossi (2010) elucida que assim como a censura, o apagamento e as ocultações, o silenciamento também se trata de operação de esquecimento que se configura como uma forma de assassinato da memória com a intenção de violar o que determinada memória conserva. Assim, o silenciamento do movimento de trabalhadores/es do SUAS revela a pretensão do poder político de exercer controle, inclusive sobre os processos de lembrança e de esquecimento. Portanto, se aqueles que representam as culturas minoritárias não investirem na preservação dessas memórias, elas tendem a ser silenciadas, tendo em vista que: “A história dos trabalhadores ou dos dominados, ela nunca é a grande história, não vai ser proclamada aos ventos” (LOPES, 2016. p. 27). Diante disso, analisamos a importância da preservação da memória dessas lutas para o coletivo dos trabalhadores, pois:

A memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1990, p. 410).

Assim, reafirmamos a importância deste estudo na medida em que contribui para a re(construção) das memórias do movimento de trabalhadoras/es do SUAS, apontando, inclusive, os momentos de silenciamento. Dando continuidade ao processo de reconstrução dessas memórias que, em alguns momentos, partem apenas da memória oral, o não pagamento do PCCS gera um sentimento de insatisfação que culmina na greve do funcionalismo público de Itaguaí, conforme apontado por Silva (2017). Acontecimento apontado como um dos momentos significativos do movimento de trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí³⁷: “E sobre momentos significativos, a gente teve a própria reativação do fórum, que foi após o período de greve e acampamento na prefeitura de Itaguaí durante três meses, em

royalties do petróleo e do Sistema Único de Saúde (SUS), ficando conhecido como o “prefeito da Ferrari amarela” que virou símbolo da corrupção de seu governo (BRASIL, A.; RECORD, R, 2015).

³⁷ A reativação do Fórum está noticiada no site do FMTSUAS/Itaguaí, na aba referente a Memórias e Histórias do FMTSUAS/Itaguaí, disponível em:

<https://fmtsuasitaguai.wixsite.com/assistenciasocial/post/o-f%C3%B3rum-foi-reativado-a-partir-de-uma-greve-hist%C3%B3rica>. Acesso em 08 de janeiro de 2023.

função da suspensão da aplicação do nosso plano de cargos e salários” (*Participante 6*). Cabe destacar que a greve é elencada como significativa também para uma entrevistada que não participa de movimentos: “Só me recordo quando o sindicato lutou por melhores condições de salário para os funcionários que durou alguns meses em frente a prefeitura e a Câmara” (*Participante 8*). Outra entrevistada descreve mais detalhadamente o processo da greve e do acampamento na prefeitura, explicitando o quanto esse momento fortaleceu o movimento de trabalhadores do SUAS de Itaguaí. Considerando a importância deste relato, transcrevemos um trecho longo do seu discurso:

A gente tem aí em 2014/2015, final de 2014, começa a perspectiva de ter um plano de cargos que não anda (...) que não é implementado. E aí, é importante de dizer isso, mexeu nas condições de subsistência das pessoas acho que isso é um apelo muito grande para que as pessoas se organizem, né? Sem hipocrisia nenhuma, sem fantasiar o movimento. E aí diante dessa perspectiva de ter essa aprovação do plano, a gente tem a chegada de um ator muito importante, que é o Sindsprev no município, na pessoa da própria Chris Gerardo, que é uma pessoa superimportante para esse momento (...). A gente já estava um pouco organizado, por isso, a Chris chega também, porque a gente já estava começando a se organizar, mas eu acho que ela traz questões como planejamento, metodologia e isso é muito importante (...). Acho que aí a gente começa realmente a ver como a gente teve ganhos com a greve e tudo mais. Eu acho que isso também favorece a continuidade das reivindicações; e acho que aí se fortalece o movimento de trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, mais por conta disso, porque a gente teve uma vitória. A vitória, ela nos fortalece e aí as pessoas viram que era possível. E aí a gente entende a importância de a gente estar sempre organizado. Acho que aí começa esse movimento dos trabalhadores (...). Enfim, dormi no acampamento, a gente esteve lá e viu essa força crescer, das pessoas se sentirem esperançosas com a mobilização. Acho que a esperança é importante, o acolhimento e eu acho que isso também vem desse planejamento que a gente foi aprendendo a fazer, dessas articulações que a gente foi aprendendo a fazer. A gente aprendeu isso ali. Muitos de nós éramos, a maioria de nós era jovem, tinha gente que era o primeiro emprego, enfim, e que aprenderam ali, fazendo. Aprendendo com esse planejamento, acho que foi muito importante (*Participante 7*).

O ano de 2015 se revelou bastante significativo para o movimento dos trabalhadores do SUAS em Itaguaí e a reativação do Fórum após a greve é um marco do fortalecimento coletivo. Os documentos consultados apontam que a primeira reunião oficial do FMTSUAS/Itaguaí se deu em abril de 2015. Nesta ocasião, de acordo com Silva (2017), os trabalhos do Fórum estavam direcionados a elaboração de critérios técnicos a serem observados pelos gestores do município e da Política de Assistência Social acerca da coordenação de unidades bem como dos cargos de direção do SUAS “uma vez que ao trocar o gestor da pasta, parava-se tudo e reiniciava os trabalhos sem atenção à continuidade – fator que muito contribuiu para a

descontinuidade dos serviços e para a precarização da rede” (SILVA, 2017, p. 100). Esta afirmação é corroborada pela análise de documentos que apontam o debate a respeito da ocupação de cargos de coordenação por servidores efetivos, em acordo com o disposto na NOBRH/SUAS, conquista apontada pelas entrevistadas como um dos momentos significativos do movimento:

A gente tem problemas relacionais, embora a gente tenha tido alguns avanços com a questão do diálogo através da mesa de negociação, através do sindicato. Mas que a gente vem conseguindo manter de alguma forma como a garantia dos servidores efetivos na frente dos cargos de coordenação, a gente vem conseguindo manter às duras penas (*Participante 6*).

A gente poder eleger as nossas coordenações, isso rebate não só nos trabalhadores, mas nos usuários também, da gente ter coordenações dentro do padrão, do que é preconizado, que é muito importante, qualifica o trabalho” (*Participante 7*).

O processo de transição das coordenações se estendeu até fevereiro de 2016, quando o coletivo comemora o seguinte êxito: “todas as coordenações dos equipamentos já estão ocupadas por servidores efetivos, conquista realizada pelo movimento e organização dos trabalhadores que precisa ser garantida em forma de legislação, para que não esteja sujeita a alterações de outros governantes, especialmente considerando que teremos novas eleições este ano” (FMTSUAS/Itaguaí, 2016, s/n^o). O debate acerca desta questão resultou na deliberação de protocolar no CMAS-Itaguaí os critérios para a ocupação de cargos de coordenação das unidades da rede socioassistencial.

Retomando a historicidade do texto, destacamos que no mês de abril de 2015, o FMTSUAS/Itaguaí delibera pelo encaminhamento de proposta de mudança de lei para que o Fórum tenha representação no CMAS-Itaguaí, o que foi logrado em julho de 2015, conquista mencionada por uma entrevistada:

Enquanto fórum, nós conseguimos alguns trabalhadores nos seus respectivos conselhos ser exemplo de práxis (...). A gente conseguiu colocar os trabalhadores dentro dos conselhos de direitos, dentro dos conselhos de controle social da Política de Assistência Social. A gente conseguiu colocar um representante dos trabalhadores ali dentro, esse representante chegou na presidência do conselho (...). Inclusive, eu cheguei nesse espaço do conselho, que é um espaço onde o trabalhador ainda tem uma vaga que não está tão paritária com a sociedade civil de um modo geral, porque as entidades acabam tendo mais espaço. Acho que é uma coisa que a gente ainda precisa enquanto coletivo de trabalhadores pensar como a gente vai garantir essa paridade nos espaços de representação do controle social, no caso dos conselhos e nos conselhos de direito (*Participante 2*).

A *Participante 2* aponta o assento no CMAS-Itaguaí como conquista importante, contudo, assinala o desafio de composição num espaço no qual a paridade no âmbito da sociedade civil se torna complexa, tendo em vista a maior ocupação das cadeiras do CMAS por entidades. Neste ponto, precisa-se considerar a natureza contraditória do Estado capitalista, dos direitos sociais e das políticas públicas que impacta na participação de grupos sociais e coletivos nos espaços democráticos de controle e outras instâncias de participação social. Em relação a isso, Silveira (2017a) reconhece a importância das normativas e das legislações, todavia, as considera insuficientes se não estiverem associadas a práticas deliberativas e autônomas que possibilitem maior capacidade emancipatória – elementos indissociáveis na luta pelo exercício da plena cidadania e dignidade humana. E, neste sentido, reafirma a importância e a força dos movimentos sociais e de outras formas de resistência para a luta em defesa da garantia (e manutenção de direitos afiançados) e a favor da própria democracia. Cabe destacar que, no ínterim da conquista do assento no CMAS, ainda se fez necessária a realização de elucidação acerca da retomada e da legitimidade do Fórum:

A retomada do fórum foi uma estratégia de reunir os trabalhadores do SUAS para pensar a retomada dos trabalhos na Assistência Social após o período de greve, motivados pela necessidade de garantias quanto a qualidade e seriedade dos gestores municipais para a pasta em questão, visto as situações de desmando e desrespeito com a gestão pública do Prefeito Luciano Mota (...), que atingiu diretamente a efetivação dos serviços da rede de Proteção Social Básica e Especial da Assistência Social (acarretando a desestruturação da rede de serviços) e também das demais políticas setoriais. (FMTSUAS/Itaguaí, 2015, s/nº).

Consideramos relevante explicitar que a retomada do FMTSUAS/Itaguaí se deu em consonância com a X Conferência Nacional de Assistência Social realizada em 2015 com o tema *O SUAS que temos, o SUAS que queremos*, na qual se destacou a participação da sociedade civil, em especial, do segmento de usuários. De acordo com Silva (2018) se observa neste período maior incidência dos fóruns estaduais e municipais de usuários, o que fortalece, de maneira geral, a organização de movimentos de reivindicação de direitos sociais.

Na perspectiva do movimento de trabalhadores do SUAS de Itaguaí, pode-se afirmar que o ano de 2016 se inicia com êxito diante da concretização da ocupação de cargos de coordenação por servidores efetivos, uma conquista do FMTSUAS/Itaguaí, conforme já assinalamos. Entretanto, a cassação do prefeito Luciano Mota (2013-2015) desencadeou uma crise que não apenas prejudicou as atividades do Fórum, a exemplo dos trabalhos da comissão de defesa do fim dos

adicionais de méritos sem critérios (Silva 2017), mas também culminou no não pagamento dos servidores no final de 2016, acentuando o cenário de crise municipal:

Tivemos outros momentos importantes, no final de 2016, de também ocupação da prefeitura em função de atraso de salário. Outra greve dos trabalhadores. A gente teve em 2017 uma greve histórica com mais de um ano, quase dois anos de greve, ainda em função de atraso de salário e também por questão de assédio, falta de diálogo (*Participante 6*).

Acho que nesse movimento lá atrás, essa greve, o movimento dos trabalhadores do SUAS, as conquistas, a galera muito junto, até quando entra o governo Charlinho que quer desmontar completamente, massacrar a gente. A gente teve lá uma reunião do fórum de trabalhadores e trabalhadoras que foi bastante gente na época. A própria secretária de assistência da época em 2017, a Maria Izabel, tenta abrir um processo administrativo contra nós, por estarmos reivindicando os nossos direitos. Isso é arquivado obviamente porque ela faz com base, inclusive, em argumentos ilegais, dizendo que a gente estava fazendo coisas que a gente não estava fazendo e no local tinha câmeras (...) as câmeras simplesmente sumiram (risos), esse tipo de coisa. Então, assim, a gente ainda tinha ali uma fagulha grande ... foi se enfraquecendo também. Os ataques que o governo Charlinho fez também desanimaram muita gente. Muita gente se sentiu desprotegida, desanimada, porque é isso, né? Quando a gente tem a vitória, as pessoas se animam. A gente nem sempre vai vencer e muita gente sofrendo assédio, muita gente sofrendo perseguição e as pessoas desanimam (*Participante 7*).

A *Participante 6* menciona a greve iniciada em janeiro de 2017 em decorrência de atraso de salário e outras questões, conforme trecho da ata da reunião do FMTSUAS/Itaguaí de 02 de fevereiro de 2017:

Informes da greve vigente desde o dia 16 de janeiro de 2017 pelo atraso nos salários de dezembro, décimo terceiro, férias dos servidores (estatuários, contratados e comissionados) referentes à 2016, do dissídio referente à 2017 e outros retrocessos na Política Municipal de Assistência Social, como o descumprimento dos critérios para ocupação dos cargos de gestão conforme prevê a NOB-RH/SUAS pactuado entre gestão anterior e trabalhadores e devidamente protocolado ao CMAS. Se concretizado a violação dos critérios seja comunicado ao CRESS o ocorrido no município, sob a perspectiva de uma caracterização de um processo de desconstrução do SUAS em Itaguaí, visto as contradições impostas pela gestão municipal. Ao mesmo tempo que decreta calamidade financeira e não paga os salários atrasados e direitos trabalhistas, sanciona Lei com aumento para o alto escalão do governo e reforma a prefeitura que aliás possui condição de trabalho infinitamente superior à que os trabalhadores são submetidos nas unidades. Os trabalhadores apontaram as situações de Assédio Moral nas transferências sem devidas justificativas. Imoralidade das transferências dos servidores mais ativos na greve municipal (FMTSUAS/Itaguaí, 2017a, s/nº).

Conforme apontado por uma entrevistada anteriormente, a ocupação de servidores efetivos em cargos de coordenação no âmbito do SUAS tem sido mantida “às duras penas” no município de Itaguaí. Em outras palavras, é uma conquista resultante da organização coletiva de trabalhadores e que precisa ser reafirmada para que não seja alvo de retrocesso nos diferentes governos municipais – a despeito do

cenário contemporâneo de destruição dos direitos de trabalhadoras/es que foram historicamente conquistados e alicerçados nas lutas da classe trabalhadora e vem sendo gradativamente desmontados se observarmos, por exemplo, as contrarreformas trabalhista e da previdência.

As entrevistadas mencionam ainda a questão do assédio como mais um elemento mobilizador da greve dos servidores. Neste sentido, a *Participante 7* aponta que o assédio era exercido até mesmo pela Secretária de Assistência Social, tanto na questão das transferências arbitrárias quanto na tentativa de instauração de PADs (Processo Administrativo Disciplinar) aos servidores mais atuantes na greve municipal. Cabe ressaltar que a reunião do FMTSUAS/Itaguaí que inaugurou os debates sobre assédio moral também apontou a necessidade de explicitação acerca da retomada do Fórum: “a retomada das reuniões do FMTSUAS ocorreu num momento de greve de servidores municipais, em que uma identidade e necessidade de fortalecimento da pauta de trabalhadoras/es da Assistência Social se mostrava urgente” (FMTSUAS/Itaguaí, 2017b, s/nº). Observa-se aqui a busca de legitimidade do movimento, tendo em vista que as ações por parte da gestão da SMAS, de alguma forma, tentavam criminalizar o movimento de trabalhadoras/es, análise que coaduna com o posicionamento do coletivo em reunião ordinária do Fórum realizada em junho de 2017: “Foi destacada a questão dos processos como uma forma de assédio moral no serviço público. Avaliação de que está havendo a criminalização do movimento dos/as trabalhadoras/es” (FMTSUAS, 2017c, s/nº).

O relato da *Participante 7* aponta também a participação da Secretária de Assistência Social na reunião do Fórum o que seria, no mínimo, inadequado. E isto porque a mera presença de gestores pode causar constrangimento aos trabalhadores. Ademais, se consultarmos o regimento interno do FETSUAS-RJ é possível constatar restrição no que concerne à participação de gestores como representação de trabalhadoras/es, tendo em vista o Parágrafo Único, do Capítulo que versa sobre a composição do FETSUAS-RJ:

Conforme a Resolução CNAS 06/2015, a representação dos(as) trabalhadores(as) deve ser distinta e autônoma em relação aos demais segmentos que participam do controle social, e profissionais com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUAS, que pela própria natureza da função representa os(as) gestores(as) públicos(as) ou organizações e entidades de assistência social, não podem ser representantes dos(as) trabalhadores(as). (FETSUAS-RJ, 2020b, s/nº).

Apesar disso, no município de Itaguaí essa restrição não se aplica. É comum trabalhadoras/es que estão em cargo de direção e coordenação participarem das reuniões do Fórum. Por vezes, afirmam que estão ali, naquele espaço de organização coletiva como trabalhadoras/es do SUAS.

A partir dos relatos e da análise dos documentos consultados, pode-se afirmar que a crise político-econômica municipal que culminou na greve dos servidores acentuou a tensão entre trabalhadores e a gestão da SMAS. Uma entrevistada aponta como momento significativo uma situação que revela mais um aspecto dessa tensão:

A gente teve uma conferência, a gente aprovou algumas moções, inclusive, nossa moção de repúdio foi furtada numa conferência (risos) e a gente conseguiu tornar isso público, com uma mobilização de grande parte da plenária para a assinatura de uma nova moção (*Participante 6*).

Este acontecimento também foi pautado na reunião do Fórum, visto que a elaboração da moção sobre precarização havia sido previamente deliberada pelo coletivo de trabalhadoras/es. E, após, a referida conferência – Conferência Municipal de Assistência Social de Itaguaí que teve como tema geral *Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS* – por conta do “sumiço” das duas moções: a moção de repúdio sobre precarização proposta pelo FMTSUAS/Itaguaí e outra moção que solicitava a retirada de sanções contra servidores que estavam em luta contra a violação de seus direitos.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o ano de 2017 foi intenso no que diz respeito às tensões existentes e à mobilização de trabalhadoras/es do SUAS em defesa da Política de Assistência Social. Em relação aos anos seguintes (entre 2018 e 2020, antes da pandemia) as entrevistadas não relataram momentos significativos e não houve consulta aos documentos desse período.

Embora não tenha surgido no discurso das entrevistadas questões referentes ao trabalho no SUAS no contexto da pandemia, ressaltamos que logo no início do decreto de emergência da pandemia da COVID-19 no estado do Rio de Janeiro, o Fórum (nos referimos ao FMTSUAS/Itaguaí, mas tanto o fórum estadual quanto o fórum nacional de trabalhadoras/es do SUAS realizaram ações no sentido da garantia de direitos e da preservação das vidas de trabalhadoras/es e usuárias/os dos serviços da rede socioassistencial) começou a cobrar intervenções da gestão da SMAS no sentido de traçar estratégias que aliassem a oferta de proteção social e a preservação das vidas. Em reunião por videoconferência realizada em 28/03/2020, o coletivo deliberou pelo posicionamento do FMTSUAS/Itaguaí sobre o trabalho no SUAS no

contexto da pandemia COVID-19. Esta deliberação resultou na elaboração de uma nota enviada a SMAS que, conforme trecho transcrito, tinha a seguinte intencionalidade:

Nesse sentido, este posicionamento não é uma tentativa de expor a gestão e as deficiências de infraestrutura e recursos humanos já conhecidas, mas de nos colocar disponíveis para o diálogo e para construção de propostas de atuação diante do cenário novo e caótico que estamos vivenciando (...). Por fim, reafirmamos o compromisso com a política de Assistência Social, a preocupação com a garantia de direitos e segurança de trabalhadores, usuários e população em geral e nos colocamos à disposição para construir alternativas possíveis de atuação nesse cenário de COVID-19, o qual entendemos imperioso o diálogo entre gestores, trabalhadores e usuários – ainda que de forma remota – no enfrentamento do grave problema instalado. (FMTSUAS/Itaguaí, 2020a, s/nº).

O referido documento, além de apontar as fragilidades e as precárias condições de trabalho, trazia questões concretas sobre as dificuldades e propostas para a melhora na oferta dos serviços socioassistenciais no município, tais como a necessidade de realização de um plano de contingência e a oferta insuficiente de EPIs (equipamentos de proteção individual). Além disso, ainda no ano de 2020, o FMTSUAS/Itaguaí, a partir de deliberação em reunião ordinária realizada no dia 27/10/2020, realizou um levantamento sobre as condições de trabalho no SUAS no município de Itaguaí que culminou na elaboração de um documento com a apresentação e a análise dos dados coletados, além das considerações finais com as seguintes reivindicações:

Com estas informações, reivindicamos que sejam atendidos protocolos de saúde e segurança do trabalho, sempre de maneira democrática e com participação de trabalhadores(as); reivindicamos que as estruturas públicas atendam orientações sanitárias e normativas que tragam à tona o atendimento às demandas da população no atendimento aos seus direitos e a oferta de serviços com qualidade; **reivindicamos aprimoramento da gestão do trabalho e o estabelecimento formal de uma mesa permanente de negociação** para tratar de demandas de defesa da Política Pública de Qualidade, da qualidade dos serviços prestados à população e das demandas dos(as) trabalhadores(as) do SUAS (FMTSUAS/Itaguaí, 2020b, s/nº, grifo nosso).

Como pode-se observar, o FMTSUAS/Itaguaí, no documento citado, reivindica além do aprimoramento da gestão do trabalho, o estabelecimento formal de uma mesa permanente de negociação. Inclusive, esta conquista foi elencada por uma entrevistada como um momento significativo do movimento de trabalhadoras/es do SUAS:

E a gente teve algumas conquistas no sentido de mesa de negociação, que eu me lembre agora no momento, são esses os momentos que a gente teve participação dos trabalhadores (...) A mesa de negociação que foi instituída,

agora, não me recordo se em 2020 ou 2021, mas participo desde a instauração. (*Participante 6*).

A mesa de negociação está prevista nas normativas que versam sobre a gestão do trabalho no SUAS e consiste em espaço coletivo de democratização das relações de trabalho. No âmbito da Política Municipal de Assistência Social de Itaguaí foi instituída em janeiro de 2021 por iniciativa do FMTSUAS, visando a gestão dialogada, participativa e democrática da Política de Assistência Social. Assim, a mesa de negociação do SUAS em Itaguaí está composta por representantes do governo (gestão do SUAS) e por representantes de trabalhadoras/es (dois representantes de cada nível de proteção), com realização de reuniões quadrimestrais: “é sabido que o tempo de resolução das questões não é necessariamente imediato na administração pública, considera-se que as reuniões podem ser quadrimestrais, o que ficou pactuado entre as partes” (FMTSUAS/Itaguaí, 2021b, s/nº).

A título de exemplo, citamos a conquista já mencionada da ocupação de cargos de coordenação e de direção por servidores efetivos. Esta conquista, assim como outras, precisa ser continuamente reafirmada e, neste sentido, o FMTSUAS/Itaguaí levou como pauta da reunião da mesa de negociação em outubro de 2021 a necessidade de respeito aos critérios estabelecidos e protocolados no CMAS, visto que havia, na ocasião, várias unidades da rede socioassistencial sob a coordenação de profissionais contratados. A partir do diálogo, o Fórum enviou a gestão uma lista nominal de servidores efetivos com interesse de ocupar cargos de coordenação e, então, iniciou-se o processo de reorganização dos cargos de coordenação nas unidades que se estendeu até o ano seguinte, conforme ata de reunião da mesa de negociação realizada em junho de 2022:

O assunto suscitou o retorno da gestão quanto a solicitação dos trabalhadores em relação a adequação a NOB-RH/SUAS na ocupação dos cargos de gestão (...). A partir dos nomes informados no ofício do FMTSUAS alguns trabalhadores interessados na ocupação de cargos de gestão foram chamados e ocorreu algumas alterações nas coordenações da proteção social básica e foi um movimento muito rico, com interferência em questões de fluxos e na parte de discussão técnica, no caso, sobre acompanhamento familiar, padronização de documentos e outros (FMTSUAS/Itaguaí, 2022, s/nº).

Podemos aqui problematizar as transferências de servidores que ocorreram nesse processo, a título de “necessidade do serviço” e se algumas transferências foram de caráter punitivo. Todavia, destacamos a indispensabilidade da luta permanente em defesa do SUAS.

Ainda no que concerne ao ano de 2021, especificamente às pautas do movimento, destaca-se a luta pela imunização de trabalhadoras/es do SUAS contra a COVID-19. E isto porque, mesmo após a promulgação da Lei 9237/2021³⁸ sobre a inserção dos profissionais do SUAS (com atuação nas unidades de proteção básica e especial, de média e alta complexidade) como público prioritário para a vacinação, esta lei não foi prontamente aplicada no município de Itaguaí. Diante disso, o FMTSUAS/Itaguaí enviou ofício as secretarias de saúde e de assistência social do município solicitando a imunização de trabalhadoras/es do SUAS, além de aderir à campanha do FETSUAS-RJ, com divulgação nas redes sociais do Fórum.³⁹ A imunização das trabalhadoras/es do SUAS ainda demorou a chegar em Itaguaí, mas não foi por falta de mobilização da categoria.

Já o ano de 2022 se revelou como uma fase de maior diálogo entre a gestão da SMAS e as trabalhadoras/es. Apesar disso, duas entrevistadas afirmam preocupação com os caminhos trilhados pelo movimento:

Tivemos muitos avanços enquanto organização de trabalhadores e também tivemos algumas baixas, alguns momentos de declínio das conquistas do período em que a gente estava mais organizado. Nesse momento, nessa conjuntura, como é que eu posso dizer, de uma guerra fria, de uma falsa paz, eu não sei se é mais complicado quando a gente está numa guerra declarada, quando a gente sabe quem é quem nessa história. Alguém que quer barrar nossos direitos e nós estamos do lado de cá, de quem está na busca dessa implementação (...). Do jeito que nós estamos hoje, por exemplo, a pessoa não diz que quer barrar os nossos direitos, em compensação, ela também não concede para todos (*Participante 2*).

Um dos desafios maiores é esse porque a gente percebe é um cansaço de muita gente que estava na defesa e também uma desistência ou as pessoas se deixando levar por essas armadilhas que vão escamoteando essas tendências muito complicadas no SUAS (...). Mas eu acho que esse desânimo...e quando vem um governo que dialoga, as pessoas em vez de dialogar, se aliam. E aí, eu acho que foi um erro, foi um erro de tática mesmo, na minha opinião porque eu acho que está parecendo que a coisa está pacífica, mas em algum momento isso vai, a história vai mostrar para a gente que foi um erro (...). Então, um erro até em relação a defesa da política pública. A gente está perdendo o SUAS como um direito em Itaguaí hoje (*Participante 7*).

³⁸ Lei Estadual nº 9237, de 08 de abril de 2021 que dispõe sobre a inserção dos profissionais do SUAS que atuam nas unidades de proteção básica e especial, de média e alta complexidade da Política de Assistência Social, no rol de pessoas prioritárias para a vacinação contra o coronavírus (COVID-19). Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-9237-2021-rio-de-janeiro-dispoe-sobre-a-insercao-dos-profissionais-do-suas-que-atuam-nas-unidades-de-protecao-basica-e-especial-de-media-e-alta-complexidade-da-politica-de-assistencia-social-no-rol-de-pessoas-prioritarias-para-a-vacinacao-contr-o-coronavirus-covid19>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

³⁹ FMTSUAS/Itaguaí. Publicado em 24/04/2021. Disponível em: <https://fmtsuasitaguai.wixsite.com/assistenciasocial/post/que-a-lei-estadual-9237-2021-seja-cumprida-em-itagua%C3%AD>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

A partir do relato das entrevistadas observa-se, de maneira concomitante e contraditória, movimentos dinâmicos que representam conquistas e retrocessos na organização de trabalhadoras/es. Assim como nas políticas públicas, notadamente nas políticas sociais, também no movimento de trabalhadoras/es do SUAS (assim como em outros movimentos sociais) nota-se uma trajetória constituída por momentos de avanços e de conquistas, mas também momentos de recuos e de retrocessos.

Estas mudanças surgem e se adensam em conformidade com as próprias transmutações do mundo do trabalho (que, no contexto neoliberal, resultam em superexploração do trabalho e aviltamento de direitos), quer seja, as oscilações da realidade local, atravessadas pela conjuntura estadual e nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período em que se realizou o estudo e a escrita desta tese foi permeado e atravessado por alguns acontecimentos históricos em nível local, nacional e global. A pandemia da COVID-19, por exemplo, se configurou como um momento histórico, caótico e inédito no cenário mundial que impactou a população em geral. O trabalho no SUAS se tornou ainda mais desafiador no cenário pandêmico e desolador que agravou as situações de vulnerabilidade e risco social vivenciadas no cotidiano de trabalho, a exemplo do aumento exponencial de famílias em situação de insegurança alimentar. Ao mesmo tempo, trabalhadores e usuários expostos. Foi necessário buscar o complexo equilíbrio entre a oferta de proteção social e a preservação da vida de usuários e trabalhadores. Vivemos a instabilidade de uma pandemia, algo não previsto pela humanidade.

Além disso, no Brasil, a polarização política dividiu a sociedade em extremos opostos. De um lado, “o pessoal de direitos humanos”, em geral, de esquerda, realizando a defesa de princípios básicos constitucionais. Do outro lado, “o pessoal de bem”, em geral, vinculado a extrema direita que investe contra os elementos democráticos mais básicos, como o respeito ao resultado de uma eleição – ocasionando o surgimento de atos extremistas que geram grande preocupação a uma parcela da população, como os duros ataques à nossa (frágil) democracia, ilustrada na tentativa de golpe de Estado no dia 08 de janeiro de 2023. Podemos afirmar que é extremamente desafiador estudar movimento de trabalhadoras/es do SUAS neste cenário.

Como pesquisadora e trabalhadora do SUAS, ao mesmo tempo em que analisava o sucateamento da Política de Assistência Social, também vivenciava e era diretamente impactada pelo desmonte, a cada dia de trabalho “no chão do SUAS”, a cada reunião do fórum de trabalhadoras/es. Diante disso, podemos analisar que neste período estive imersa na pesquisa, analisando e vivenciando, rememorando e construindo memórias sobre o movimento de trabalhadoras/es do SUAS do município de Itaguaí. Em outras palavras, experienciando “a dor e a delícia”⁴⁰ do exercício da escrita no âmbito da observação participante. Assim, me percebi, a cada momento, vivenciando a pesquisa. Dito isso, retomamos os objetivos do estudo.

⁴⁰ Referência ao trecho “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”, da música Dom de Iludir, de Caetano Veloso.

Compreendemos que a memória de trabalhadoras/es do SUAS se constitui antes mesmo da formalização do Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS do município de Itaguaí. Antes do Fórum ser regulamentado na Conferência Municipal de Assistência Social no ano de 2011, muito já havia sido discutido e construído por um pequeno grupo de trabalhadoras/es do SUAS em reuniões informais. Reuniões que não tiveram ata e os registros possíveis destes momentos se deu neste estudo, a partir do relato oral das entrevistadas. Memórias que poderiam ser perdidas, esquecidas. Memórias que poderiam ser silenciadas, na medida em que constituem o que poderíamos denominar de memórias subterrâneas. Enfim, memórias que auxiliam na compreensão das tensões existentes no cenário municipal e que, de maneira concomitante, dão suporte a construção da identidade de trabalhador do SUAS.

Assim, as memórias de trabalhadoras/es do SUAS do município de Itaguaí contam as histórias de um determinado grupo e suas lutas sociais, favorecendo a construção de identidades sociais e inspirando outros indivíduos e grupos, dando impulso a novas lutas e conquistas. Em outras palavras, reafirmamos a importância da preservação das memórias de trabalhadoras/es do SUAS, considerando que, além de inspirar as gerações futuras de trabalhadoras/es, possibilitam a formação de identidades sociais e contribuem para processos de transformação social, se configurando como valioso instrumento de resistência.

Neste sentido, nos debruçamos sobre os objetivos específicos da tese e seguindo o exposto na introdução, o primeiro objetivo específico elencado se refere a verificação da construção da identidade de classe “trabalhador do SUAS” a partir da análise da trajetória dos entrevistados. O estudo nos permite analisar que, assim como a memória, a construção da identidade de trabalhador do SUAS se dá de maneira contínua. A participação em espaços de organização coletiva, seja de fórum de trabalhadoras/es do SUAS, seja nos espaços de controle social, seja dos movimentos sindicais, favorece a construção da identidade social. Na medida em que as entrevistadas participam destes espaços, cria-se um sentimento de pertença a determinado grupo a partir da identificação com outras trabalhadoras que realizam as mesmas defesas e vivenciam condições semelhantes de trabalho. Cria-se um objetivo comum que é compartilhado com o grupo, fortalecendo também as relações de troca e de solidariedade que possibilitam que as pessoas se sintam, de alguma forma, acolhidas no grupo e se identifiquem com as pautas colocadas pelo coletivo – as pautas em defesa da política pública, da Assistência Social como direito e das

mínimas condições de trabalho para a oferta dos serviços da rede socioassistencial, dentre outras.

Em relação ao segundo objetivo específico acerca das conquistas e dos desafios encontrados para a organização do movimento de trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí o estudo nos permite apontar, inicialmente, a natureza contraditória dos movimentos sociais. Nota-se uma trajetória de avanços e de retrocessos, agravadas pelo contexto de crise política e socioeconômica do cenário municipal, além de conquistas que precisam ser continuamente reafirmadas pelo coletivo de trabalhadoras/es do SUAS. Apesar disso, conquistas importantes são mencionadas, como a ocupação de cargos de coordenação e de direção por servidores efetivos; a conquista do FMTSUAS/Itaguaí de assento no CMAS-Itaguaí; a instauração da mesa de negociação; a instituição do dia do trabalhador do SUAS do município de Itaguaí.

No que concerne aos desafios para a organização do movimento de trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí podemos citar, dentre outros, a precariedade das condições de trabalho no âmbito da Política de Assistência Social; a diversidade de fragilidade de vínculos trabalhistas na SMAS que não favorece a adesão de trabalhadoras/es aos movimentos; as práticas de assédio moral e de cooptação de trabalhadoras/es por parte da gestão da SMAS; o cenário de transformações do mundo do trabalho que dialoga com o nosso terceiro objetivo específico: estudar as reconfigurações da classe trabalhadora no cenário contemporâneo.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que o mundo do trabalho e dos trabalhadores vem sofrendo transmutações ao longo do tempo, notadamente, a partir da década de 1980, com as mudanças nos processos produtivos que impactam diversos aspectos da vida de trabalhadoras/es, incluindo a sua capacidade de organização coletiva e a subjetividade deste trabalhador. Merece destaque a questão do adoecimento do trabalhador, especialmente, diante da notória precariedade dos vínculos e das condições de trabalho que podem produzir uma sobrecarga relacionada a atividade laboral e propiciando o surgimento de doenças de ordem física e/ou emocional. Consideramos que a discussão acerca do sofrimento relacionado às condições laborais necessita de maior aprofundamento, bem como do debate que envolve o adoecimento de trabalhadoras/es do SUAS.

Por último, afirmamos que o estudo realizado não tem a pretensão de dar conta de algo tão complexo quanto a memória de trabalhadoras/es do SUAS, contudo, destacamos a importância dos dados apresentados, em vista da riqueza das

narrativas de trabalhadoras/es da Política de Assistência Social do município de Itaguaí. Apesar da análise ter sido realizada no âmbito municipal, acreditamos que a realidade apresentada guarde semelhança com a realidade de tantos outros municípios e estados brasileiros. Esperamos ainda que a pesquisa inspire a realização de outros estudos sobre a temática e, principalmente, contribua para o fortalecimento do conjunto de trabalhadoras/es na defesa do SUAS como política pública. Avante SUAS!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. In: GONDAR, J; DOBEDEI, V. **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2005.
- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALERJ. **Política de Assistência Social e a População em Situação de Rua: entre a garantia de direitos, a repressão e o higienismo.** Audiência Pública realizada no dia 28 de maio de 2021 por meio de plataforma virtual. Disponível em: https://video.wixstatic.com/video/525173_20b740d7853e4ae095267492c83347ba/360p/mp4/file.mp4. Acesso em 23 de outubro de 2022.
- ALMEIDA, Fernanda Cabral; BARROS, Isabela Pimentel. **O pioneirismo espanhol: a presunção do vínculo de emprego para entregadores de plataformas digitais.** Disponível em: <https://uerjlabuta.com/2021/03/15/o-pioneirismo-espanhol-a-presuncao-do-vinculo-de-emprego-para-entregadores-de-plataformas-digitais>. Acesso em 10 de junho de 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil. **Nueva Sociedad**, junho de 2012.
- ANTUNES, R.; SILVA, J. B. (2015). Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**. Salvador, vol. 28, nº 75, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.
- BECKER, H. S. De que lado estamos. In: BECKER, H. S. **Uma teoria da ação coletiva.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 122-136.
- BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, Elaine; SANTOS, S. M. M. Questão Social e Direitos. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2016.

BERWIG, S. Os trabalhadores do SUAS: regulação e resistência em tempos de reforma do estado brasileiro. **Tese (Doutorado em Serviço Social)**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. PUCRS. Porto Alegre, 2018.

BOAS, P. A. F. V. et al. A experiência de monitoramento do Programa Nacional de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS (CapacitaSUAS). **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, nº 9, janeiro-junho de 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, Ruy. Precariado e Sindicalismo no Sul Global. **Revista Outubro**, 22, 2º semestre de 2014.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Breque dos Apps: enfrentando o uberismo. **Boitempo**, 25 de jul. de 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedosapps-enfrentando-o-uberismo/>. Acesso em 20 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Nota Técnica nº 02/2016. Relação entre o Sistema Único de Assistência Social e os órgãos do Sistema de Justiça**. Disponível em: http://conpas.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/8/2014/11/Nota-T%C3%A9cnica_SUAS-e-Sistemade-Justi%C3%A7a-2016-2.pdf. Acesso em 01 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.282**, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm. Acesso em 20 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **CapacitaSUAS**. Publicado em 16/12/2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1/capacitasuas>. Acesso em 28 de outubro de 2022.

BRASIL, A.; RECORD, R. RJ: **Após ser acusado de corrupção e desvio de dinheiro, prefeito de Itaguaí tem mandato cassado**. Publicado em 09/07/2015. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-aposser-acusado-de-corrupcao-e-desvio-de-dinheiro-prefeito-de-itagua-i-tem-mandato-cassado-09072015>. Acesso em 06 de janeiro de 2023.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2014.

BRITO, V. S. Revisitando a República “Muquifo” 10 anos depois: um estudo sobre os egressos do Pré-Vestibular para Negros e Carentes da Baixada Fluminense e da PUC-Rio. **Dissertação (Mestrado)**. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, UERJ, 2015.

BRITO, V.; FACEIRA, L. A memória dos trabalhadores em tempos de crise do trabalho: ainda há espaços de recordação? **Revista Trivium**. Pitanga: UCP, v. 6, n. 3, p. 238-254, jul./dez 2019.

CAMPOS, W; DA MATTA, V. Fraude na perícia médica de Itaguaí é debatida em Audiência Pública. **Jornal Atual de 17/08/2018**. Disponível em: <https://jornalatal.com.br/fraude-na-pericia-medica-de-itagua-i-e-debatida-em-audiencia-publica/>. Acesso em 06 de janeiro de 2023.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CNAS. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº08, de 16 de março de 2012**, regulamentada pela Portaria Ministerial nº 142, de 5 de julho de 2012. Fonte: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1/capacitasuas>. Acesso em 28/10/2022.

CRUZ, S. R. Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do COVID-19. **Pensata**, vol.9, nº 2, 2020.

CUNHA, Luís Claudio. 216 palavras para a imprensa definir com precisão Bolsonaro e seu governo. **Observatório da Imprensa**, 06 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/opinioao/216-palavras-para-a-imprensa-definir-com-precisao-bolsonaro-e-seu-governo/>. Acesso em 17 de abril de 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomia do novo neoliberalismo. **Revista Ihu on-line**, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-donovo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval/>. Acesso em 20 de abril de 2022.

DIAS, Edmundo Fernandes. Prefácio. In: MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

EVANS, T. Cinco explicações para a crise financeira internacional. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 1, abril 2011.

FERNANDES, T. A; BERETTA, R. C. de S. Saúde mental e trabalho: a realidade dos trabalhadores do SUAS. **Psicologia e Saúde em Debate**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 181–194, 2021. Disponível em: <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/763>. Acesso em: 06 jan. 2023.

FERREIRA, S.S. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.

FETSUAS REGIÃO SUDESTE. **Nota de Repúdio referente ao regime de contratação via MEI e outras terceirizações no Sistema Único de Assistência Social**. Mimeo, maio de 2022.

FETSUAS-RJ. Fórum Estadual dos Trabalhadoras/es do SUAS do Rio de Janeiro. **Nota do FETSUAS-RJ sobre o trabalho na política de assistência social e a pandemia do COVID-19**. Rio de Janeiro, março de 2020a. Disponível em: <https://fetsuasriodejaneir.wixsite.com/website/post/nota-do-fetsuas-rj-sobre-o-trabalho-na-pol%C3%ADtica-de-assist%C3%A2ncia-social-e-a-pandemia-do-covid-19>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

FETSUAS-RJ. Fórum Estadual dos Trabalhadoras/es do SUAS do Rio de Janeiro. **Regimento Interno FETSUAS-RJ de 11/11/2020b**. Disponível em: <https://fetsuasriodejaneir.wixsite.com/website/post/regimento-interno-fetsuas-rj>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

FETSUAS-RJ. Fórum Estadual dos Trabalhadoras/es do SUAS do Rio de Janeiro. **Nota sobre Abordagens Sociais “Integradas” no âmbito do SUAS**. Rio de Janeiro, março de 2021a. Disponível em: <https://fetsuasriodejaneir.wixsite.com/website/post/nota-sobre-abordagens-sociais-integradas-no-%C3%A2mbito-do-suas>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

FETSUAS-RJ. Fórum Estadual dos Trabalhadoras/es do SUAS do Rio de Janeiro. **Carta Manifesto contra a perseguição a trabalhadores(as) que defendem a Política Pública, em defesa da gestão democrática no SUAS e contra a PEC 32**. Rio de Janeiro, julho de 2021b. Disponível em: <https://fetsuasriodejaneir.wixsite.com/website/post/fetsuas-lan%C3%A7a-carta-manifesto-na-i-confer%C3%A2ncia-livre-de-trabalhadores-as-do-suas>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

FMTSUAS/Itaguaí. Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí. **Ata da reunião do FMTSUAS/Itaguaí de 20/05/2015** (Arquivo Interno), 2015.

FMTSUAS/Itaguaí. Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí. **Ata da reunião do FMTSUAS/Itaguaí de 18/02/2016** (Arquivo Interno), 2016.

FMTSUAS/Itaguaí. Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí. **Ata da reunião do FMTSUAS/Itaguaí de 02/02/2017** (Arquivo Interno), 2017a.

FMTSUAS/Itaguaí. Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí. **Ata da reunião do FMTSUAS/Itaguaí de 11/04/2017** (Arquivo Interno), 2017b.

FMTSUAS/Itaguaí. Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí. **Ata da reunião do FMTSUAS/Itaguaí de 13/06/2017** (Arquivo Interno), 2017c.

FMTSUAS/Itaguaí. Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí. **Nota do FMTSUAS/Itaguaí sobre o trabalho na Política de Assistência Social no contexto da pandemia COVID-19 de abril de 2020** (Arquivo Interno), 2020a.

FMTSUAS/Itaguaí. Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí. **Levantamento sobre condições de trabalho na Política de Assistência Social em Itaguaí**. Publicado em 13/11/2020, 2020b. Disponível em: <https://fmtsuasitaguai.wixsite.com/assistenciasocial/post/levantamento-sobre-condi%C3%A7%C3%B5es-de-trabalho-na-pol%C3%ADtica-de-assist%C3%Aancia-social-em-itagua%C3%AD>. Acesso em 06 de janeiro de 2023.

FMTSUAS/Itaguaí. Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí. **Ata da reunião da mesa de negociação de 21/01/2021** (Arquivo Interno), 2021a.

FMTSUAS/Itaguaí. Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí. **O Fórum foi “reativado” a partir de uma greve histórica**, 2021b. Publicado em 03/05/2021. Disponível em: <https://fmtsuasitaguai.wixsite.com/assistenciasocial/post/o-f%C3%B3rum-foi-reativado-a-partir-de-uma-greve-hist%C3%B3rica>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

FMTSUAS/Itaguaí. Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS de Itaguaí. **Ata da reunião da mesa de negociação de 23/61/2022** (Arquivo Interno), 2022.

FNTSUAS. Fórum Nacional dos Trabalhadoras/es do SUAS. **Plano de Lutas do FNTSUAS**. Setembro de 2020. Disponível em: <http://fntsuas.blogspot.com/2020>. Acesso em 06 de janeiro de 2023.

FNTSUAS. **Carta de Salvador**. Novembro de 2022. Disponível em: <http://fntsuas.blogspot.com/2020>. Acesso em 06 de janeiro de 2023.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREITAS, R. M; BRITO, V. S. Direitos Humanos e a abordagem social a pessoas em situação de rua no SUAS. **Serviço Social em Debate**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/5696>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GARCIA, A. L. S. Implementação da gestão do trabalho na política de Assistência Social: Um estudo em duas metrópoles – Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro/RJ. **Tese (Doutorado)** – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2021.

GENTILE, F. A “Carta del lavoro” fascista: um modelo para o Brasil nacional desenvolvimentista de Getúlio Vargas. **Revista Urutágua**. Universidade Estadual de Maringá (UEM). N. 36, junho/novembro, Ano 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GONDAR, J. Memória, poder e resistência. In: GONDAR, J; BARRENECHEA, M (org.). **Memória e Espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J; DOBEDEI, V. **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2005.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. In: GEIGER, A (et al.) **Por que Memória Social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

IANNI, O. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva** (8)1, janeiro-março, 1994.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, nº 7, agosto de 2003.

JELIN, E. De qué hablamos cuando hablamos de memorias? In: _____. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, p. 17-37, 2002.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

LOPES, C; REGOS, T. Contribuições dos arquivos sociais sobre o mundo do trabalho no campo e na cidade para o direito à memória e à verdade. In: _____. **Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.

LOPES, José Sérgio Leite. **Memória e Transformação Social**. Rio de Janeiro/São Luís: Casa 8, 2016.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**: terceiro manuscrito. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **Luta de Classes na Alemanha**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENESES, U. Cultura política e lugares de memória. In: AZEVEDO, C; et al. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

NEIVA, R. B. **Lei 14.297/22: um alento para os entregadores de aplicativos**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/358943/lei-14-297-22-um-alento-para-os-entregadores-de-aplicativos>. Acesso em 04 de janeiro de 2023.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. A face contemporânea da barbárie. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo, 1993.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. **Máquina do Tempo: O Brasil de volta ao Mapa da Fome**. Boletim nº 14, fevereiro de 2022.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. In: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I (org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. In: COSTA, L. C., NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R., org. **A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Política Social do Segundo Pós-Guerra: ascensão e declínio. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, 2010.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, nº. 3. Rio de Janeiro, 1989.

PRADO JR. C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 9237, de 08 de abril de 2021**. Dispõe sobre a inserção dos profissionais do SUAS que atuam nas unidades de proteção básica e especial, de média e alta complexidade da Política de Assistência Social, no rol de pessoas prioritárias para a vacinação contra o coronavírus (COVID-19). Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-9237-2021-rio-de-janeiro-dispoe-sobre-a-insercao-dos-profissionais-do-suas-que-atuam-nas-unidades-de-protecao-basica-e-especial-de-media-e-alta-complexidade-da-politica-de-assistencia-social-no-rol-de-pessoas-prioritarias-para-a-vacinacao-contr-o-coronavirus-covid19>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

ROSSI, P. Lembrar e esquecer. In: ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: EdUNESP, p. 15-38, 2010.

ROSSIN, E. C. Organização dos trabalhadores do sistema único de assistência social no contexto das terceirizações, privatizações e precarização do trabalho. **Dissertação de Mestrado em Serviço Social**. São Paulo: PUC-SP, 2014.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

SANTOS, Boaventura Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SHIKIDA, A.M.S. Informação, História e Memória: A Constituição Social da Informação em Relatos Oraís. **Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)**. Escola de Ciência da Informação/UFMG, Belo Horizonte, 2005.

SILVA, E. C. Grande ABC paulista: é possível pensar em coesão regional? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano XV, nº 28. Salvador, dezembro de 2013.

SILVA, Sônia Margarida Anselmo. Assistência Social na agenda governamental: rotas difusas na implementação do Sistema Único de Assistência Social no âmbito municipal. **Tese (Doutorado em Serviço Social)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2017.

SILVA, M. O. S. A política de assistência social e o sistema único de Assistência social (SUAS): processo de construção e de desmonte. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória: UFES, 2018.

SILVA, Mossicléia Mendes. Sistema Único de Assistência Social: entre o desmonte e a condição de serviço essencial no contexto da pandemia. **Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.

SILVA, J.B. **PT vai enterrar atual proposta de reforma administrativa**. Novembro de 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/pt-vai-enterrar-atual-proposta-de-reforma-administrativa/>. Acesso em 27 de dezembro de 2022.

SILVEIRA, Jucimeire Isolda. Assistência Social em risco: conservadorismo e luta por direitos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 130, p. 487-506. São Paulo, set/dez 2017a.

SILVEIRA, Jucimeire Isolda. **Na festa da independência, o anúncio do fim do SUAS**, setembro de 2017b. Disponível em: <<https://maissuas.org/2017/09/07/na-festa-da-independencia-o-anuncio-do-fim-do-suas/>>. Acesso em 01 de junho de 2021.

SOMEK, Bridget. Observação. In: SOMEK, B; LEWIN, Cathy (org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SPOSATI, Aldaíza. **A Menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, A. et al. Gestão municipal do SUAS: Desigualdades no financiamento, despesas e força de trabalho. **CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social)**, p. 1–182, 2014.

TEIXEIRA, M; MACHADO, R. **Lula diz que 08 de janeiro foi começo de golpe de Estado e que inteligência não existiu**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/lula-diz-que-sistema-de-inteligencia-nao-existiu-antes-de-ataque-aos-tres-poderes.shtml>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES. E. de O. (org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Questões sobre o trabalho no SUAS:

- 1) Teve alguma capacitação para o desenvolvimento do trabalho no SUAS?
- 2) Como você avalia as suas condições de trabalho? Fale sobre os desafios e possibilidades do trabalho no SUAS.

Questões sobre Movimento de Trabalhadores do SUAS de Itaguaí:

- 3) Você participa ou já participou de algum movimento ou coletivo de trabalhadores do SUAS?
 - 3.1) Se a resposta for negativa, por quê?
 - 3.2) Se a resposta for positiva, desde quando e quais movimentos?
- 4) Você participa (ou já participou) do sindicato municipal ou de algum sindicato de categoria?
- 5) Como você avalia a atuação dos movimentos de trabalhadores do SUAS?
- 6) Como você avalia a atuação do sindicato municipal e/ou do sindicato de categoria?
- 7) Quando você considera que teve início o movimento de trabalhadores do SUAS de Itaguaí? Fale sobre momentos que considere significativos do movimento de trabalhadores do SUAS de Itaguaí.

ANEXO

DOCUMENTO DGTI



Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de Itaguaí
 Secretaria de Assistência Social

QUADRO SERVIDORES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAGUAÍ/RJ

QUADRO SERVIDORES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAGUAÍ/RJ		
CARGO	EFETIVO	CONTRATO
AGENTE ADMINISTRATIVO	1	0
AJUDANTE DE COZINHA	1	0
ASSISTENTE SOCIAL	50	4
AUX. ADMINISTRATIVO	54	0
AUX. DE ENFERMAGEM	1	0
AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	23	13
COZINHEIRO	0	8
CUIDADOR SOCIAL	48	10
ELETRICISTA	0	1
ENFERMEIRO	0	1
FISIOTERAPEUTA	2	0
FONOAUDIOLOGO	1	0
NUTRICIONISTA	2	0
PSICOLOGO	19	2
RECREADOR	8	0
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	11	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL	1	0
	222	40

Adriane Perweiler
 Diretora de Serviços de Trabalho e
 Informação - SMTAS
 MOb.: 45993

Página 1 de 2

Rua General Bocaiuva, 880 - Centro, Itaguaí - RJ, CEP: 23815-310
 Telefone: (21) 3782-9004 Ramal 2500 | www.itaguaí.rj.gov.br